



# Balanco Anual

Sabesp: números que ajudam a transformar vidas.

# 2013



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

## MENSAGEM DA DIRETORA-PRESIDENTE

Não há melhoria na saúde, bem-estar do cidadão e progresso das cidades sem acesso à água de qualidade, coleta e tratamento de esgotos. Em 2013, ano em que completou quatro décadas, a Sabesp também comemorou as conquistas de uma trajetória marcada pela dedicação na oferta de água e a coleta e tratamento de esgoto em 363 municípios paulistas.

Fruto imediato deste trabalho é que vários rios voltaram a ter peixes e, em 2014, as sedes das cidades operadas no interior estarão universalizadas. Depois é a vez do litoral e grande São Paulo que, até o fim da década, terão 100% de água tratada, pelo menos 95% de coleta e tratamento de 100% do volume de esgoto coletado. Sabemos ser uma meta desafiadora, porém absolutamente necessária, senão urgente, a ser alcançada com muito planejamento, programas estruturados, qualidade e eficiência na prestação de serviços, avançados recursos da engenharia e governança transparente.

Norteados por tais princípios, investimos, em 2013, R\$ 2,7 bilhões, patamar semelhante ao dos cinco anos anteriores e que deve ser mantido nos próximos anos. Alcançamos índices médios de 84% de coleta de esgoto e 78% de tratamento no estado. Além dos avanços rumo à universalização no interior, na capital, evoluímos na despoluição de córregos e na execução do Projeto Tietê. Na baixada santista e litoral norte, iniciamos a fase complementar do Programa Onda Limpa, a maior ação de saneamento do litoral brasileiro.

Em relação ao abastecimento de água – um dos nossos principais desafios por atuarmos em área de baixíssima disponibilidade hídrica como é a região metropolitana de São Paulo (RMSP), a grande notícia foi a assinatura da PPP do Sistema Produtor São Lourenço. Além disso, de 1995 a 2013, a Sabesp investiu R\$9,3 bilhões na RMSP no aumento da capacidade de produção, reservação, distribuição e redução de perdas.

Aliada às grandes obras e investimentos, a conscientização pelo consumo racional da água é imprescindível. Vivenciamos no verão de 2013-2014 um fenômeno climático extremo, nunca antes registrado em nossa história recente. Os índices pluviométricos no Sistema Cantareira, o mais importante para o abastecimento da RMSP, ficaram abaixo da média histórica entre os meses de outubro de 2013 e fevereiro de 2014. Em dezembro, foi registrado índice 72% menor que a média. Consequentemente, em janeiro e fevereiro choveu cerca de 65% a menos do que normalmente chove. A seca somada às altas recordes nos termômetros impactaram na queda histórica do nível do Sistema Cantareira. A resposta imediata da população com a redução no consumo foi determinante dentre as ações para a manutenção da entrega de água.

A aproximação com a sociedade, aliás, é uma de nossas prioridades. Em 2013 visitei, em companhia de nossos diretores, todas as 17 unidades de negócio distribuídas pelo estado de São Paulo para a realização de encontros de prestação de contas com os prefeitos e imprensa de municípios atendidos.

Em relação ao mercado, obtivemos o reconhecimento de “Investment grade” da agência Moody’s. E institucionalmente, continuamos na luta pela desoneração do PIS/Cofins para o setor, que no caso da Sabesp representou cerca de R\$ 669,2 milhões, ou 24,6% do que investimos em 2013.

Na gestão, modernidade e transparência são atributos conquistados com tecnologia, a exemplo da implantação do SiiS, além da adoção de novos modelos de contratação, como as PPPs e a locação de ativos. Foi um ano de excelentes resultados que, na Sabesp, representam o desenvolvimento e vidas transformadas pelo acesso à água de qualidade e um ambiente mais saudável para a população de hoje e futuras gerações.

**Dilma Pena**  
Diretora-Presidente da Sabesp

## QUARENTA ANOS A SERVIÇO DAS PESSOAS E DO MEIO AMBIENTE

Fundada em 1973 a partir da fusão de várias empresas de saneamento e sob as diretrizes do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo tem como visão a universalização<sup>1</sup> dos serviços de saneamento em sua área de atuação até o fim da década. Além disso, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e alinhada às políticas ambientais e socioeconômicas do Governo do estado de São Paulo, seu acionista controlador, tem como missão “Prestar serviços de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.”

Sociedade anônima de capital aberto e economia mista, com sede no município de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, no Brasil, a companhia é regulada por princípios e normas de direito público e privado.

Atualmente, a companhia está posicionada como a maior empresa de saneamento das Américas e a quinta maior do mundo em população atendida, de acordo com classificação trazida pela 14ª edição (2012-2013) do anuário *Pinsent Masons Water Yearbook*. Operamos serviços de água e esgotos no Estado de São Paulo, inclusive na cidade de São Paulo. No ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, geramos uma receita líquida de aproximadamente R\$11,3 bilhões e um lucro líquido de R\$1,9 bilhão. Nossos ativos totalizam R\$28,2 bilhões e nosso valor de mercado era de R\$ 18,1 bilhões em 31 de dezembro de 2013.

Fornecemos água para 28,1 milhões de pessoas (24,6 milhões diretamente e 3,5 milhões atendidas no atacado) e coletamos esgoto gerado por 21,5 milhões de pessoas. A Sabesp atende aproximadamente 67% da população urbana do Estado de São Paulo.

Nossa estrutura é integrada por cinco diretorias, além da presidência, sendo duas delas de atuação operacional e que se dividem em 17 unidades de negócio distribuídas pelo estado. Operamos 232 estações de tratamento de água e 509 estações de tratamento de esgotos, incluindo 9 emissários submarinos. Nossa rede de distribuição de água alcança 69,6 mil quilômetros e a de esgotos, 47,1 mil quilômetros. A companhia conta hoje com 15.015 funcionários, cuja produtividade foi de 948 ligações por empregado em 2013.

A companhia está presente em 363 municípios paulistas dos quais 204 têm universalizados os serviços de água e esgoto. Adicionalmente, possuímos dois contratos parciais com o município de Mogi das Cruzes, entretanto como a maior parte do município é atendida por atacado, o mesmo não foi considerado dentro dos 363 municípios, o que totaliza, portanto 365 contratos.

Entre 1º de janeiro de 2007, quando da publicação do novo Marco Regulatório (Lei 11.445/07) e 31 de dezembro de 2013, celebramos contratos para prestar serviços por mais 30 anos com 265 municípios (inclusive com a cidade de São Paulo), sendo que 7 deles foram assinados em 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, esses 265 municípios respondiam por aproximadamente 72,9% do total da receita da empresa, incluindo a receita de construção, e por 64,61% dos ativos intangíveis. Ainda a companhia continua operando nos 61 municípios em que os contratos expiraram e negocia as novas bases para sua permanência.

De 1º de janeiro de 2014 a 2034, 37 municípios terão seus contratos expirados. Juntos, eles representam 8,98% do total da receita da empresa, incluindo a receita de construção, e cerca de 7,99% dos ativos intangíveis. Nestes casos, a Sabesp também empreenderá os esforços necessários para renovar as concessões por pelo menos mais 30 anos. Adicionalmente, até 31 de dezembro de 2013 fornecemos água no atacado para outros seis municípios localizados na região metropolitana de São Paulo (RMSP), dos quais cinco também utilizavam serviços de tratamento de esgotos. É importante destacar que entre estes municípios estava Diadema, que vem assinando contrato em 18 de março de 2014, para prestar serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgotos. Mais informações podem ser encontradas na seção Débito dos Municípios Atendidos no Atacado.

Em outros três municípios do estado de São Paulo, a Sabesp é sócia nas empresas Águas de Castilho S.A., Águas de Andradina S.A. e Saneaquá Mairinópolis S.A. que prestam serviços de água e esgotos e, no município de Mogi Mirim (SP), também como sócia, na empresa SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A., para modernização, implementação e gestão do sistema de tratamento de esgotos. Cabe destacar que não houve aportes nas coligadas em 2013.

No segmento de água de reuso, a Sabesp também atua como sócia da Odebrecht Ambiental na Aquapolo Ambiental, para produzir, fornecer e comercializar o produto para o Polo Petroquímico de Capuava e no segmento de efluentes não domésticos criou, junto com a Estre Ambiental, a Attend Ambiental, que deve entrar em operação ainda no primeiro semestre de 2014 para implantar e operar uma estação de pré-tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo na Região Metropolitana de São Paulo, entre outras atividades.

Atuamos também, por meio de parceria com a Latin Consult, em consultoria sobre uso racional da água, planejamento e gestão comercial, financeira e operacional, com foco em perdas nas províncias centrais do Panamá e, em Honduras, prestando assistência técnica para modernização do sistema de água e esgotos de sete cidades.

Além disso, oferecemos consultoria em duas concessionárias estaduais de saneamento, Casal e Cesan, de Alagoas e Espírito Santo respectivamente. Em Maceió, desde o início da nossa atuação, após a introdução do novo sistema de medição, foi possível reduzir as perdas reais totais em 20%. Em trechos mais críticos, conseguimos reduzir até 50%, eliminar a intermitência no abastecimento, minimizar o impacto dos caminhões-pipa, elevando assim a qualidade de vida de cerca de 200 mil pessoas. O encerramento do contrato está previsto para outubro de 2014. Na Cesan, nosso trabalho, encerrado em fevereiro de 2014, consistiu em implantar e customizar o software Aqualog, desenvolvido e de propriedade da Sabesp, no município de Nova Venécia (ES).

Estamos habilitados a operar serviços de drenagem e limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, comercializar energia e executar outros serviços, fornecer produtos e auferir benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorram dos seus ativos, operações e atividades, no Brasil e no exterior.

Nossas ações – todas ordinárias com direito a voto – são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código SBSP3 e na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse), na forma de American Depositary Receipts (ADR Nível III), sob o código SBS.

<sup>1</sup> Entendemos como universalização: 100% de abastecimento de água, 95% de coleta e 100% de tratamento do esgoto coletado.

## Contexto do Negócio

As novas exigências normativas para o setor de saneamento básico, embora percebidas e, em parte, já implantadas na empresa, ainda implicam grandes desafios, decorrendo-se da abrangência e a diversidade territorial e cultural, os fins sociais, as múltiplas e complexas interfaces decorrentes das atividades da Sabesp, além dos rígidos controles e fiscalizações a que a empresa está submetida.

A Sabesp ainda não tem como prever todos os efeitos e impactos que a lei nº 11.445/07 e normas regulatórias trarão para os negócios da empresa, uma vez que ainda existem incertezas relacionadas à sua implantação e, quanto aos efeitos que poderão advir da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que compartilhou o exercício da competência sobre a prestação dos serviços em regiões metropolitanas, entre o Estado e Municípios contíguos com funções públicas de interesse comum.

O novo marco regulatório também possibilitou aos municípios operados a criação de entidades reguladoras, como o consórcio ARES/PCJ formado por municípios que se localizam na bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá em 2011. Em decorrência, atualmente estamos envolvidos em processos judiciais promovidos pelo referido consórcio que alega jurisdição sobre a regulação e supervisão das nossas atividades em 2 municípios: Piracicaba e Mombuca. Nós não podemos prever o resultado deste caso ou como poderá impactar os nossos negócios.

## Normas Regulatórias da Arsesp

Em 2013, além de deliberar sobre a reestruturação e revisão tarifária da Sabesp, a Arsesp também editou procedimentos para comunicação de interrupções programadas.

Os processos de implantação dessas e das demais normas já editadas pela agência continuam, de forma gradual e progressiva, e devem prosseguir nos próximos anos, com resultados e impactos especialmente nas áreas comerciais e operacionais, podendo, inclusive, envolver disputas judiciais. Em 2013, a fiscalização da Agência sobre a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios não impôs penalizações relevantes.

## Tarifas

Em 2013, o processo de revisão tarifária prosseguiu. No entanto a complexidade do tema e a falta de quórum necessário para deliberação de matérias pela Diretoria da ARSESP, entre outros fatores, prejudicou o ritmo dos trabalhos e o processo de revisão tarifária não foi finalizado.

Apoiada na base de ativos preliminar, em março, a ARSESP fixou para o segundo ciclo tarifário, iniciado em agosto de 2012, o valor da tarifa média máxima inicial (P0) em R\$ 2,5312/m³, resultando no índice de reposicionamento tarifário de 2,3509% em relação às tarifas praticadas, que foi aplicado pela SABESP em abril de 2013.

Ao longo do ano, a base de ativos regulatória permaneceu na pauta de discussões entre a Sabesp e a agência reguladora. A Agência alegou algumas inconsistências nas informações apresentadas pela Companhia e solicitou esclarecimentos sobre 19 aspectos, o que foi atendido pela SABESP em dezembro.

Ainda em dezembro, um reajuste de 3,1451% foi aplicado linearmente nas tarifas, o qual considerou inicialmente a inflação medida pelo IPCA no período de agosto de 2012 a julho de 2013, que foi de 6,2707%. A partir deste número a Arsesp deduziu o Fator de Eficiência (Fator X) do período, que foi de 0,4297%, resultando em um reajuste de 5,8410%. Adicionalmente, a Arsesp estimou o ganho que a empresa obteve com os 2,3509% que passou a vigorar desde abril deste ano, levando a desconto adicional de 0,9249% no indicador. Por outro lado, a Arsesp também estimou a perda para a Sabesp com o atraso na reposição do IPCA no montante de 0,6538% e acrescentou a estimativa.

Em 11 de fevereiro de 2014, a ARSESP submeteu à consulta pública sua proposta, por meio da Nota Técnica RTS/001/2014, fixando para 19 de março o prazo máximo para envio das contribuições e manifestações. Nesta Nota a Agência determinou o Nível Tarifário Final, que definiu o P0 Final referenciado a dezembro de 2012, com a Base de Remuneração Regulatória Líquida inicial definitiva. Em razão das alterações nas datas para finalização do cálculo do P0 Final, a ARSESP também entendeu necessário promover ajustes compensatórios retroativos na receita requerida, bem como efetuar ajustes no cálculo do Fator X para determinar o preço máximo (P1), chegando a um ajuste linear de 4,6607% a ser aplicado sobre as tarifas dos serviços prestados a partir de 11 de abril de 2014 com faturamento a partir de 11 de maio de 2014, apresentando-os em Audiência Pública realizada em 12 de março de 2014. A Sabesp aguarda ainda para o dia 10 de abril a publicação pela Arsesp dos resultados finais.

## Repasso do Encargo Legal

Conforme previsto em legislação municipal, no convênio de cooperação e no contrato de programa firmados com o município de São Paulo, a Sabesp vem transferindo desde a assinatura do contrato em junho de 2010, montante correspondente a 7,5% da receita obtida com a prestação de serviços na capital, líquida de COFINS, PASEP e inadimplência dos próprios do município ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. No entanto, conforme previsto na resolução ARSESP 413/13, o repasse do referido encargo municipal aos clientes residentes no município de São Paulo ficou postergada em função da solicitação do Governo do Estado de São Paulo para realizar estudos para a redução do impacto da medida sobre os usuários, entre outros fatores.

## Taxa de Fiscalização

Na ocasião da autorização do repasse do encargo legal, a Arsesp também deliberou sobre o repasse ao cliente, da taxa de regulação e supervisão de 0,5% da receita líquida de COFINS e PASEP obtida com a prestação de serviços nos municípios regulados. A aplicação da taxa depende de adaptações em processos internos, principalmente financeiros e comerciais, que deverão ser concluídos ao longo de 2014.

## Estratégia e Visão de Futuro

Universalizar o acesso ao saneamento até o final da década, levando água de qualidade, coleta e tratamento de esgoto a toda sua área de atuação, é uma meta que se tornou possível a partir da execução de uma série de programas estruturantes e volumosos investimentos, sempre norteado pelo planejamento de longo prazo, capacitação dos colaboradores, fortalecimento de liderança e a utilização dos mais modernos recursos de engenharia disponibilizados em nosso mercado.

Esta estratégia deve prevalecer nos próximos anos, trazendo a garantia de crescimento do negócio à partir de um trabalho que proporcione segurança no abastecimento de água, a expansão da coleta e tratamento de esgotos e a satisfação no atendimento a nossos clientes, resultando na ampliação da sustentabilidade socioambiental e mais saúde e qualidade de vida aos usuários de nossos serviços.

A excelência pretendida também tem como referência a continuidade da gestão que atue em conformidade com leis e normas do setor, capacitando e valorizando seus colaboradores sem, no entanto, tolerar atos de corrupção.

A dependência de um recurso natural tão essencial para a manutenção da vida e de nosso negócio nos torna agentes diretamente interessados na preservação da água. E assim deve continuar a ser feito com o fortalecimento de programas contra a perda da água nas redes de abastecimento, mais eficiência na sua utilização por grandes consumidores – como empresas e órgãos públicos, além de permanentes e abrangentes campanhas pelo uso racional da água.

O estudo e implementação de tecnologias direcionadas à sustentabilidade socioambiental é outra característica a ser ainda mais valorizada com a busca por novas alternativas energéticas, a exemplo de pesquisas direcionadas ao aproveitamento dos gases provenientes das ETEs, e a destinação sustentável de resíduos gerados em nossas operações.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e a instalação de novas plantas por meio da locação de ativos (modelo escolhido para a construção de três ETEs e três ETAs) são modalidades de parcerias a serem ampliadas com o objetivo de reduzir o tempo na execução das obras, fortalecer nossa capacidade de investimentos e proporcionar a troca de tecnologia e conhecimento entre os envolvidos.

A abertura de canais de relacionamento com as comunidades, fornecedores e usuários dos serviços e o crescente envolvimento da sociedade com nosso negócio são outras preocupações de hoje e sempre. Esta parceria é fundamental para a difusão da utilização consciente de recursos naturais e contra a poluição ambiental. Neste aspecto é importante frisar a necessidade da parceria do poder executivo municipal na fiscalização da ocupação de áreas irregulares, sobretudo as de proteção ambiental demarcadas nos arredores de nascentes e mananciais.

Sabemos que ainda são grandes os desafios e há muito ainda a ser feito, mas os avanços registrados nesses 40 anos não deixam dúvidas de que estamos no caminho certo.

## Balanço de Metas

Em 2013, a Sabesp apresentou resultados condizentes com o planejamento estratégico da empresa.

As 226,4 mil novas ligações de água realizadas acompanham o crescimento vegetativo das áreas atendidas pela empresa e do negócio, e, superando 2012 (221,8 mil), atingiram, em 2013, a maior marca desde 2000, o que significa a manutenção da universalização do abastecimento dentro da área de operação da Sabesp.

A expansão da coleta e do tratamento do esgoto mantiveram a tendência de crescimento e apresentaram resultados dentro do projetado. Realizamos 236,6 mil novas ligações de esgoto em 2013, o terceiro maior número de novas ligações de esgoto desde 2000. Estas ligações tiveram a contribuição do Programa Se Liga na Rede, programa do Governo do Estado de São Paulo em parceria com a Sabesp para incentivar a conexão à rede pública coletora de esgoto em domicílios de famílias de baixa renda, localizados em áreas consideradas de alta e muito alta vulnerabilidade social. Atingimos o índice de 78% de tratamento do esgoto coletado destacando-se especialmente as contribuições advindas das obras do Córrego Ipiranga, intervenções do Programa Córrego-Limpo (com ligações de esgoto levadas a tratamento) e das obras dos sistemas de esgoto de Campo Limpo - Várzea e de Bragança Paulista.

Em 2013, o índice de perdas de faturamento de água apresentou queda em relação a 2012, e encerrou o ano em 24,4%. O resultado reflete a atuação de uma de nossas principais iniciativas, o Programa Corporativo de Redução de Perdas, que contempla ações voltadas para manutenção de rede (reparos de vazamentos em redes, inspeção de ligações irregulares e inativas), a renovação de ativos (substituição de redes, ramais e hidrômetros), gestão da infraestrutura existente (gestão da pressão, com implantação de setorização).

Desde o início do programa, em 2009, até o final de 2013, o volume total de água economizado pela redução de perdas físicas (também denominadas perdas reais) foi de 29,4 milhões de metros cúbicos.

Um contrato no valor de aproximadamente R\$ 750 milhões firmado com a JICA (*Japan International Cooperation Agency*) no início de 2012 dinamizou os investimentos na redução das perdas e contribuiu para que as ações fossem reforçadas no último trimestre de 2013, além de garantir a execução do trabalho ao longo de 2014. Desde o início do programa, a Sabesp já investiu R\$ 1,5 bilhão neste projeto, incluindo R\$ 424 milhões em 2013.

## Realizado 2013 e Metas 2013-2020

	Realizado	Metas					
	2013	2013	2014	2015	2016	2017	2020
<b>Abastecimento de Água <sup>(1)</sup></b>		<b>Tende à Universalização</b>					
<b>Coleta de Esgoto (%)</b>	<b>84</b>	<b>84</b>	<b>85</b>	<b>86</b>	<b>87</b>	<b>88</b>	<b>95</b>
<b>Tratamento de Esgotos Coletados (%)</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	<b>81</b>	<b>86</b>	<b>90</b>	<b>95</b>
<b>Novas Ligações de Água (mil)</b>	<b>226,4</b>	<b>200<sup>(4)</sup></b>	<b>180</b>	<b>177</b>	<b>172</b>	<b>164</b>	<b>480<sup>(2)</sup></b>
<b>Novas Ligações de Esgoto <sup>(3)</sup>(mil)</b>	<b>236,6</b>	<b>241<sup>(4)</sup></b>	<b>235</b>	<b>246</b>	<b>243</b>	<b>243</b>	<b>685<sup>(2)</sup></b>
<b>Perdas de Água (%)</b>	<b>24,4</b>	<b>25,4</b>	<b>24,0</b>	<b>23,4</b>	<b>22,2</b>	<b>21,2</b>	<b>18,1</b>

(1) 99% ou mais

(2) Meta acumulada 2018/2020

(3) Ligações totais de esgoto, incluem as realizadas no escopo do programa Se Liga na Rede

(4) Metas do Plano de Participação nos Resultados aprovadas em 28/03/2013.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Alguns destes indicadores operacionais compuseram o Programa de Participação nos Resultados da Companhia, que, juntamente com indicadores econômico-financeiro e de satisfação dos clientes, regula a concessão de bônus salariais vinculados ao desempenho em relação às metas estabelecidas. A empresa atingiu plenamente cinco das sete metas (tabela abaixo).

Com relação aos nossos clientes, mantivemos o índice de 89% de satisfação, com a grande maioria dos entrevistados afirmando estar satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pela Companhia.

A meta de novas ligações de esgoto associadas ao programa Se Liga na Rede não foi alcançada, pois a efetivação das ligações mostrou-se mais lenta do que o planejado, uma vez que depende da adesão do cliente ao programa e de intervenções da empresa no interior da residência, serviço inédito até então na atuação da empresa. Salientamos também o bom desempenho do indicador Margem EBITDA Ajustado, que atingiu 35,4%.

## Balanco de metas 2013

Indicadores	Unidade	Meta	Realizado
Margem EBITDA Ajustado (1)	%	33,5	35,4
Índice de satisfação do cliente	%	91	89
Número de novas ligações de água	mil un	200	226
Número de novas ligações de esgoto (convencionais)	mil un	220	221,5
Número de novas ligações de esgoto (Se Liga na Rede)	mil un	20,6	15,2
Índice de perdas de faturamento de água	%	25,4	24,4
Índice de tratamento dos esgotos coletados	%	78	78

(1) O EBITDA Ajustado corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais líquidas.

## PAINEL DE INDICADORES

Indicadores	Unidade	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Atendimento</b>						
Índice de atendimento em água	Tende à universalização (1)					
Índice de atendimento em coleta de esgoto	%	84	83	82	81	80
Índice de tratamento dos esgotos coletados (2)	%	78	77	76	75	74
População residente atendida com abastecimento de água	mil habitantes	24.560	24.249	23.911	23.625	23.363
População residente atendida com coleta de esgoto	mil habitantes	21.483	20.992	20.498	20.024	19.600
Percepção positiva de satisfação do cliente (3)	%	89	89	92	89	76
<b>Operacionais</b>						
Ligações de água	milhares	7.888	7.679	7.481	7.295	7.118
Ligações de esgoto	milhares	6.340	6.128	5.921	5.718	5.520
Extensão de rede de água (4)	km	69.619	67.647	66.389	65.379	63.732
Extensão de rede de esgoto (4)	km	47.103	45.778	45.073	44.279	42.896
Perdas de água (5)	%	24,4	25,7	25,6	26	25,9
Perdas de água por ligação (6)	litros por ligação por dia	372	392	395	403	402
Volume produzido de água	milhões de m3	3.053	3.059	2.992	2.952	2.845
Número de empregados (7)	un	15.015	15.019	14.896	15.330	15.103
Produtividade operacional	ligações/empregado	948	919	900	849	837
<b>Financeiros</b>						
Receita bruta	R\$ milhões	11.984,8	11.391,2	10.529,7	9.785,9	9.085,2
Receita líquida	R\$ milhões	11.315,6	10.737,6	9.927,4	9.230,4	8.579,5
EBITDA Ajustado (8)	R\$ milhões	4.006,6	3.605,0	3.371,0	3.222,5	2.727,3
Margem EBITDA Ajustado	% da receita líquida	35,4	33,6	34,0	34,9	31,8
Margem EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	% da receita líquida	44,6	43,0	43,2	44,7	41,2
Resultado operacional (9)	R\$ milhões	3.138,8	2.843,3	2.512,0	2.672,1	2.120,6
Margem operacional (9)	% da receita líquida	27,7	26,5	25,3	28,9	24,7
Resultado (lucro/prejuízo líquido)	R\$ milhões	1.923,6	1.911,9	1.380,9	1.630,4	1.507,7
Margem líquida	% da receita líquida	17,0	17,8	13,9	17,7	17,6
Dívida líquida por EBITDA Ajustado	múltiplo	1,9	1,9	1,8	1,9	2,1
Dívida líquida sobre patrimônio líquido (10)	%	58,3	60,9	58,4	62,6	67,0
Investimento (11)	R\$ milhões	2.716,0	2.535,6	2.440,2	2.194,4	2.058,8

- (1) 99% ou mais.
- (2) Por razões metodológicas, contempla uma margem de variação de mais ou menos 2 pontos percentuais
- (3) Pesquisa realizada em 2013 pela Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing Ltda (5.850 entrevistas em toda a base operada com 1,3% de margem de erro e intervalo de confiança de 95%).
- (4) Inclui adutoras, coletores-tronco, interceptores e emissários.
- (5) Inclui perdas físicas e não físicas. O percentual de perda de água representa o quociente resultante da (i) a diferença entre (a) o volume total de água produzido, (b) o volume total de água faturado aos consumidores e (c) o volume total de água utilizado (após exclusão de certas perdas não físicas de água especificadas na sequência) dividido pelo volume total de água produzido. Excluímos do nosso cálculo de perdas de água o seguinte: (i) água utilizada para manutenção periódica de adutoras e reservatórios de água; (ii) água fornecida para uso dos municípios, como por exemplo, para combate a incêndios; (iii) água consumida por nossas unidades; e (iv) perdas de água estimadas associadas à água que fornecemos a favelas.
- (6) Calculada pela divisão (i) da média anual de perdas de água pela (ii) quantidade média de ligações de água ativas multiplicada pelo número de dias do ano
- (7) Número de empregados próprios. Não inclui os cedidos a outros órgãos.
- (8) O EBITDA Ajustado corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais líquidas.
- (9) Não inclui receitas e despesas financeiras.
- (10) Dívida líquida compreende a dedução de caixa e equivalentes de caixa e juros e encargos de empréstimos e financiamentos internos e externos.
- (11) Não inclui compromissos financeiros assumidos nos contratos de programa (R\$ 18 milhões, R\$ 63 milhões, R\$ 139 milhões, R\$ 155 milhões e R\$ 65 milhões, em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, respectivamente).

## GESTÃO ORIENTADA PELAS EXIGENTES DEMANDAS DO SETOR

A utilização dos mais modernos recursos da engenharia, o planejamento de longo prazo, grandes investimentos em programas estruturantes e a valorização da pesquisa e inovação fazem da Sabesp uma referência no setor. A postura de aproximação e abertura de canais para o diálogo com os públicos envolvidos com o negócio (clientes, fornecedores, investidores, governos e comunidade) compõe outro pilar de nossa estratégia de atuação integrada por diferentes ações de aproximação e fortalecimento de parcerias com a sociedade.

A disposição para o relacionamento amplo e transparente com a sociedade, o respeito e confiança depositada em seus colaboradores e parceiros, e a sensibilidade socioambiental, objeto principal de sua atuação, contribuem para consolidar seu negócio e posição de destaque dentre as maiores companhias de saneamento do mundo em número de clientes atendidos (mais detalhes sobre as ações de relacionamento na seção: Valorizando a Qualidade de Vida e os Direitos do Cidadão).

Os valores éticos que orientam as atuações da Sabesp no relacionamento com seus públicos estão explícitos em seu Código de Ética e Conduta. Seu cumprimento é acompanhado pelo Comitê de Ética e Conduta, que conta com ferramentas como o Canal de Denúncias, preparado para acatar também denúncias anônimas, o Procedimento Empresarial de Apuração de Responsabilidades, a Ouvidoria e o Serviço de Atendimento ao Cliente. Em 2013 foram registradas 105 denúncias, das quais 62% foram apuradas e 38% estão sob averiguação. Do total, 25% são relacionadas a comportamento inadequado, como assédio, discriminação, subseqüição e tratamento injusto. Para as denúncias consideradas procedentes, foram aplicadas penalidade a 25 empregados próprios ou terceirizados (5 advertências, 2 suspensões e 18 demissões).

## Medidas Anticorrupção

Além de estar sujeita à Lei Anticorrupção brasileira, por ter ativos listados na Bolsa de Valores de Nova York, a Sabesp também deve atender às previsões da FCPA – Foreign Corrupt Practices Act, lei semelhante que vigora no território norte-americano desde 1977.

A Sabesp está comprometida a conduzir seus negócios de maneira legal, ética, transparente e profissional, estendendo aos seus colaboradores e aos terceiros, que a representam, a obrigação de assimilar, aceitar e executar estas diretrizes e vem instituindo mecanismos de prevenção e procedimentos internos de integridade, tais como revisão do Código de Ética e Conduta, treinamentos do seu corpo gerencial e técnico, execução de revisão dos processos

internos e aperfeiçoamento dos canais de comunicação e denúncias para evitar a prática de corrupção no desenvolvimento de seus negócios.

Visando prevenir irregularidades, em 2013 foram avaliados riscos de corrupção e fraudes corporativas de 61 processos considerados materiais, os quais integram as atividades das Unidades de Negócios mais representativas. Além disso, a empresa disseminou a conduta ética esperada através de palestras e treinamentos presenciais e virtuais à cerca de 1.200 empregados que exercem função de liderança.

## Governança Corporativa

A Sabesp é uma empresa de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, que detém 50,3% de participação acionária. Em 31 de dezembro de 2013, do restante, 25,5% era negociado na bolsa de valores de São Paulo e 24,2%, na bolsa de Nova York na forma de ADRs Nível III, sendo que na bolsa de São Paulo o número de acionistas era de 5.646.

A instância máxima de decisão na Companhia é a Assembleia Geral de Acionistas. Compete a ela, entre outros assuntos, eleger ou destituir os conselheiros de administração e fiscal, fixar a remuneração dos administradores e aprovar dividendos.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por nove membros com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição, sendo quatro acionistas independentes, de acordo com as regras do Novo Mercado da BM&FBovespa. Dentre eles, um foi eleito pelos acionistas minoritários.

Exceto a diretora-presidente, nenhum outro diretor compõe o Conselho de Administração, cabendo destacar que não é permitido ao diretor-presidente ocupar a posição de presidente do Conselho de Administração. Desde março de 2013, quando João Paulo Tavares Papan assumiu a Diretoria de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente, em substituição a João Baptista Comparini, nossa diretoria mantém a mesma composição.

Informações complementares sobre nossa estrutura de governança corporativa e seu funcionamento estão disponíveis na seção "Governança Corporativa", da área de Relações com Investidores do site da companhia, que pode ser acessada em [www.sabesp.com.br/investidores](http://www.sabesp.com.br/investidores).

Em 2013, a remuneração dos conselheiros de administração e diretores, incluindo benefícios, foi de aproximadamente R\$ 3,4 milhões. A esse montante, somam-se cerca de R\$ 565,7 mil referente à remuneração variável dos diretores, cabendo lembrar que a remuneração variável não é permitida aos conselheiros de administração e conselheiros fiscais, conforme previsto no Decreto Estadual 58.265/12 e ratificado pela Assembleia de Acionistas de abril de 2013. De acordo com a legislação societária brasileira, a remuneração dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores é estabelecida, de forma agregada, pela Assembleia de Acionistas. Na Sabesp, a política de remuneração dos conselheiros e diretores é estabelecida de acordo com as diretrizes do governo de São Paulo, baseada principalmente no desempenho, sempre sujeita à aprovação em Assembleia de Acionistas.

## Auditoria Externa

A Sabesp respeita os princípios que preservam a independência do auditor externo quanto a não auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais e não advogar pelo seu cliente. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes atua como auditor da Sabesp desde a revisão das informações trimestrais – ITR de 30 de setembro de 2012. Nesse período, auditou demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e projetos de financiamento. Em 2013, a companhia pagou R\$ 1,4 milhão por esses serviços, dos quais 56,6% corresponde a auditoria de demonstrações financeiras.

A Deloitte Brasil Auditores Independentes atua como auditor da SESAMM desde agosto de 2012. Os auditores não prestaram, durante o período de atuação nas companhias, serviços não relacionados a auditoria externa.

## Acesso a Informações da Sabesp pelo Cidadão

Aderente ao princípio da transparência em seus negócios e em atendimento à Lei Federal nº. 12.527/2011 e ao Decreto Estadual nº 58.052/2012, a Sabesp disponibiliza o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, que consiste em um canal de atendimento por meio do qual o cidadão pode ter acesso às informações de órgão públicos.

As informações mínimas sobre a companhia, exigidas pela referida legislação, estão disponíveis no site da Empresa, em [www.sabesp.com.br](http://www.sabesp.com.br), no link SIC, localizado no menu superior, assim como o canal para abertura de solicitações de outras informações pelo cidadão. Além do contato via internet, a Sabesp também coloca à disposição do cidadão o atendimento presencial na Rua Costa Carvalho, 300.

Ao longo do ano de 2013, foram atendidas 390 solicitações de informações, todas registradas por telefone e internet. Nesse mesmo período ocorreram 10 interposições de recursos, de 1ª e 2ª Instâncias, geradas pelos cidadãos, buscando informações complementares e esclarecedoras, sendo todas atendidas plenamente.

## Eficiência, transparência e comprometimento

O ano de 2013 foi marcado por um grande avanço em direção ao aprimoramento da eficiência dos processos internos da companhia, com o início da implantação de um ERP - Enterprise Resource Planning (sistema integrado de informações empresariais), composto pelo software da SAP e por um software comercial e de relacionamento com os clientes, da empresa Engineering. O projeto, intitulado SiS (Sistema Integrado de Informações Sabesp), estará em operação em meados de 2014, oferecendo maior confiabilidade e assertividade para a tomada de decisões tanto nas áreas financeiras e comerciais quanto no âmbito da governança corporativa. Isso será possível a partir da disponibilização de informações integradas, consolidadas e em tempo real.

Outra vantagem competitiva está na mudança da cultura organizacional a ser incorporada pelo conjunto de colaboradores devido à necessidade de mudança nos atuais processos, para adotar os melhores práticas de mercado. Para isso, em meados de 2013, uma equipe composta de aproximadamente 150 profissionais, de todas as áreas da Sabesp, foi designada para desenvolvimento do projeto.

O projeto contempla também as ações necessárias para preparar a Sabesp para atuar nesse novo ambiente. Portanto, todos os atuais procedimentos estão sendo revistos e adaptados e os cerca de 15 mil empregados da Sabesp serão treinados, utilizando-se a estratégia de multiplicadores do conhecimento formados pelas equipes alocadas no projeto. Também foi formada uma rede de Agentes da Mudança, cerca de 300 colaboradores de todas as unidades que tem a missão de disseminar os novos processos para todos os demais empregados da empresa.

Em 2013, a Sabesp também iniciou a 3ª etapa de implantação do GVA - Gestão por Valor Agregado, destinada à consolidação desse sistema de gestão nas Diretorias Metropolitanas e de Sistemas Regionais, além de iniciar sua expansão para as diretorias de Tecnologia, Financeira, Corporativa e Presidência. Com a assimilação do GVA nos vários níveis da organização, através do estabelecimento de métricas comuns para objetivos estratégicos, avaliação de resultados e estímulo ao desempenho, busca-se a consolidação de uma cultura de criação de valor para os negócios e a melhora na qualidade da decisão em todos os níveis da companhia – dos níveis estratégicos à gestão operacional, passando pela concepção e execução dos grandes empreendimentos.

## Pesquisa e inovação

Em 2013, a companhia destinou R\$ 6,4 milhões a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, mantendo os recursos aos projetos realizados com a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Estes estudos integram linhas de pesquisa consideradas prioritárias para a Sabesp: novas alternativas de tratamento, disposição e utilização de lodo de ETAs e ETES, monitoramento da qualidade da água; novas tecnologias para implantação, operação e manutenção de sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos; e eficiência energética. Além disso, obtivemos o enquadramento na máxima categoria de inovação pela Agência Brasileira de Inovação – FINEP para o projeto "Sabesp - Inovações Tecnológicas para o Setor de Saneamento", que inclui propostas como um sistema de produção de água de reuso, sistema de coleta de esgoto a vácuo, biofiltração do gás gerado no tratamento de esgoto para controle de odores e secador de lodo de esgoto por irradiação. No início de 2014, foi incluída mais uma proposta no projeto: o sistema de gasificação por plasma de resíduos sólidos de estações de tratamento de esgoto. O projeto pleiteia o financiamento de aproximadamente R\$ 90 milhões.

O aproveitamento dos gases gerados no tratamento de esgoto é outra ação a ser valorizada com o objetivo de reduzir as emissões provocadoras de efeito estufa e o volume de resíduos que seguem para aterros sanitários. Nesta direção, continuamos com o projeto de produção do biogás resultante do tratamento de esgoto na ETE de Franca para abastecimento de frota de 49 carros. O projeto, que tem parceria com o Instituto Fraunhofer (Alemanha), tinha início previsto para o segundo semestre de 2012. Contudo, houve atraso nas negociações entre o governo brasileiro e alemão para viabilizar o envio dos equipamentos. De toda forma, trabalhamos com nova meta de iniciar a produção em 2014.

Também em 2013, a Sabesp realizou estudos de prospecção tecnológica em temas de relevância para pesquisa e desenvolvimento. Inédito para o setor de saneamento na América do Sul, tal levantamento auxilia a identificação de tecnologias promissoras, bem como aponta possibilidades de negócios e parcerias. Alguns dos temas explorados foram a remoção de algas específicas que causam gosto e odor na água, dessalinização, novas tecnologias para redução do volume de lodo gerado, remoção de nutrientes do esgoto sanitário e tecnologias para adequação ambiental dos efluentes de lagoas de estabilização.

Na área de proteção de direitos de propriedade intelectual, temos seis processos de patenteamento, uma carta patente expedida e 14 softwares registrados junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Uma das patentes depositadas versa sobre o desenvolvimento de dispositivo para lavagem de reservatórios de água que é capaz de reduzir em até 90% o volume de água gasto nestas operações, além de diminuir significativamente o tempo dispensado. Cabe mencionar que a Sabesp também atua ativamente nas comissões de estudo da ABNT para a elaboração de Normas Técnicas.

## Novos negócios e soluções ambientais

Em busca de soluções que otimizem os processos produtivos e colaborem com a preservação dos recursos naturais, além das linhas de pesquisa e inovação, a Sabesp busca constantemente desenvolver outros mercados e serviços que não sejam apenas o abastecimento de água e esgotamento sanitário stricto sensu.

Nesse sentido, em 2013 o Conselho de Administração aprovou a criação de uma sociedade de propósito específico, por meio da qual a Sabesp, em parceria com a Servtec e a Tecniplan, produzirá energia a partir do potencial hídrico do Sistema Cantareira. O projeto prevê a produção de 7 MW de energia, que será disponibilizada na rede da concessionária de energia, contribuindo com a matriz energética limpa do país. A expectativa é de que as obras das duas primeiras plantas, com capacidade para 4,2 e 2,8 MW, comecem no segundo semestre/2014. Com essa geração de energia seria possível suprir um município com 50 mil habitantes, contribuindo com a matriz de energia limpa e renovável.

Também no segmento de energia, o projeto para implantação de uma unidade de tratamento de resíduos sólidos que a Companhia vinha desenvolvendo com os municípios do Alto Tietê, este passou a ser administrado pela Secretaria de Energia.

No segmento de efluentes não-domésticos, a Attend Ambiental, empresa criada em sociedade com a Estre Ambiental,

para implantar e operar estação de pré-tratamento e condicionamento de lodo em Barueri, na RMSP, deve entrar em operação em 2014.

Com relação ao aproveitamento do gás gerado nos processos de tratamento de esgotos, estão em andamento os estudos para identificar a melhor alternativa: secagem do lodo, geração de energia, transformação em gás natural. A conclusão destes estudos está prevista para o final de 2014.

Mais informações sobre nossos projetos em soluções ambientais estão disponíveis em [www.sabesp.com.br](http://www.sabesp.com.br), item Produtos do menu principal.

## Gestão de Riscos

As atividades de gestão de riscos na Sabesp obedecem a padrões internacionais e norma técnica brasileira, especificamente o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ACDN NBR ISO 31.000 – Gestão de Riscos – *Princípios e Diretrizes*. Todos os trabalhos também estão alinhados ao Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, ao planejamento estratégico da Empresa, seus processos e à cultura organizacional.

Estamos sujeitos a certos fatores de riscos, descritos no item 4.1 do nosso Formulário de Referência<sup>(2)</sup>, sendo que as ações mitigatórias são estabelecidas por planos de ação, com monitoramento contínuo.

A despeito dos esforços, em 2013 e início de 2014 não pudemos evitar a exposição das nossas operações aos efeitos da severa escassez hídrica em nossa área de atuação. De tempos em tempos enfrentamos períodos de estiagem, sendo que em 2012 parte da região sudeste do Brasil, particularmente o sul do Estado de Minas Gerais, a bacia do rio Piracicaba (de onde captamos a água utilizada no Sistema Cantareira) e o norte da Região Metropolitana de São Paulo tiveram chuvas abaixo da média. A seca se agravou no final de 2013 e início de 2014, com as precipitações bem abaixo da média histórica, resultando em uma redução do nível dos reservatórios durante a estação das chuvas, entre outubro e março, no Sistema Cantareira, o maior sistema da Região Metropolitana de São Paulo.

A fim de minimizar os efeitos da seca, em fevereiro de 2014, a Sabesp implantou um programa de incentivo à redução do consumo de água para os consumidores abastecidos pelo Sistema Cantareira. Com base em um sistema de bônus, os consumidores que reduzirem o consumo de água em 20% em relação ao consumo médio mensal dos últimos 12 meses, receberão 30% de desconto na conta de água e esgoto. O programa, aprovado pela ARSESP, deverá durar até o final de 2014, ou até que o nível dos reservatórios do Sistema Cantareira esteja normalizado.

Em função da estiagem e do baixo volume de água armazenado no Sistema Cantareira, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) do Estado de São Paulo e a Agência Nacional de Águas (ANA) determinaram que desde 10 de março de 2014, devemos, temporariamente, restringir a vazão de água captada no Sistema Cantareira de 33 m<sup>3</sup>/s para 27,9 m<sup>3</sup>/s. Para suprir essa menor disponibilidade de água e continuar abastecendo a população, a companhia está realizando uma ampliação do uso da água de outros mananciais da região metropolitana de São Paulo. Se as chuvas não retornarem a índices adequados e, consequentemente, os níveis dos reservatórios não forem reestabelecidos, poderemos ser obrigados a tomar medidas mais drásticas, como o racionamento de água.

Como resultado, o volume faturado de água poderá cair durante 2014 e os nossos custos poderão aumentar em função dos investimentos adicionais necessários para mitigar os efeitos da seca nos sistemas produtores de água. Embora seja esperada uma queda em nosso faturamento, não podemos estimar com precisão o impacto do programa em nossas receitas, assim como também não podemos assegurar que uma eventual estiagem no futuro não venha a provocar um efeito material e adverso em nosso sistema de abastecimento de água e, consequentemente, nos nossos negócios e resultados.

O aprimoramento permanente e a difusão do processo de gestão de riscos na Sabesp continua sendo uma prioridade para a companhia, que busca constantemente a prevenção e a redução dos riscos, por meio da identificação e do tratamento de eventos que possam afetar o cumprimento dos objetivos estratégicos, com a possibilidade de impactar os resultados, o capital, a liquidez e a reputação.

<sup>2</sup> O Formulário de Referência pode ser acessado no sítio da empresa em [www.sabesp.com.br/investidores](http://www.sabesp.com.br/investidores), seção Informações Financeiras e Operacionais – Formulário de Referência e IAN

## Controles internos

A avaliação dos controles internos é realizada de forma estruturada e sistemática desde 2005, tendo como referência os parâmetros do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) e do Control Objectives for Information and Related Technology (COBIT).

Anualmente, o processo de avaliação dos controles internos é reavaliado considerando tanto a eventual existência de novos riscos associados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras quanto de possíveis alterações significativas nos processos e sistemas informatizados.

Os controles, que são testados por uma unidade independente da companhia, abrangem os procedimentos que asseguram a precisão dos registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as regras oficiais; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da companhia. A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2012, em cumprimento à seção 404 da lei norte-americana Sarbanes-Oxley, foi concluída em abril de 2013 e não identificou qualquer deficiência considerada material, assim como já havia ocorrido em anos anteriores. Os testes relativos ao exercício 2013 serão concluídos em abril de 2014.

## Processos Judiciais

No curso regular das suas atividades, a Sabesp é parte em alguns processos judiciais, envolvendo questões de natureza civil, ambiental, trabalhista e fiscal. Vários litígios individuais somados respondem por uma parte significativa do valor total de processos judiciais. As nossas demonstrações financeiras constam de processos classificados como de perda possível e provável, sendo provisionado somente os de perda provável. Os processos relevantes estão descritos na Nota Explicativa 17 das nossas demonstrações financeiras incluídas neste relatório anual.

## EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM UM AMBIENTE DE ADVERSIDADES CLIMÁTICAS

Essas quatro décadas de atuação da Sabesp no Estado mais populoso do país foram marcadas por grandes desafios, sendo um dos maiores o de acompanhar a crescente demanda por água num cenário de permanente crescimento populacional, escassez hídrica, planejamento urbano deficitário e sujeito a fortes impactos climáticos, a exemplo da estiagem vivenciada em pleno verão de 2013/2014.

Entre os diversos ambientes, a Região Metropolitana de São Paulo é um capítulo à parte. Ela concentra cerca de 72% de nossos clientes e é uma das regiões com menor disponibilidade hídrica do país, com situação comparada a regiões desérticas.

Com a falta de chuva e picos históricos de temperaturas, o ano de 2013 foi considerado um dos dez mais quentes da história, desde que os registros modernos começaram em 1850, segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e, consequentemente, o mês de janeiro de 2014 também registrou altas temperaturas, alcançando média de 31,9°C na Capital. Foi a maior média em 71 anos, desde 1943, quando o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) começou a fazer as medições. Situação semelhante foi observada no restante do Estado.

Como resultado, o Sistema Cantareira, maior e principal reservatório para o abastecimento da capital, registrou, no final de março de 2014, um volume de armazenamento de apenas 14%, o nível mais baixo da história.

Para minimizar os efeitos da severa estiagem, a companhia colocou em práticas manobras operacionais com a captação de água de outros sistemas para o abastecimento da região atendida pelo Cantareira, reforçou campanhas pelo uso racional da água e ofereceu um desconto de 30% na conta de água e esgoto aos clientes abastecidos pelo Sistema Cantareira que baixassem em 20% o nível de consumo (com base na média dos 12 meses anteriores). O desconto vigorará até o final de 2014.

Como medida permanente, para dar conta de atuar em um ambiente cada vez mais adverso, a empresa tem se empenhado na busca de uma gestão mais ágil, eficiente e moderna, de recursos tecnológicos e engenharia de ponta para colocar em prática iniciativas ousadas e grandiosas, que simbolizam o pioneirismo, a preocupação socioambiental e a visão estratégica de longo prazo da Companhia.

Um exemplo disso é o **Sistema Produtor São Lourenço** (SPSL), obra de grande porte e complexa que objetiva a captação de água a 83 km de distância, entre a represa Cachoeira do França, em Ibiúna, no interior, e os pontos de tratamento, reserva e distribuição dessa água, na RMSP. Com isso, a produção de água tratada na região metropolitana será ampliada em 4,7 m<sup>3</sup>/s, passando dos atuais 73 para 77,7 metros cúbicos de água por segundo.

Em agosto de 2013 foi assinado o contrato da PPP (Parceria Público-Privada) para a execução das obras pela empresa Sistema Produtor São Lourenço S.A.. Trata-se de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), formadas pelas construtoras Camargo Correa e Andrade Gutierrez.

O contrato, no valor total de R\$ 6 bilhões, inclui as obras, cujo investimento total, integralmente assumido pela SPE, é de R\$ 2,2 bilhões. Somente após o início da operação, a Sabesp desembolsará uma contraprestação mensal referente à operação e manutenção do sistema, por um período de aproximadamente 21 anos, totalizando assim um período de 25 anos de concessão quando somados aos quatro anos previstos para obras.

As obras serão iniciadas ainda no primeiro semestre de 2014, e a entrega do sistema deve ocorrer em meados de 2018. Serão beneficiados diretamente 1,5 milhão de moradores das regiões oeste e sudoeste da Grande São Paulo. A iniciativa, consequentemente, trará benefícios indiretos para toda a Região Metropolitana, já que o novo sistema será interligado ao sistema existente, aumentando a oferta de água. A iniciativa soma-se a outras ações da Sabesp para assegurar a regularidade no abastecimento na região dentro do **Programa Metropolitana de Água** (PMA). Implantado em meados da década de 90, o Programa já demandou R\$1,6 bilhão em investimentos de 2006 ao final de 2013, incluindo a parceria público-privada Alto Tietê. Até 2018 estão previstos aportes num total de aproximadamente R\$ 4,4 bilhões, com recursos próprios e financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por meio da PPP São Lourenço.

A meta do PMA é melhorar a confiabilidade e a flexibilidade do sistema por meio da ampliação da capacidade de produção de água na RMSP. Do aumento de 13,2 m<sup>3</sup>/s previstos para 2014, concluímos 5,5 m<sup>3</sup>/s até 2013, dos quais 5m<sup>3</sup>/s por meio da PPP Alto Tietê concluída em 2011, com previsão de concluir mais 1m<sup>3</sup>/s ainda este ano. Cabe destacar que em 2013 as metas do programa foram revistas para alcançar até 2018 a ampliação da capacidade de produção na RMSP em 9,5m<sup>3</sup>/s, o que inclui o Sistema São Lourenço, o qual será responsável sozinho pela ampliação de 5m<sup>3</sup>/s.

Em 2013 foram investidos R\$128 milhões no programa, em obras realizadas em municípios como São Paulo, Embu-Guaçu, Carapicuíba, Arujá para aumento da reserva, novas adutoras e estações elevatórias. Dentro do montante investido, também entregamos a adutora Grajaú – Parelheiros que, sozinha, teve um custo de R\$ 44,9 milhões, beneficiando cerca de 250 mil habitantes da região Sul da capital paulista.

Também na Capital, estão previstas obras de ampliação da capacidade operacional de produção da ETA Alto da Boa Vista (RJCS) e adequação da ETA Guarau visando atendimento da demanda em picos de consumo. A obra da ETA ABV (RJCS) será entregue ainda em 2014 e a adequação da Guarau acontecerá até 2016. Com isso, a RMSP poderá contar com mais 3,5 mil litros por segundo de capacidade de produção.

A Baixada Santista (RMBS) é outra região que apresenta grande complexidade para o abastecimento, principalmente em períodos de alta temporada, quando são registrados picos de temperatura e elevada presença de turistas. No final de 2013 as cidades da Baixada receberam mais de 3,6 milhões de visitantes e, entre o início de janeiro e meados de março de 2013, a cidade do Guarujá, atingiu por 27 vezes a maior temperatura do país, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

O sistema integrado da RMBS recebeu o reforço de dois novos sistemas produtores de água potável Mambu/Branco, em Itanhaém, e Jurubatuba, localizado no Guarujá. Ambos já vinham operando em fase experimental desde o final de 2012 e foram oficialmente inaugurados em dezembro de 2013. Juntos, eles tratam 3,6 mil litros por segundo, disponibilizando mais água de qualidade a moradores e turistas das cidades de Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, área continental de São Vicente, Santos e Cubatão.

Essas ações integram o programa **Água no Litoral** que prevê um total de R\$ 1,1 bilhão em investimentos até o final da década, com recursos próprios e da Caixa Econômica Federal. Desse montante, já foram aportados R\$ 858 milhões, sendo R\$ 100 milhões somente em 2013, incluindo os investimentos destinados ao aumento da reservação e melhorias do sistema de tratamento e distribuição no litoral Norte.

No interior, entregamos cinco estações de tratamento (ETAs) e iniciamos em abril de 2013, as obras do novo sistema de captação de água no rio Sapucaí-Mirim, em Franca, a um investimento de R\$ 162,4 milhões. Quando finalizado, em 2015, o sistema irá elevar a captação em 800 litros por segundo, garantindo o abastecimento naquela cidade e região por, pelo menos, mais duas décadas.

Outra frente de atuação no interior tem como foco o acesso a água e esgotamento sanitário a famílias em situação de maior carência econômica e social que habitam localidades afastadas dos centros urbanos. Para isso, foi lançado, no final de 2011, o Programa **Água é Vida**, que visa beneficiar cerca de 15 mil pessoas em 81 comunidades de 30 municípios do Alto Paranapanema e Vale do Ribeira.

Neste projeto, a Sabesp responde pelo fornecimento de água, e os municípios, com financiamento do governo do Estado, são responsáveis pela instalação de Unidades Sanitárias Individuais, as USIs, compostas de fossas sépticas, caixa de gordura e filtro anaeróbio ou sumidouro. Trata-se de um sistema mais simplificado, porém com condições de atender a todas as condições sanitárias requeridas com menor investimento se comparado a sistemas de coleta, que se tornam financeiramente inviáveis quando se tratam de comunidades isoladas.

Com relação ao abastecimento de água, foram investidos aproximadamente R\$ 6,5 milhões em perfuração de poços e infraestrutura de projetos (reservatórios, equipamentos, redes e dutos). A meta é investir aproximadamente R\$ 15 milhões até 2015.

Até 2013, executamos quase 64 quilômetros de redes e dutos para atender o programa e colocamos em operação 20 poços. Até o final do programa a meta é chegar a 220 quilômetros de rede e dutos e 45 poços perfurados em operação.

Um montante de aproximadamente R\$ 6 milhões foi estimado para construção de infraestrutura de esgoto, a ser financiado pelo Governo do Estado. Este valor é negociado entre os municípios e o Governo do Estado, sendo que a Sabesp fica com a responsabilidade de indicar a solução técnica mais adequada para cada região.

Tantos esforços para o aumento da oferta de água não teria sentido sem um trabalho paralelo pela redução dos vazamentos e desvios da água produzida. Com o **Programa Corporativo de Redução de Perdas**, implantado no início de 2009, conseguimos em cinco anos diminuir as perdas de faturamento de água, de 27,6% para 24,4% e as perdas físicas de 22,2% para 20,3%. Em litros por ligação/dia, a redução foi de 436 para 372. O volume físico total economizado nesse período foi de 29,4 milhões de metros cúbicos. O volume economizado é suficiente para atender permanentemente à população de municípios com o porte de Santos. Até o final da década, o investimento total no programa deverá atingir R\$ 5,9 bilhões.

As principais ações de combate a perdas são substituição de redes, ramais e hidrômetros, combate a ligações irregulares (fraudes) e varredura de vazamentos não-visíveis. Desde o início do programa até o final de 2013, investimos R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 424 milhões em 2013, com recursos da JICA (*Japan International Cooperation Agency*), Caixa Econômica Federal e BNDES, além de recursos próprios.

Para assegurar a disponibilidade de água potável para a população, as ações para ampliar o abastecimento e reduzir as perdas de água são complementadas por iniciativas que buscam o uso eficiente da água e a preservação de suas fontes.

Nesse sentido, nosso **Programa de Uso Racional da Água (PURA)**, por meio de parceria com entidades públicas, estaduais e municipais, que gerem cerca de 7.900 imóveis, visa estimular o uso responsável da água. Adirindo ao PURA, as entidades podem pagar uma tarifa cerca de 25% inferior à tarifa aplicável às entidades públicas que não tenham aderido ao programa, se conseguirem reduzir o consumo de água em pelo menos 10%.

A implantação do PURA, que em 2013 foi ampliado para mais 160 prédios, atualmente propicia uma economia mensal de água tratada suficiente para abastecer permanentemente cerca de 36 mil habitantes.

Outra iniciativa para preservar a água potável para consumo humano é a **Água de Reuso**. Localizado junto à Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) ABC, na divisa entre os municípios de São Paulo e São Caetano do Sul, o **Aquapolo Ambiental**, implantado no final de 2012 em parceria com a Odebrecht Ambiental, abastece o Polo Petroquímico de Capuava, em Mauá, com água de reuso proveniente do tratamento do efluente gerado na ETE ABC.

Atualmente, a planta produz 450 litros por segundo de água de reuso destinada à atividade industrial. A expectativa é que o Aquapolo alcance o pico de sua produção (1.000 litros por segundo) por volta de 2020, quando a economia de água potável proporcionada pelo projeto equivalerá a uma cidade de até 500 mil habitantes. Adicionalmente, em 2013, as ETES da RMSP forneceram mais de 400 mil m<sup>3</sup> de água de reuso. O processo de produção da água de reuso da Sabesp é assegurado pelo sistema de gestão ISO 9001:2000, obedecendo a rigorosos parâmetros de qualidade.

A proteção de mananciais é outro desafio e que necessita de grande parceria do poder público municipal, principalmente com a forte fiscalização da ocupação irregular dos arredores de represas que abastecem grandes cidades como São Paulo. Neste caso, nossas ações se estendem para o extremo sul da capital, onde estão localizados alguns dos principais reservatórios da grande São Paulo, as represas Billings e Guarapiranga. Trata-se do programa **Mananciais/Vida Nova**, implantado em 2008.

Embora seja de responsabilidade da prefeitura da Capital, que tem a tarefa de executar intervenções em 43 favelas e loteamentos irregulares das áreas próximas às represas, a Sabesp atua ampliando a infraestrutura de coleta de esgoto enviado para tratamento, principalmente nas áreas de nascentes dessas represas.

Dos R\$ 355 milhões previstos em contrapartidas da Companhia a serem investidos nesse projeto, até agora foram executados aproximadamente R\$ 117 milhões, dos quais R\$ 48,4 milhões em 2013. Os custos totais, a serem executados até o final de 2015, somam cerca de R\$ 1,6 bilhão, com recursos também da União, Governo do Estado, municípios e Banco Mundial.

Ainda dentro das iniciativas pela recuperação das represas, foram iniciadas em dezembro de 2011 as ações do **Nossa Guarapiranga**, represa que abastece uma média de três milhões de pessoas da região sul da capital. O Programa conta com dez botes coletores e 11 ecobarreiras.

Neste primeiro período de operação dos serviços, foram coletados mensalmente, em média, 250 metros cúbicos de lixo, e transferidos para aterro sanitário. Só em 2013, foram retirados 2,5 mil metros cúbicos de resíduos. Além disso, desde julho de 2012, tem sido feito um serviço de diagnóstico, controle e retiradas de plantas aquáticas, as macrófitas, que obstruem a captação de água na represa. Este serviço conta com dois barcos especialmente equipados.

No período de 18 meses, foi retirado da represa um total de 11,3 mil m<sup>3</sup> de macrófitas, o equivalente a aproximadamente 600 caminhões. O material coletado foi posteriormente disposto para secagem e desidratação; os volumes residuais foram transferidos para aterro sanitário. Foram investidos nessas ações o valor de R\$ 12,2 milhões, que devem continuar até 2015 com previsão de investimento de mais R\$ 4,3 milhões.

## Controle de Qualidade

A alta qualidade da água é uma das marcas que fazem da Sabesp uma empresa reconhecida internacionalmente. Para isso, temos estrutura de monitoramento que acompanha desde a produção à distribuição da água. São 15 laboratórios regionais distribuídos estrategicamente pelo estado que realizam mais de 760 mil ensaios todos os anos. Os resultados são divulgados mensalmente nas contas dos clientes.

A Sabesp também possui um laboratório que centraliza os ensaios de maior complexidade técnica e recebe amostras de água bruta e tratada, distribuída por todas as regiões operadas. São realizados cerca de 300 mil ensaios por ano, incluindo a análise, em que técnicos degustam amostras de água para identificar a existência de substâncias que causam alterações no gosto ou odor. A Sabesp é a única no país a fazer este tipo de análise. A acreditação dos ensaios pelo Inmet é uma meta para todos os laboratórios. Atualmente, 12 unidades já possuem alguma acreditação e 240 métodos são acreditados.

## ESGOTAMENTO SANITÁRIO: SAÚDE, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), assim como nos serviços de água, também é um dos maiores desafios para a empresa no que diz respeito ao tratamento de esgotos. Além de concentrar quase a metade da população total do estado, a histórica ocupação desordenada do solo, que se intensificou nos últimos 40 anos com suas construções em encostas de rios e regiões de várzea, ampliou a degradação ambiental.

Esta realidade agrava o problema no trecho urbano do rio na região da metrópole, especialmente porque o Tietê, o principal rio do estado, tem sua nascente a apenas 100 quilômetros de São Paulo, o que faz com que receba uma alta carga poluidora em seu trecho inicial onde ainda apresenta uma vazão média anual muito baixa.

Em seu 22º ano, o **Projeto Tietê**, considerado o maior programa de saneamento ambiental do Brasil, segue com a construção e ampliação de ETES (Estações de Tratamento de Esgoto), instalação de novas tubulações de grande porte (interceptores e coletores-tronco), aumento das redes coletoras nos bairros e novas ligações domiciliares.

Atualmente estamos na terceira etapa do Projeto, que foi iniciada em 2010 e na qual a Sabesp já investiu R\$ 1,1 bilhão, dos quais R\$ 358 milhões em 2013, resultando em 83% das obras em execução ou em fase de contratação espalhadas por 27 municípios na RMSP.

Ainda nesta 3ª fase os investimentos estimados atingirão US\$ 2 bilhões e contam com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e da Caixa Econômica Federal. Até 2016, quando a etapa atual estiver em sua fase final, mais 1,5 milhão de pessoas passarão a dispor de coleta e três milhões de novos habitantes contarão com serviço de tratamento de esgotos.

No ano de 2013, merece destaque, dentro das ações da 3ª etapa, o início da ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos de Barueri, a maior unidade de tratamento de efluentes da América Latina. O empreendimento aumentará a capacidade de tratamento de 9,5 mil litros por segundo para 16 mil litros por segundo, passando de 4,5 milhões para 7,5 milhões de pessoas atendidas.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Na fase atual, temos a previsão de ampliar na RMS, até o final desta etapa, o índice de cobertura de coleta de 84% para 87%, e de 70% para 84% em relação ao tratamento do volume coletado. O impacto positivo deste pacote de obras também deverá refletir na diminuição do odor do rio no trecho urbano da capital paulista. A mancha poluidora do rio Tietê, que já diminuiu aproximadamente 160 quilômetros no sertão interior-capital deverá recuar ainda mais. Também em 2013, avançamos no planejamento da quarta etapa, cujo valor estimado de investimentos é de US\$ 4 bilhões. O início das obras desta etapa, inicialmente previsto para 2016, será antecipado para 2014. Nesta última fase, além de obras de grande complexidade na região central de São Paulo, que permitirão realizar a adequação e ampliação do sistema existente de coleta e transporte de esgotos, iremos também avançar com a oferta de redes nas áreas periféricas mais afastadas e carentes da região metropolitana.

Desde quando foi implantado, em 1992, já foram instalados 3,6 mil quilômetros de dutos, entre redes coletoras, coletores-tronco e interceptores, implantadas novas ETEs e ampliadas outras.

O **Programa Córrego Limpo** é outra iniciativa da Sabesp que está contribuindo para a redução da carga poluidora dos corpos d'água do município de São Paulo. O trabalho tem parceria do poder executivo municipal e de 2007 ao final de 2013 já despoluiu 146 córregos, a um custo de R\$ 730,3 milhões dos quais R\$ 130 milhões são da Sabesp. Em 2013, foi iniciada a quarta etapa com a despoluição de 30 córregos da capital, com investimentos de aproximadamente R\$ 20 milhões. Nessa etapa, que deverá estar concluída até dezembro de 2014, está prevista a despoluição de mais 20 córregos de maior porte, com investimentos de R\$ 100 milhões da Sabesp.

Nos municípios da Baixada Santista e Litoral Norte, com o **Programa Onda Limpa**, considerado a maior ação de saneamento ambiental do litoral brasileiro, estamos avançando em nossa meta de universalizar o atendimento de esgoto e a melhoria da qualidade das praias.

Na Baixada Santista, o **Programa Onda Limpa** que começou em 2007 e recebeu até o final de 2013 R\$ 1,9 bilhão em investimentos, dos quais R\$ 75,5 milhões investidos no ano de 2013. Em novembro de 2013 iniciamos a fase complementar do programa, com conclusão programada para 2017. Nesta fase estão sendo investidos cerca de R\$ 700 milhões, incluindo o emissário submarino da Praia Grande que sozinho responde por aproximadamente R\$ 300 milhões desse montante e 33 mil novas ligações domiciliares de esgoto. Ao final desta fase, esperamos que os índices saltem dos atuais 73% de atendimento para 88%.

A segunda fase do Onda Limpa, que deve ter início em 2015, já está em processo de elaboração dos projetos executivos. As obras devem universalizar o serviço de esgoto na Baixada Santista até o final da década.

No **litoral norte**, o programa já demandou aportes de R\$144 milhões, sendo que mais de R\$18 milhões desse montante foram investidos em 2013 em obras de expansão de redes de coleta, novas estações elevatórias e ETEs. Até 2016 ainda estão previstos investimentos de mais R\$510 milhões na região, com recursos próprios e financiamentos com o BNDES e Caixa, quando o índice de cobertura deve chegar a 85%.

Há seis anos da universalização no litoral, o resultado positivo da ampliação da coleta e tratamento de esgotos já é observado por exemplo na praia do Guaiúba, localizada no Guarujá, que está em vias de conquistar o 2º Selo Bandeira Azul, um dos mais respeitáveis reconhecimentos de qualidade ambiental de praias no mundo.

Atualmente, cerca de 21,5 milhões de habitantes do Estado tem seus esgotos coletados por aproximadamente 46,7 mil quilômetros de redes de coleta, emissários e interceptores de esgoto. Até o final de 2013 chegamos a um total de 509 estações operando em todo o estado. Em 2014 está prevista a entrega de outras 28 unidades.

Em que pese todos os esforços e investimentos pela expansão das redes coletoras, a falta de condições econômicas de uma parcela de clientes para adaptar as instalações sanitárias de sua residência a essas tubulações faz com que o esgoto continue a ser descartado de forma inadequada. Para estas situações, a Sabesp e o Governo do Estado de São Paulo lançaram, no final de 2011, o Programa Pró-Conexão, cujo nome-fantasia adotado pela companhia é **Se Liga na Rede**. Em oito anos, a meta é realizar as adequações intradomiciliares e conectar 192 mil residências de famílias com renda de até três salários-mínimos à rede coletora de esgoto.

No programa, os custos de instalação das interligações são inteiramente pagos pelo governo (80%) e pela Sabesp (20%), totalizando R\$ 349,5 milhões em investimentos. Em 2013, o programa ganhou impulso, tendo sido realizadas 15,2 mil ligações a um custo total de R\$ 33,2 milhões, o que equivale ao provimento do serviço para cerca de 50 mil pessoas.

## Destinação de Resíduos

A gestão dos resíduos sólidos oriundos da prestação dos serviços de saneamento compõe uma complexa equação, composta por variáveis legais, ambientais e operacionais. Tomando-se como exemplo a produção e disposição final dos lodos de ETAs e ETEs, observa-se que a legislação vigente, bem como a sociedade, exige avanços na busca de alternativas tecnológicas que considerem a minimização da geração e o uso benéfico desses resíduos. Diante dessas questões, a Sabesp tem trabalhado em várias frentes, buscando inovações em relação à destinação e à disposição final desses resíduos.

Parte dos R\$ 6,4 milhões investidos no desenvolvimento da pesquisa em 2013 foi destinada aos temas voltados à disposição e uso benéfico do lodo, de modo a atender aos Princípios da Produção Mais Limpa. As parcerias com a Agência Brasileira de Inovação – FINEP e Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) contemplam projetos sobre a utilização do lodo como material de recuperação de áreas degradadas, sua aplicação na cobertura a aterros sanitários e extração de areia para emprego na construção civil.

Além disso, no primeiro semestre foi assinado contrato para transformação de cerca de 70 toneladas diárias de lodo produzido na ETE de Lavapés, em São José dos Campos, em composto agrícola. Já foi produzida uma quantia a título experimental. Entretanto, para que seja feita a destinação aos produtores agrícolas ainda é necessária aprovação do registro de autorização pelo Ministério da Agricultura cuja documentação foi protocolada no órgão no início de 2014. A expectativa é obter a autorização entre o final de 2014 e início de 2015.

Na ETE Barueri, a maior estação de tratamento de esgotos da América Latina, o planejamento está direcionado para a instalação de unidades de secagem de lodo. Há estudos para o aproveitamento do biogás excedente gerado na digestão do lodo. Em relação ao tratamento de água, o volume de lodo gerado nas ETAs que compõem os oito sistemas integrado metropolitanos de abastecimento foi reduzido em 22% nos últimos cinco anos. Isso foi possível por meio da otimização do processo de tratamento e aplicação de novas tecnologias. Em paralelo, nos últimos 10 anos, baixamos em 19% o uso de produtos químicos utilizados no tratamento de água na Grande São Paulo, com efeitos benéficos sobre a geração de efluentes e lodo.

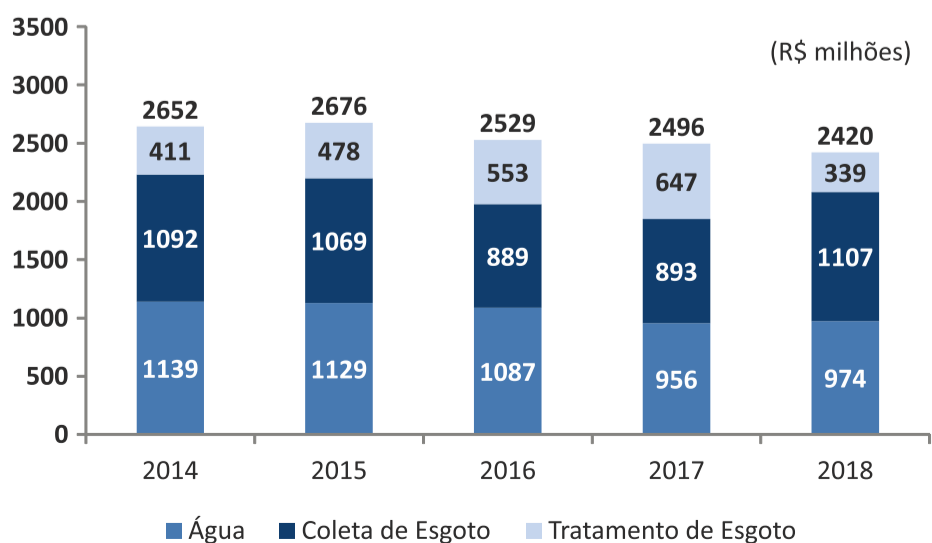
## GESTÃO FINANCEIRA

Para cumprir nossa meta maior que é a universalização dos serviços em nossa área de atuação até o final desta década, a companhia empenha-se para manter uma gestão eficiente dos recursos financeiros, que suporte o plano de investimentos da Companhia, correspondente a cerca de 30% do que é investido em saneamento no Brasil.

Além das ações rotineiras para redução de custos, aumento da eficiência e contratações mais vantajosas, a Sabesp participou ativamente em 2013 no processo de revisão tarifária junto à Arseps, visando o estabelecimento de tarifas que remunerem de forma adequada a prestação de serviços pela companhia.

O **plano de investimentos** da Companhia visa expandir os nossos sistemas de água e esgoto, aumentar e proteger nossas fontes de água para atender a crescente demanda por água e esgoto nos municípios onde atuamos. Entre 2014-2018, a previsão é investirmos cerca de R\$ 12,8 bilhões, conforme a seguir<sup>3</sup>:

## Plano de Investimentos

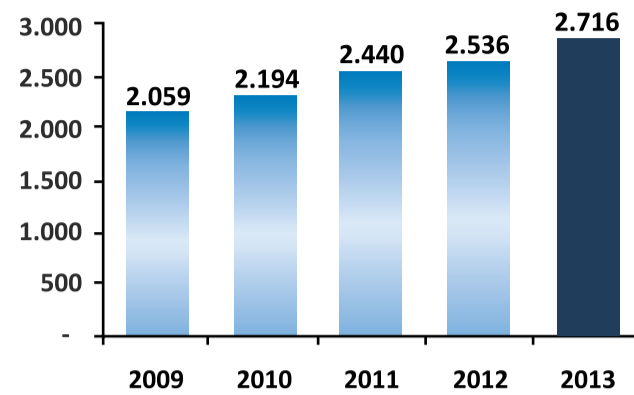


Em 2013, a companhia investiu R\$ 2,7 bilhões, mantendo o patamar de investimentos dos últimos anos.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre nossos projetos de investimento, consulte o capítulo "Expansão da Infraestrutura Hídrica em um Ambiente de Adversidades Climáticas" e "Esgotamento Sanitário: Saúde, Preservação Ambiental e Desenvolvimento".

Histórico de Investimentos<sup>(1)</sup>

(R\$ milhões correntes)



<sup>1</sup> Não inclui os compromissos assumidos com os contratos de programa (R\$ 18 milhões e R\$ 63 milhões, R\$ 139 milhões, R\$ 154,7 milhões e R\$ 65 milhões, respectivamente em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013)

O quadro a seguir apresenta os investimentos realizados em 2013, segregados por segmento e região:

	(R\$ milhões correntes)		
	Água	Esgoto	Total
<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	652,4	977,3	1.629,7
<b>Sistemas Regionais (interior e litoral)</b>	411,3	635,0	1.086,3
<b>Total</b>	<b>1.103,7</b>	<b>1.612,3</b>	<b>2.716,0</b>

Obs.: Não inclui os compromissos assumidos com os contratos de programa (R\$ 65 milhões)

A Sabesp se utiliza de recursos próprios e de terceiros para financiar seu plano de investimento, sendo a maior parte da dívida da companhia (60,2%) contraída junto a agências oficiais de governo nacionais e estrangeiras e organismos multilaterais, com custos baixos e prazos longos. Além disso, recorre a captação de recursos no mercado de capitais nacional e internacional, preferencialmente para a gestão da dívida.

Ao final de 2013, o **endividamento** total da companhia era de aproximadamente R\$ 9,5 bilhões, sendo que a dívida em moeda estrangeira totalizava 39,1% da dívida total. Do endividamento em moeda estrangeira, a maior parte é contraída junto a organismos de financiamento internacionais, apresentando prazos longos de vencimento, fluxo de amortização diluído ao longo do tempo e baixas taxas de juros.

Com relação ao indicador dívida total ajustada pelo EBITDA Ajustado, de 2,32 vezes em 2013, observa-se que o mesmo encontra-se dentro dos limites determinados nos contratos de dívida, que impõem um teto de 3,65 para este indicador. Em 2013, amortizamos R\$ 1,8 bilhão de nossa dívida.

A eficácia da estratégia que a Sabesp vem adotando ao longo dos anos é reconhecida pelo mercado financeiro, e refletiu-se nas avaliações realizadas pelas agências de **classificação de risco** de crédito ao longo do período:

- Em 24 de maio de 2013, a Fitch Ratings elevou o rating nacional da Sabesp para "AA(bra)", de "AA-(bra)", ao mesmo tempo que reafirmou o rating global em "BB+", ambos com perspectiva estável;
- Em 15 de julho de 2013, a Moody's iniciou o acompanhamento da Sabesp, atribuindo-lhe um rating AA1.br na escala nacional e "Baa3" na escala global (equivalente ao rating "BBB-" das demais agências de classificação de risco – primeira escala no **grau de investimento**), com perspectiva estável para ambos os ratings;
- Em 12 de novembro de 2013, a Standard & Poor's reafirmou os ratings de crédito corporativo "brAA+" na escala nacional e "BB+" na escala global. Vale destacar que a perspectiva para ambos os ratings é "positiva" desde 21 de dezembro de 2012.

## Empréstimos e Financiamentos

Em 2013, a empresa contratou um montante correspondente a R\$ 3 bilhões, principalmente junto à Caixa e BNDES que, somadas às contratações anteriores, asseguram 78,4% dos recursos de terceiros necessários aos investimentos previstos para o período de 2014-2018.

## • Caixa Econômica Federal – CAIXA

Em dezembro de 2013 foram firmados contratos que totalizaram aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. Estas contratações também foram objeto da seleção 2012-2013 efetuada pelo Ministério das Cidades, sendo destinadas à execução de obras do Projeto Tietê e do Programa Metropolitano de Água. O prazo total é de até 24 anos, com carência de até 4 anos e juros indexados à TR mais 6% ao ano, acrescidos de taxa de administração de 1,4% ao ano e taxa de risco de 0,3% ao ano.

## • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em fevereiro, firmamos contrato no valor de aproximadamente R\$ 1,35 bilhão, para compor parte da contrapartida da Sabesp no projeto de execução da Terceira Etapa do Programa de Despoluição do Rio Tietê, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O contrato de empréstimo tem como objetivo a implantação de coletores, interceptores, redes coletoras e ligações domiciliares de esgoto, bem como ampliação da capacidade de tratamento de esgoto na Região Metropolitana de São Paulo. O prazo total é de até 180 meses, com carência de até 36 meses e encargos financeiros de TJLP + 1,66% aa.

No âmbito da Seleção 2012-2013 do Ministério das Cidades, também em dezembro, firmamos contrato no valor de R\$ 415 milhões para a ampliação da captação e da capacidade operacional da Estação de Tratamento de Água Guaraú e para a implantação do Reservatório Túnel R3 da mesma ETA, integrantes do Programa Metropolitano de Água. O prazo total do contrato é de até 144 meses, com carência de até 36 meses e encargos financeiros de TJLP + 1,66%aa.

Adicionalmente, junto ao **BNDES**, decorrente do contrato de promessa de subscrição assinado em 2009, realizamos em outubro a emissão da **18ª Debênture**, no valor total de aproximadamente R\$ 275,4 milhões, quando foram emitidas 100 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, divididas em três séries, sendo:

- 1ª Série: 28 debêntures com colocação exclusiva para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$77,1 milhões;
- 2ª Série: 30 debêntures com colocação exclusiva para a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR no valor total de R\$82,6 milhões; e
- 3ª Série: 42 debêntures com colocação exclusiva para o BNDES, no valor total de R\$115,6 milhões.

Em dezembro de 2013, o BNDES e o BNDESPAR subscreveram e integralizaram 58 debêntures, sendo 28 da 1ª Série e 30 da 2ª Série, no valor total de R\$ 159,7 milhões.

Além das contratações de financiamento, em 2013 a Sabesp também assinou um contrato de **Parceria Público Privada**, por meio de concessão administrativa, para a prestação de serviços de operação e manutenção do empreendimento **Sistema Produtor São Lourenço**. O contrato tem valor de aproximadamente R\$6,0 bilhões e tem prazo total de 25 anos, sendo 4,5 anos dedicados às obras e 20,5 anos à prestação dos serviços.

Ainda, formalizou junto à Agência Nacional de Águas - ANA a concessão de estímulo financeiro no âmbito do **Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES**, na forma de pagamento pelo esgoto tratado da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE Pararangaba, no município de São José dos Campos, mediante cumprimento de metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras constantes no contrato do PRODES. O valor total dos recursos financeiros aportados, oriundos do Orçamento Geral da União - OGU, é de cerca de R\$ 8,0 milhões. Os recursos foram depositados em conta vinculada da Sabesp e a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada em doze parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir da plena operação e do início da certificação da ETE, ser sacadas trimestralmente, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

Cabe destacar também, que este ano firmamos o 1º termo de aditamento ao contrato de empréstimo com a **Japan International Cooperation Agency (JICA)** para a segunda etapa do Programa Corporativo de Redução de Perdas, que possibilitou o desembolso inicial, no valor de ¥ 6,0 bilhões, equivalentes a aproximadamente R\$ 120 milhões, bem como efetuamos a liquidação financeira do Contrato de Financiamento nº 01.2.619.3.1, no valor de R\$ 60 milhões, e do Contrato de Repasse nº 10/669.748-6, no valor de R\$ 180 milhões, assinados em 2002 com o **BNDES e com bancos repassadores (Banco Alfa e Banco Itaú BBA)** para o financiamento do Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II.

Mais informações sobre empréstimos e financiamentos estão disponíveis no Formulário de Referência da companhia, disponível em [www.sabesp.com.br/investidores](http://www.sabesp.com.br/investidores), menu Informações Financeiras e Operacionais/Formulário de Referência e IAN.

## Mercado de Capitais

Em janeiro de 2013, a companhia realizou sua 17ª emissão de debêntures no montante total de R\$ 1,0 bilhão, dividida em três séries, sendo a primeira no valor de R\$ 424,7 milhões, com vencimento em janeiro de 2018, remunerada a CDI mais 0,75% ao ano, a segunda, de R\$ 395,2 milhões, pagando IPCA e juros anuais de 4,5%, a vencer em janeiro de 2020, e a terceira série no valor de R\$ 180,1 milhões, com vencimento em janeiro de 2023, remunerada pelo IPCA acrescido de 4,75% ao ano. Importante destacar que, no processo de formação de preço dessas debêntures (*bookbuilding*), a demanda pelos títulos foi superior a R\$ 4,7 bilhões, o que permitiu à Companhia efetuar a alocação de recursos entre as séries na forma mais eficiente possível, em busca da minimização do custo final da operação.

Os recursos da 17ª emissão destinaram-se ao pagamento de compromissos financeiros que venceram em 2013, bem como para o resgate antecipado de saldo da 11ª Emissão de Debêntures. Desta forma, já no mês de março, a companhia liquidou a 11ª Emissão, emitida em abril de 2010, por meio da amortização de um terço da 1ª série (R\$ 270 milhões) e dos 50% restantes da 2ª série (R\$ 202,5 milhões), bem como do resgate antecipado do saldo remanescente da 1ª série, cujo vencimento estava previsto para março de 2015.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Os recursos captados com a 16ª Emissão, concluída em dezembro de 2012, e com a 17ª Emissão, que somaram R\$ 1,5 bilhão no total, permitiram à Sabesp uma readequação no perfil de vencimento de sua dívida, reduzindo a necessidade de financiamento até 2015. Ao longo de 2013, essa estratégia mostrou-se bastante adequada, permitindo à Companhia fugir à turbulência de mercado ocorrida em meados do ano (maio a agosto), quando os mercados de capitais, tanto nacional quanto internacional, se fecharam a novas captações de recursos, em função da perspectiva de mudanças na política monetária dos Estados Unidos, com o possível fim da política de compra de títulos públicos pelo Federal Reserve.

Mais informações sobre dívidas com o mercado de capitais estão disponíveis no Formulário de Referência da companhia, disponível em [www.sabesp.com.br/investidores](http://www.sabesp.com.br/investidores), menu Informações Financeiras e Operacionais/Formulário de Referência e IAN.

Mercado de ações 4

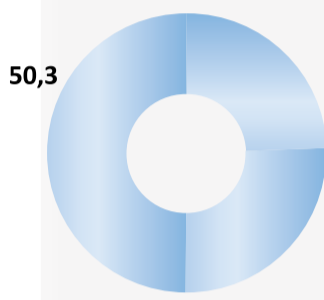
O ano de 2013 foi intenso para os papéis da Sabesp. Em 10 de janeiro, a Sabesp alterou a proporção entre os ADRs e as ações negociadas no Brasil: antes um ADR equivalia a duas ações, depois da operação um ADR passou a representar uma ação.

No mês de abril, com as ações sendo negociadas a cerca de R\$ 90,00 no Brasil, a companhia realizou um desdobramento de ações na proporção de 1 ação para 3 ações, ou seja, cada acionista detentor de uma ação ou ADR passou a possuir 3 ações ou ADRs.

Ao longo do primeiro semestre, na expectativa da conclusão do processo de revisão tarifária, as ações mantiveram a tendência de alta, atingindo máxima de R\$ 32,13 em 28 de março, ou seja, 10,97% de alta em relação ao fechamento de 2012. Os ADRs acompanharam o movimento das ações, registrando máxima de US\$ 16,21 em 8 de março (16,38% de valorização em comparação com o fechamento de 2012).

As prorrogações, entre os meses de abril e junho, do cronograma da Arsesp para conclusão do processo de revisão tarifária da companhia, entre outros fatores, resultaram na queda no preço das ações e dos ADRs, que fecharam o ano em R\$ 26,46 e US\$ 11,34, com desvalorização de 8,62% e 18,58%, respectivamente, em relação ao fechamento de 2012. No mesmo período, o Ibovespa, desvalorizou 15,5% enquanto o Dow Jones apresentou valorização de 28,12%. Com esse desempenho, o valor de mercado da Sabesp que era de R\$ 19,8 bilhões em 2012, passou a R\$ 18,1 bilhões em 2013.

Composição acionária em 31/12/2013



As ações da Sabesp são negociadas na BM&Fbovespa sob o código SBSP3 e na Bolsa de Valores de Nova York, na forma de American Depositary Receipts (ADRs), sob o código SBS. A empresa continua integrando os principais índices da BM&Fbovespa, entre eles o Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Apesar do desconto na precificação dos ativos este ano, que não voltaram ao patamar de 2012, o preço dos papéis mostrou recuperação durante o segundo semestre e o número de acionistas da companhia na BM&Fbovespa aumentou 29,1%, evidenciando que, mesmo com as incertezas regulatórias, o mercado segue confiando nos fundamentos da empresa.

As ações da Sabesp participaram de 100% dos pregões da BM&Fbovespa e movimentaram um volume financeiro de R\$ 11 bilhões em 2013. No mercado americano, a empresa fechou o ano com 165,3 milhões de ADRs em circulação. O volume financeiro negociado na NYSE, em 2013, foi de US\$ 5,7 bilhões, ou seja, 5,9% inferior ao de 2012.

Em 2013, a Sabesp continuou a ser acompanhada pelas principais instituições financeiras do mercado.

4 Para fins comparação, as cotações das ações e dos ADRs anteriores à alteração na proporção das ações por ADRs e ao desdobramento, citadas nesta seção, foram ajustadas pelos efeitos dessas operações.

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias têm direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, obtido depois das deduções determinadas ou admitidas em lei e que pode ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio.

Em 2013, a Sabesp creditou dividendos, no valor de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 534,3 milhões, relativos ao ano de 2012, correspondentes a cerca de R\$ 2,345 por ação ordinária e *dividend yield* de 2,7%.

Referente ao ano de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 537,5 milhões, correspondendo a R\$ 0,78633094301 por ação ordinária e *dividend yield* de 3,0%, a ser pago em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas de 2013.

Débito dos municípios atendidos no atacado

Em alguns municípios atendidos no atacado, existem débitos pendentes relativos a venda de água, com os quais a empresa vem envidando os esforços para recuperar os valores devidos.

Quando a negociação não é possível, os débitos são ajustados, como ocorreu com os municípios de Guarulhos, Mauá, Santo André e Diadema, sendo que para os dois primeiros alguns precatórios já foram expedidos e aguardam pagamento. Para Santo André a ação de cobrança também se encaminha no sentido de serem expedidos precatórios. Com relação ao município de Diadema, os estudos para a criação de uma nova empresa de água e esgotos com participação acionária da Sabesp foram abandonados. No dia 18 de março de 2014, foi assinado contrato para a prestação direta pela SABESP dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Município de Diadema, sendo celebrado concomitante termo de acordo e avenças judiciais para a solução das dívidas de fornecimento de água e de indenização. O termo previu, ainda, a futura aquisição de subsidiária da SANED, antiga prestadora de serviços, pela SABESP. Os empregados da SANED após a consolidação da aquisição passarão a compor o quadro de funcionários da SABESP em face de sucessão.

No ano de 2013, todos os municípios citados pagaram parcialmente as faturas mensais emitidas pela venda de água por atacado. Cabe destacar que os municípios de Mogi das Cruzes e São Caetano pagaram as faturas integralmente, e em seus respectivos vencimentos.

Além das dívidas relativas à venda de água por atacado, os municípios de Diadema e Mauá têm dívidas com a SABESP decorrentes da indenização dos ativos, devidos e não pagos, em função da retomada antecipada da operação pelos municípios.

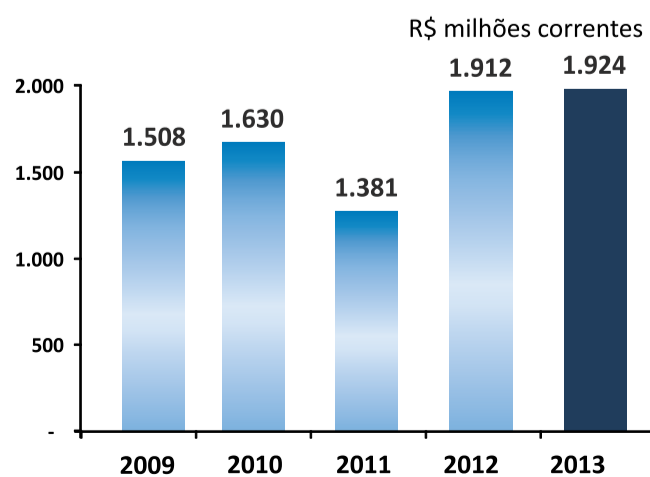
No caso do município de Diadema, esta dívida será equacionada na negociação em curso.

Quanto ao município de Mauá, a ação foi julgada procedente com a condenação do município e da SAMA (Saneamento Básico do Município de Mauá) ao pagamento da dívida. Essa sentença transitou em julgado e a Sabesp iniciou a execução em outubro de 2012, entretanto, o município de Mauá ajuizou Ação Rescisória na tentativa de anular a decisão que era favorável à empresa. A SABESP foi citada e apresentará defesa no prazo legal.

Desempenho Econômico-Financeiro

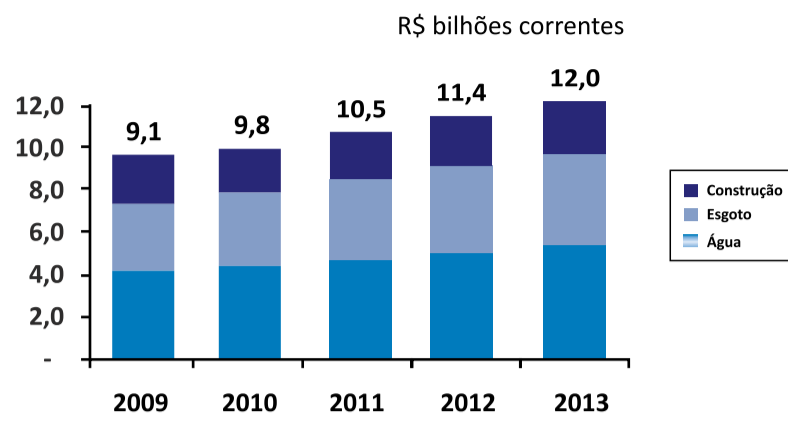
Para dispor de recursos financeiros, próprios e de terceiros, necessários à universalização dos serviços, é fundamental que a Sabesp mantenha um bom desempenho operacional e financeiro. Em 2013, a companhia obteve lucro líquido de R\$ 1,9 bilhão em 2013.

Histórico de lucro



A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto somada à receita de construção apresentou um acréscimo de R\$ 593,6 milhões, ou 5,2%, passando de R\$ 11,4 bilhões em 2012 para R\$ 12,0 bilhões em 2013. Já a receita de construção apresentou um ligeiro decréscimo, de R\$ 19,7 milhões ou 0,8%, quando comparado com o ano anterior.

Histórico de receita operacional bruta



	2009	2010	2011	2012	2013
Total	9,1	9,8	10,5	11,4	12,0
Construção	2,0	2,1	2,2	2,5	2,4
Esgoto	3,1	3,4	3,7	4,0	4,3
Água	4,0	4,3	4,6	4,9	5,3

Foram determinantes para o aumento da receita bruta o crescimento do volume faturado e o efeito médio dos reajustes tarifários (5,6%) durante o ano de 2013, ou seja, do reajuste de 5,15% aplicado em setembro de 2012 e do reposicionamento tarifário de 2,35% aplicado em abril de 2013, cabendo lembrar que o impacto do reajuste de 3,1% aplicado dezembro de 2013 se dá apenas a partir de janeiro de 2014.

O volume faturado de água e esgoto apresentou um crescimento de 2,8% no período, resultado da expansão de 2,7% das ligações de água e 3,5% das ligações de esgoto. Além disso, as altas temperaturas e a ausência de chuvas, principalmente no último trimestre de 2013, impactaram diretamente o aumento do consumo de água e, consequentemente, de esgoto.

Esse crescimento está em linha com o esperado pela companhia que é em torno de 2,5% para o volume faturado de água e de 3 a 3,5% para esgoto, sendo este último influenciado pelos altos de investimentos que a companhia vem realizando nesse segmento.

Nos quadros a seguir são demonstrados os volumes faturados de água e esgoto, de acordo com a categoria de uso e região, cabendo destacar ao volume de efluentes fornecido à Aquapolo Ambiental para a produção de água de reuso, que passa a ser informado segregado do volume de água de reuso produzida diretamente pela Sabesp.

Volume faturado de água e esgoto (1) por categoria de uso - milhões de m³

	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2012	2013	%	2012	2013	%	2012	2013	%
Residencial	1.530,0	1.565,6	2,3	1.262,6	1.299,1	2,9	2.792,6	2.864,7	2,6
Comercial	172,8	175,4	1,5	160,5	163,4	1,8	333,3	338,8	1,7
Industrial	38,3	39,4	2,9	41,6	44,4	6,7	79,9	83,8	4,9
Pública	54,8	54,6	(0,4)	42,5	42,5	-	97,3	97,1	(0,2)
<b>Total varejo</b>	<b>1.795,9</b>	<b>1.835,0</b>	<b>2,2</b>	<b>1.507,2</b>	<b>1.549,4</b>	<b>2,8</b>	<b>3.303,1</b>	<b>3.384,4</b>	<b>2,5</b>
Atacado	297,5	299,0	0,5	27,3	29,7	8,8	324,8	328,7	1,2
Água de reuso	0,4	0,4	-	-	-	-	0,4	0,4	-
Efluentes	-	-	-	-	14,7	-	-	14,7	-
<b>Total</b>	<b>2.093,8</b>	<b>2.149,1</b>	<b>2,6</b>	<b>1.534,5</b>	<b>1.579,1</b>	<b>2,9</b>	<b>3.628,3</b>	<b>3.728,2</b>	<b>2,8</b>

(1) Não auditado

Volume faturado de água e esgoto (1) por região - milhões de m³

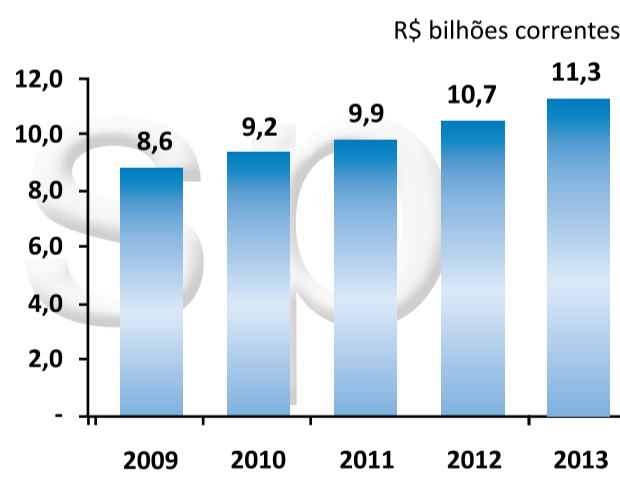
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2012	2013	%	2012	2013	%	2012	2013	%
Metropolitana	1.181,9	1.206,9	2,1	1.005,7	1.029,2	2,3	2.187,6	2.236,1	2,2
Sistemas Regionais (2)	614,0	628,1	2,3	501,5	520,2	3,7	1.115,5	1.148,3	2,9
<b>Total varejo</b>	<b>1.795,9</b>	<b>1.835,0</b>	<b>2,2</b>	<b>1.507,2</b>	<b>1.549,4</b>	<b>2,8</b>	<b>3.303,1</b>	<b>3.384,4</b>	<b>2,5</b>
Atacado	297,5	299,0	0,5	27,3	29,7	8,8	324,8	328,7	1,2
Água de reuso	0,4	0,4	-	-	-	-	0,4	0,4	-
Efluentes	-	-	-	-	14,7	-	-	14,7	-
<b>Total</b>	<b>2.093,8</b>	<b>2.149,1</b>	<b>2,6</b>	<b>1.534,5</b>	<b>1.579,1</b>	<b>2,9</b>	<b>3.628,3</b>	<b>3.728,2</b>	<b>2,8</b>

(1) Não auditado

(2) Composto pelas regiões do litoral e interior

Em 2013, a receita operacional líquida, ou seja, desconsiderando a receita de construção e os impostos incidentes sobre os serviços de água e esgoto, totalizou R\$ 11,3 bilhões, um acréscimo de 5,4% em relação ao ano anterior.

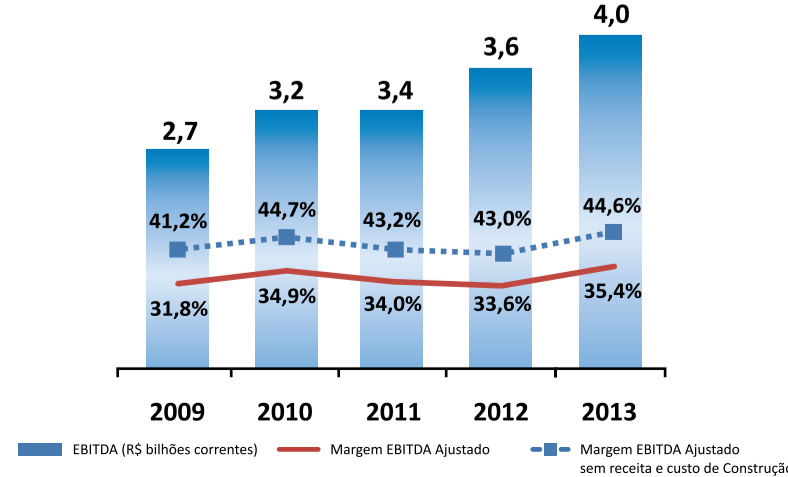
Histórico de receita operacional líquida



Em 2013, os custos de produtos e serviços prestados, despesas administrativas, comerciais e de construção tiveram um acréscimo de 4,0% (R\$ 317,9 milhões). Desconsiderando os efeitos do custo de construção, o aumento foi de 6,2%. A participação dos custos e despesas na receita líquida, no entanto foi reduzido de 73,2% em 2012 para 72,3% em 2013. Para mais informações sobre a composição e as variações dos custos e despesas, veja o Press Release de resultados, disponível no site da Companhia em [www.sabesp.com.br/investidores](http://www.sabesp.com.br/investidores), item Informações Financeiras e Operacionais do menu superior.

O EBITDA ajustado registrou aumento de 11,1%, passando de R\$ 3,6 bilhões em 2012 para R\$ 4,0 bilhões em 2013, e a margem EBITDA ajustado atingiu 35,4%, enquanto no exercício anterior foi de 33,6%. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção a margem EBITDA ajustada resulta em 44,6% em 2013 (43,0% em 2012).

Histórico do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Reconciliação do EBITDA Ajustado<sup>5</sup> (Medições não contábeis)

	2013	2012	2011	2010	2009
Lucro líquido	1.923,6	1.911,9	1.380,9	1.630,4	1.507,7
Resultado financeiro	483,2	295,7	633,0	378,8	10,3
Depreciação e amortização	871,1	738,5	768,7	552,2	562,2
Imposto de renda e contribuição social	732,0	635,7	498,1	662,7	602,6
Outras despesas operacionais líquidas	(3,3)	23,2	90,3	(1,6)	44,5
EBITDA Ajustado	4.006,6	3.605,0	3.371,0	3.222,5	2.727,3
Margem EBITDA Ajustado	35,4	33,6	34,0	34,9	31,8
Receita de construção	(2.444,8)	(2.464,5)	(2.224,6)	(2.130,6)	(2.039,8)
Custo de Construção	2.394,5	2.414,4	2.177,0	2.081,1	2.009,7
EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	3.956,3	3.554,9	3.323,4	3.173,0	2.697,2
Margem EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	44,6	43,0	43,2	44,7	41,2

<sup>5</sup> O EBITDA Ajustado ("EBITDA Ajustado") corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais, líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS - International Financial Reporting Standard ou USGAAP (princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos), tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado, e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. A administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia. O EBITDA Ajustado não faz parte das demonstrações financeiras.

O EBITDA Ajustado tem como objetivo apresentar um indicador de desempenho econômico operacional. O EBITDA Ajustado da Sabesp equivale ao lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do Imposto de Renda e Contribuição Social (tributos federais sobre a renda), da depreciação e amortização, e das outras despesas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é um indicador de desempenho financeiro reconhecido pelo Método da Legislação Societária e não deve ser considerado individualmente ou como uma alternativa ao lucro líquido como indicador do desempenho operacional, como alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado da Sabesp serve como indicador geral do desempenho econômico e não é afetado por reestruturações de dívidas, oscilações das taxas de juros, alterações da carga tributária ou níveis de depreciação e amortização. Em consequência, o EBITDA Ajustado serve como instrumento adequado para uma comparação regular do desempenho operacional. Além disso, existe outra fórmula para calcular o EBITDA Ajustado que é adotado em cláusulas de alguns de compromissos financeiros. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não apenas do desempenho operacional como também da capacidade de satisfazer as obrigações da Companhia e levantar recursos para investimentos em bens de capital e capital de giro. O EBITDA Ajustado, porém, tem limitações que o impedem de ser usado como indicador de lucratividade porque não leva em conta outros custos resultantes das atividades da Sabesp ou alguns outros custos que podem afetar consideravelmente seus lucros, como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

<sup>6</sup> Outras despesas operacionais líquidas, referem-se principalmente as baixas de ativo imobilizado, provisão para perda com ativos intangíveis, perda com projetos economicamente inviáveis, deduzidos das receitas com venda de ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

## ATUANDO POR UMA RELAÇÃO SUSTENTÁVEL COM O MEIO AMBIENTE

A gestão ambiental da Sabesp, pautada nas diretrizes propostas em sua Política de Meio Ambiente, é inerente à prestação de serviços de saneamento e essência do negócio. Na direção de consolidar a cultura ambiental, a empresa prioriza a disseminação interna e externa dos conhecimentos e experiências relacionados às boas práticas ambientais. São ações presentes nos programas de gestão ambiental corporativos que contam com envolvimento dos colaboradores, da comunidade e parcerias com organizações não governamentais.

Em 2013 foram investidos R\$ 32,5 milhões em programas e projetos de meio ambiente.

## Sistema de Gestão Ambiental e Certificação ISO 14001

Como aprimoramento de suas práticas de gestão operacional, a Sabesp tem um programa para implantação progressiva do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas estações de tratamento de esgotos (ETE) e nas estações de tratamento de água (ETA), associado à certificação ISO 14001 em parte das estações em operação, consideradas estratégicas.

A implementação do SGA, conforme modelo da ISO 14001, ocorreu primeiramente em 65 estações de tratamento e este escopo vem sendo ampliado, ano a ano, com metas até 2020, dada a complexidade do modelo em questão. Para a escolha das instalações considerou-se a abrangência geográfica da Sabesp, os diferentes tipos de processos de tratamento empregados, bem como os diferentes portes das estações, visando garantir a representatividade das instalações e consequentemente otimizar a replicação das práticas estabelecidas.

Assim, no primeiro semestre de 2013, o SGA foi implantado em mais 30 ETEs, totalizando até o presente momento 95 Estações com SGA, sendo mantido em 2013 o número total de 50 ETEs certificadas. Até a data de fechamento do presente relatório, foi iniciado novo ciclo de auditoria externa, havendo perspectivas de manutenção da certificação em questão. Ainda em 2013 foi iniciada a implantação do SGA em outras 34 estações, com previsão de conclusão em 2014. Dos R\$ 21,5 milhões investidos pelo Programa desde 2009, grande parte destinou-se ao aprimoramento de requisitos de gestão e da infraestrutura das estações, oferecendo maior segurança operacional, visando a redução de riscos, acidentes e geração de passivos ambientais, além de estimular o desenvolvimento de ações preventivas.

## Mudanças climáticas e gestão de emissões de gases do efeito estufa

O Saneamento é um dos setores altamente impactados pelas mudanças climáticas e os eventos extremos a elas associados. Entre os impactos potenciais, destacam-se a redução da água superficial, maior demanda urbana e agrícola por água, aumento na competição por recursos hídricos, danos a estruturas físicas e impactos no funcionamento dos sistemas de tratamento, fluxos hídricos antecipados e mais concentrados, falta de segurança energética e elevação do nível do mar com risco de intrusão salina.

Os investimentos que podem ser necessários para gerenciar os efeitos resultantes das mudanças climáticas são de difícil avaliação, por não existir tecnologia que ofereça precisão em prever a extensão de nossas despesas potenciais decorrentes, considerando ainda a própria complexidade do tema e estudos disponíveis. As despesas para o cumprimento de alterações nos regulamentos ambientais, bem como para prevenir ou remediar os efeitos físicos da mudança climática podem vir a aumentar.

Para minimizar o agravamento do efeito estufa e as consequentes mudanças climáticas, a Sabesp está desenvolvendo um Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases Efeito Estufa – GEE, visando à redução e a gestão de emissões desses gases. Uma das ações do programa é a elaboração de inventários anuais de emissões de GEE, importante ferramenta de controle para o acompanhamento das demais atividades envolvidas.

Em 2013, a Sabesp concluiu os inventários corporativos de GEE dos últimos dois anos. Em 2011, as emissões totalizaram 1.987.644,67 tCO<sub>2</sub>e e em 2012, 2.141.111,06 tCO<sub>2</sub>e. Nota-se que a tendência observada nos inventários anteriores foi confirmada, de tal modo que as atividades referentes à coleta e tratamento de esgotos (escopo 1) permanecem como as maiores fontes emissoras de GEE da empresa, representando mais de 91% das emissões de CO<sub>2</sub>e. O crescimento das emissões pela fonte *Esgoto Coletado e Tratado* é explicado pelo avanço do serviço, considerando-se a meta da universalização.

A fonte com maior variação de emissão foi a energia elétrica (escopo 2) e seu aumento de 145% em relação ao ano anterior, decorre da expansão da base termelétrica na matriz energética brasileira.

As despesas decorrentes de atividades administrativas, em especial as da utilização de veículos, representam cerca de 1% do total das emissões (escopo 3).

Dando sequência ao Programa, empresa está discutindo as bases da sua política corporativa de Mudanças Climáticas. Nossa estratégia prevê identificar ações de mitigação, ampliar sua abrangência e gerenciar possíveis riscos operacionais pela mudança do clima, bem como identificar oportunidades, aumentando nossa resiliência e implementando novas tecnologias. São exemplos de iniciativas adotadas para redução de riscos relativos à segurança energética, a implantação de uma pequena central hidrelétrica e o aproveitamento de biogás gerado a partir do tratamento de esgotos. Em relação ao risco de redução da disponibilidade hídrica, a empresa vem procurando se adaptar a um novo cenário de escassez hídrica decorrente da mudança do clima por meio de ações como o Programa Corporativo de Redução de Perdas, o Programa de Uso Racional da Água e a expansão do reuso planejado da água para fins urbanos e industriais.

As ações descritas estão alinhadas com as diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), com a qual a Sabesp tem contribuído, tanto no sentido das ações empresariais já em curso, quanto na organização de medidas para o cumprimento da meta estadual que estabelece a redução de 20% das emissões de GEE até 2020, em relação aos índices de 2005.

A Sabesp também participa do Carbon Disclosure Project – CDP Climate Change há oito anos, uma iniciativa internacional para uniformização e organização de forma pela qual as empresas divulgam seus resultados de emissões de GEE inventariadas, bem como potenciais riscos e oportunidades relacionadas à mudança do clima.

## Gestão de Recursos Hídricos e proteção de mananciais

A Sabesp participa e atua nas diversas instâncias do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, representada por meio de aproximadamente 150 de seus funcionários, de diversas unidades da empresa, mediante uma linha de atuação corporativa. No âmbito do Sistema, a Sabesp tem uma cadeira no Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), e em três de suas câmaras técnicas; também tem representação no Plenário e em câmaras técnicas dos quatro comitês federais com abrangência no Estado de São Paulo. No âmbito do Sistema Estadual, a Sabesp participa das sete câmaras técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e tem assento no Plenário dos 21 comitês de bacias hidrográficas estaduais e em câmaras técnicas, com prioridade para as câmaras de Planejamento, de Saneamento e de Cobrança pelo Uso da Água.

Ainda na direção do aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, a Sabesp vem acompanhando a implantação progressiva da cobrança pelo uso da água (sua matéria prima principal), que é o instrumento responsável por promover a conscientização sobre o valor econômico inerente à água, a importância do uso racional e proporcionando parte do aporte financeiro necessário às ações planejadas pelos integrantes do sistema para a recuperação e preservação dos recursos hídricos.

Também vem iniciando as discussões sobre o enquadramento dos corpos de água, instrumento em que a bacia estabelece um pacto por metas de qualidade da água associadas aos seus usos preponderantes. A Companhia importante instrumentos de gestão são diretamente relacionadas ao negócio da Sabesp. Em 2013, a empresa desembolsou cerca de R\$ 27,1 milhões para o pagamento pelo uso da água de rios de domínio federal e estadual, nas bacias hidrográficas do rio Paraíba do Sul, dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, dos rios Sorocaba e Médio Tietê, dos rios da Baixada Santista e do Baixo Tietê. É aguardado para o período de 2014-2015 o início da cobrança nas demais bacias hidrográficas do Estado de São Paulo.

A Sabesp, reforçando a importância de sua participação na conservação dos recursos hídricos, é proprietária e mantém áreas dentro de unidades de conservação, realizando trabalhos de fiscalização e monitoramento, além de apoiar estudos de biodiversidade realizados por universidades, como a USP. Há alojamentos de pesquisa que podem ser usados, inclusive para observação noturna da fauna.

Além de reservas florestais, a Sabesp mantém dois viveiros florestais e ao longo do ano executou ações voluntárias educativas e de recomposição da vegetação, quando foram plantadas mais de 19 mil mudas de árvores.

Em relação às outorgas e licenciamentos ambientais, o parque operacional existente é objeto dos Programas Corporativos de Obtenção e Manutenção das Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos e de Licenciamento Ambiental. Todos os usos de água estão com o pedido de outorga protocolado junto ao órgão gestor, sendo que muitos já foram deferidos e outros estão em análise no Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e na Agência Nacional de Águas - ANA. Para os novos empreendimentos, a obtenção das licenças e outorgas já faz parte de seu ciclo de vida, isto é, um novo empreendimento somente tem início mediante sua regularidade ambiental.

## Programa de educação ambiental – PEA Sabesp

A Sabesp vem investindo na mudança de cultura de seus funcionários e da comunidade com ações e projetos de Educação Sanitária e Ambiental contribuindo para a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum da sociedade, essencial à qualidade de vida e à promoção da sustentabilidade.

De forma corporativa, o Programa de Educação Ambiental - PEA Sabesp engloba mais de cem atividades de Educação Ambiental de todas as unidades da Empresa. Entre as ações e projetos destacam-se o Clubinho Sabesp, Programa de Uso Racional da Água- PURA, Dia do Milênio Sabesp, Navega São Paulo, Abraço Verde, Prol, Ecoposto, Sabesp 3Rs, Participação Comunitária, Sabesp Colorida, Soltura de Peixes, Verde Vida, Futuráqua, Praia Limpa e Pequenos Cientistas, entre outros. Muitos destes projetos nasceram de iniciativas locais e depois se expandiram na Empresa.

Os projetos de Educação Ambiental voltados para a comunidade transmitem conceitos, de forma lúdica e interativa, por meio de teatro, dança, música, mímica, oficinas de desenho, cartilhas, exposições, soltura de peixes, plantio de árvores, limpeza de córregos, rios e praias, visitas monitoradas às estações de tratamento, palestras educacionais, etc. Eles se destinam, sobretudo, ao público infanto-juvenil, alunos de escolas públicas e particulares, professores e comunidades de baixa renda.

Em 2013, foram realizadas quase duas mil palestras em escolas, nas comunidades e em empresas, atendendo um público de 170 mil pessoas. Também tivemos mais de 1,5 mil visitas monitoradas em nossas instalações, atendendo um público de aproximadamente 65 mil visitantes.

Com o objetivo de disseminar e aprofundar conhecimentos sobre o saneamento ambiental também para seus empregados possibilitando uma visão articulada, integradora e estratégica sobre a gestão ambiental, desde 2007 o Programa de Educação Ambiental - PEA Sabesp já treinou mais de 2.400 empregados para atuação como multiplicadores em suas unidades de origem.

Em 2013, foram mais de 500 empregados treinados, tendo a empresa investido em treinamentos "in company", voltados especificamente à realidade da empresa e do setor de saneamento. Também foram capacitados, por meio do curso "Saneamento, Saúde e Meio Ambiente", mais de 50 empregados que atuam como Agentes Comunitários no âmbito do Programa de Participação Comunitária na Região Metropolitana de São Paulo.

## Boas práticas ambientais em áreas administrativas

A implantação do Programa Sabesp 3Rs vem ocorrendo nas unidades da Sabesp desde 2007, por meio de procedimento que define as diretrizes para o gerenciamento dos resíduos sólidos gerados nas atividades administrativas, estabelecendo uma metodologia padrão para a Empresa.

O programa inclui a capacitação de funcionários e terceirizados e a implantação de estruturas físicas para: coleta seletiva, armazenamento temporário e destinação socioambiental responsável dos resíduos sólidos gerados em consonância com a legislação vigente e em parceria com as Cooperativas de Catadores. Complementarmente, o desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental estimula os empregados a adotarem hábitos de consumo responsável e de minimização na geração de resíduos, tanto no ambiente corporativo como no convívio social.

Em 2013 foram destinados para reciclagem cerca de 380 toneladas de resíduos sólidos gerados em atividades administrativas.

A implantação do Programa Sabesp 3rs em algumas unidades contempla inovações como a que ocorreu em Caraguatuba, com a implantação de uma Central de Resíduos e de uma Composteira na sede da Unidade de Negócio Litoral Norte, onde também está localizada a Estação de Tratamento de Água Porto Novo. Essas estruturas físicas se destinam respectivamente ao armazenamento temporário dos resíduos sólidos recicláveis, a serem enviados posteriormente para as Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e à compostagem dos resíduos orgânicos gerados na unidade, a serem utilizados como condicionador de solo.

Ainda na linha da sustentabilidade no uso dos recursos naturais obtivemos em fevereiro de 2014 a certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), concedido pelo USGBC (United States Green Building Council), em função do conjunto de soluções sustentáveis adotadas. O novo prédio encontra-se num terreno de 19 mil m<sup>2</sup>, com área construída de 391 m<sup>2</sup>. Os mais de 13 mil m<sup>2</sup> restantes, isto é, 70% do total, serão ocupados por áreas verdes. A construção atende exigências de sustentabilidade em seis categorias: espaço, racionalização do uso de água, eficiência energética, materiais e recursos naturais, qualidade ambiental interna do ar e inovação e projeto.

Outra iniciativa de destaque é o Programa de Renovação de Frota Veicular, uma das ações de mitigação com as qual estamos contribuindo para reduzir as emissões de GEE, além de oferecer mais eficiência às operações. Em 2013 avançamos na substituição da nossa frota de veículos leves, substituindo-os para a tecnologia flex, com obrigatoriedade de abastecimento com etanol. Atingimos o percentual de 77% para veículos leves e 65% para a frota pesada, cuja tecnologia atende a legislação Euro-5, de redução de emissões de poluentes.

Somam-se à importância ambiental, os benefícios econômicos e modernização da gestão trazidos pelo Programa, como a redução do consumo de combustíveis, a economia com manutenção e documentação e a receita com os leilões dos veículos substituídos (R\$ 15,4 milhões em 2013), além da desmobilização da base de ativos da empresa. Com o programa, reduzimos a necessidade de 615 veículos para a operação ao mesmo tempo em que a disponibilidade da frota foi ampliada de 85% para 98%. Isso significa que, sem a necessidade de parada para manutenção, conseguimos, em um ano, atender 48 dias a mais com a mesma quantidade de veículos.

## VALORIZANDO A QUALIDADE DE VIDA E OS DIREITOS DO CIDADÃO

Na Sabesp temos a crença de que uma empresa pode, e deve, em especial no caso de uma companhia pública como a nossa, inspirar, servir de modelo, realizar ações e estimular mudanças de comportamento que contribuam de forma mais ampla para o desenvolvimento social da população que está sob sua influência.

Por contar com recursos, organização e relacionamentos mais amplos que os dos indivíduos, a empresa tem a capacidade de funcionar como um núcleo de transformação de seu meio mais próximo e, por extensão, da sociedade. É o exercício do papel de empresa-cidadã, pelo qual também promove amplamente a noção da cidadania entre aqueles com quem mantém contato.

Desenvolver o relacionamento e o engajamento com públicos internos do ao negócio (clientes, acionistas, colaboradores, governos e comunidade) à partir de uma postura orientada por princípios de ética e transparência, são fatores essenciais para a sustentabilidade da companhia. Estabelecemos diretrizes empresariais relativas à sustentabilidade socioambiental e à valorização do capital humano, alinhadas ao nosso Código de Ética e Conduta, na busca do desenvolvimento sustentável, da gestão integrada, do respeito aos direitos humanos, à diversidade e na melhoria da qualidade de vida.

Na área social, destacamos a manutenção de adesões voluntárias a movimentos e pactos globais de cidadania. A Sabesp é parceira do Instituto Ethos, e responde anualmente ao questionário de indicadores de responsabilidade social empresarial, o que permite comparar nossas práticas com empresas do mercado.

Paralelamente, renovamos pelo sexto ano consecutivo o certificado conferido pela Fundação Abrinq – Save the Children, por ser uma empresa amiga da criança. Anualmente, para renovar o selo a empresa apresenta os projetos direcionados ao público infantil, dentre eles destaca-se em 2013: Clubinho Sabesp, Programa Aprender e o Instituto Criança Cidadã (ICC), no qual a empresa é co-mantenedora voltado à formação de jovens oriundos de famílias em situações de dificuldade econômica e social, provendo educação, cultura e assistência na região metropolitana de São Paulo. Em 2013, aportamos R\$ 2,9 milhões, propiciando atendimento gratuito a 7 mil crianças e adolescentes, por meio de nove creches e três circo-escolas.

Apoiamos e incentivamos também os oito objetivos do milênio da ONU, integrados em nosso Programa de

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP  
CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Voluntariado Empresarial. Formado por aproximadamente 1200 pessoas, o grupo realiza campanhas que resultam anualmente na arrecadação de toneladas de alimentos, roupas, produtos de higiene, livros, revistas, etc. Além disso, são realizadas diversas ações de inclusão social, aprendizagem e assistência às crianças, idosos, portadores de necessidades especiais entre outros. Mantemos também parcerias com as comunidades do entorno, ONGs, Governo do Estado, prefeituras, escolas, orfanatos, creches entre outros segmentos.

Em 2013, ganhou destaque a Campanha do Agasalho do FUSSESP - Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo. Esta ação já faz parte do calendário da Sabesp como uma das iniciativas corporativas mais integradas e de melhores resultados. Foi a temática "Roupa boa a gente doa", todos se empenham na arrecadação de peças com qualidade. Foram arrecadadas mais de 2,5 milhões peças; 470 entidades foram beneficiadas; 58.800 famílias atendidas e 254 mil pessoas assistidas.

Essas iniciativas se alinham ao nosso Código de Ética e Conduta, que tem como valores o respeito à sociedade e ao cliente, ao meio ambiente, às pessoas, integridade, competência e cidadania.

Para garantir que estes princípios sejam respeitados, dispomos de, Código de Ética, um canal de denúncias interno e de um procedimento corporativo de apuração de responsabilidades. Também mantemos aberto canal de recebimento de denúncias externas, por meio da Ouvidoria e do Serviço de Atendimento ao Cliente.

**Relacionamento com os clientes**

A busca pela excelência nos serviços prestados e a postura de aproximação e abertura de canais para o diálogo com os públicos envolvidos com o negócio é um dos pilares de nossa estratégia de atuação integrada por diferentes ações de aproximação e fortalecimento de parcerias com a sociedade. Dentro do rol de iniciativas, ganhou destaque em 2013, pelo seu ineditismo, a caravana de Prestação de Contas realizadas por todo o estado. Com equipe formada pela alta direção da empresa (diretora-presidente, diretores e superintendentes), foram realizados 16 eventos contemplando todas as unidades de negócio da empresa. Nestas ocasiões, foram apresentados os investimentos da Sabesp para o quadriênio 2011 – 2014 e os benefícios dos municípios atendidos puderam expor suas demandas. Tivemos um total de 2.781 presenças, entre prefeitos, autoridades, funcionários e jornalistas.

Além disso, a melhoria contínua dos serviços prestados, parte do novo planejamento estratégico (2011-2020), também refletiu no ambiente online com o aperfeiçoamento da Agência Virtual, disponível no site da companhia. Em 2013, cerca de 80% dos serviços disponíveis na agência presencial passaram a ser oferecidos via website. Vale ressaltar que este ambiente foi desenvolvido para propiciar a inclusão digital dos deficientes visuais, e também disponibilizamos a conta em braile a partir da solicitação e cadastro do cliente.

A melhoria no relacionamento com os clientes também passa pelo pronto atendimento das centrais telefônicas, onde 100% dos atendimentos são realizados com tempo de espera máximo de 60 segundos. A Sabesp realiza atendimento presencial em 391 agências e postos, sendo 65 na Região Metropolitana de São Paulo e 326 no Interior e Litoral de São Paulo.

Atualmente, 100% dos municípios atendidos contam com a leitura, emissão e apuração do consumo dos serviços de água e/ou esgotos no ato e no domicílio do cliente, por meio do TACE - Técnico de Atendimento ao Cliente Externo. Os técnicos também são capacitados para prestar esclarecimentos e orientar o cliente, poupando-o do deslocamento até uma agência de atendimento.

A necessidade de deslocamento também pôde ser evitada com a consolidação do processo que restitui ou cobra automaticamente em conta futura valores pagos a mais ou a menos. Mensalmente, a companhia corrige créditos ou débitos em cerca de 30 mil contas. Lançamos uma nova conta mensal de consumo, com as informações reorganizadas para facilitar a leitura e o entendimento. Foram adicionadas informações sobre os tributos incidentes sobre a conta e a demonstração do cálculo está mais detalhada.

**Pesquisas e satisfação**

A Sabesp realiza, anualmente, pesquisa de satisfação junto a seus clientes desde 2004 aplicando sempre a mesma metodologia, o que possibilita comparar as diferentes unidades de negócio em diferentes períodos. Nosso objetivo é, a partir dos resultados apurados, aprimorar o atendimento e os serviços prestados aos clientes.

Em 2013, mantivemos o índice geral de satisfação em relação à empresa em 89%. Acreditamos que a manutenção de um bom resultado deve-se, principalmente, a qualidade e regularidade da água fornecida pela companhia: 91% dos 5.850 entrevistados disseram-se "satisfeitos" ou "muito satisfeitos" com o serviço.

A Sabesp também passou a fazer pesquisas de satisfação em cada um dos municípios com os quais mantém contrato de programa. Os levantamentos são realizados a cada aniversário de dois anos. Em 2013, foram realizados em 138 cidades. Os resultados orientam o aperfeiçoamento do nosso atendimento. As pesquisas são amplamente divulgadas, reforçando nosso compromisso com a transparência e melhoria contínua dos serviços prestados.

**Ouvidoria**

A Ouvidoria da Sabesp possui estrutura e equipe de atendimento ao cliente para acatar as diversas manifestações sobre os serviços prestados pela Empresa. Em 2013, houve uma redução de 45% no total de reclamações por meio da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp.

E este foi o quarto ano consecutivo que a Sabesp se mantém fora do ranking anual das 50 empresas com maior número de reclamações fundamentadas divulgado pela Fundação Procon. Entendemos que este é o resultado do respeito ao cliente, estabelecido em nossa visão de futuro, pela busca da excelência no atendimento, fruto de planejamento e de sucessivos ciclos de melhorias, que é uma das marcas desta gestão.

**Relacionamento com fornecedores**

A valorização da ética, da transparência e de critérios que levem em conta preocupações socioambientais também está presente no relacionamento da empresa com os fornecedores. Nossas compras estão condicionadas ao atendimento de critérios que obedeçam a rígidos padrões de qualidade e trazem o Selo Socioambiental concedido pelo Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis. Instituído pelo Decreto Estadual nº 50.170/05, o selo sinaliza ao mercado fornecedor a intenção do Estado de São Paulo de adequar seu perfil de consumo às diretrizes internacionais de desenvolvimento sustentável.

Além disso, somos pioneiros dentre as empresas públicas a implantar um processo de compras eletrônicas no país, agilizando e simplificando os processos licitatórios. Esta medida aumenta a competitividade nos preços e reduz os custos envolvidos por todos. Em 2013, também trabalhamos conjuntamente com mais 18 fornecedores estratégicos para nosso negócio (ferro fundido e tubulações de PVC) para inclui-los em nossos cadastros.

Nosso objetivo é trazer maior competitividade nas licitações e melhorar a qualidade dos produtos utilizados pela Sabesp. Neste sentido em 2013 foram feitas quase 10 mil inspeções em materiais e equipamentos. Também realizamos procedimento de inspeção para avaliação da conformidade do material às especificações e normas técnicas. Estabelecida pelo decreto 59.327/13, a renegociação de contratos também foi outra medida vantajosa para o negócio com a qual alcançamos descontos de R\$ 11,8 milhões.

**Valorização do nosso Capital Humano**

A política de Gestão de Pessoas na Sabesp tem como compromisso atrair, desenvolver, motivar e reter pessoas, investindo em seus talentos e aprimorando as competências dos empregados e das lideranças.

No planejamento estratégico de 2011 – 2020, a Sabesp definiu como uma de suas Diretrizes a de "Capital Humano como Força Competitiva", de forma a desenvolver ações integradas para sustentar sua posição de liderança no setor de saneamento, ampliando seu escopo de atuação e de oportunidades no mercado.

Neste sentido destaca-se em 2013 uma série de projetos e ações de gestão de pessoas que dão sustentação a esta diretriz.

**Plano de Cargos e Salários – PCS**

O princípio norteador na construção do Plano de Cargos e Salários – PCS foi o de ser desafiador e motivador, visando atrair, reter e valorizar bons empregados, reconhecendo o desempenho diferenciado e proporcionando avanços contínuos de competências, contribuindo para a construção de diferenciais competitivos na área de saneamento ambiental.

O PCS está alinhado à Gestão de Pessoas por Competências, integrada pelas seguintes diretrizes: gerir os recursos humanos com maior autonomia e flexibilidade; considerar as melhores práticas de mercado; contemplar medidas para atrair e reter bons profissionais; remunerar de acordo com a média de mercado; manter a política de salário regional; ampliar recursos orçamentários para movimentação; redução do tempo de progressão na carreira e reconhecimento do esforço de qualificação do empregado.

**Avaliação por Competências e Desempenho**

A ascensão do empregado na sua carreira está condicionada ao resultado da sua Avaliação de Competências e Desempenho e aos recursos orçamentários estabelecidos.

O primeiro ciclo de avaliação intitulado "Semana da Avaliação" ocorreu em janeiro de 2013, quando todos os profissionais e gerentes foram mobilizados para a realização desta avaliação em sistema informatizado e disponível no portal Sabesp. Como resultado, em fevereiro de 2013, foram movimentados aproximadamente 5.500 empregados, com aumentos salariais de 5%, 10% e 15%.

Sob a ótica do desenvolvimento profissional, a partir da avaliação de competências e desempenho, é gerado o Plano Individual de Desenvolvimento (PID) de cada empregado, sendo que no primeiro ciclo de avaliação foram indicadas pelos Gerentes cerca de 28 mil recomendações de desenvolvimento entre cursos virtuais, presenciais, congressos, livros, vídeos didáticos ou comerciais, benchmarking, treinamento em serviço e outros. Destacou-se a maior incidência de recomendações por meio de cursos virtuais, que correspondeu a 44,4% do total. O Sistema de Avaliação de Competências e Desempenho utilizado atualmente pela Sabesp foi aprimorado durante o ano de 2013 por meio de um grupo com representantes das Diretorias e entidades representativas, que analisaram e propuseram sugestões de melhorias. Em novembro de 2013, foi realizado um novo ciclo de avaliação de competências e desempenho, de forma a dar prosseguimento aos ciclos anuais previstos na Empresa.

É importante ressaltar que este processo é dinâmico e contínuo, possibilitando à empresa conquistar um novo patamar de desenvolvimento das competências essenciais aos desafios assumidos com toda a sociedade.

**Fortalecendo a Liderança da Sabesp**

A Universidade Empresarial Sabesp – UES é responsável pelo desenvolvimento das lideranças e dos empregados com foco em competências, desempenho e cultura organizacional, preparando continuamente a organização para os desafios do negócio.

Dentre as ações da UES destaca-se o **Programa Excelência Gerencial – PEG** que visa o desenvolvimento das lideranças Sabesp, e as quais têm como desafio contribuir para a universalização sustentável e responsável de serviços de água e esgoto até o final da década. Este programa, iniciado em 2012 e com continuidade em 2013, já contemplou 360 gerentes, abordando temas estratégicos como gestão por resultados, valorização e desenvolvimento de pessoas, incentivo à criatividade e inovação nos processos de trabalho. É desenvolvido em parceria com a Fundap e oferece uma gama de atividades: aulas presenciais, palestras, oficinas, avaliação do perfil gerencial e desempenho e coaching, com orientação de carreira direcionada à conquista de metas que possibilitem incrementar o desempenho e contribuir para a efetividade dos resultados da gestão.

Em 2013, após um criterioso processo de avaliação, foi constituída uma turma de quarenta gerentes que iniciaram o MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Instituto de Administração (FIA), o qual pretende aprimorar o conhecimento dos participantes em temas avançados de Gestão Empresarial.

**Programa de Sucessão e Carreira**

A renovação das lideranças e a perspectiva de aposentadoria de 50% do quadro gerencial da Sabesp, nos próximos cinco anos, exigiu o preparo de futuros sucessores. O programa de sucessão e carreira da Sabesp visa desenvolver uma nova geração de líderes culturalmente alinhados para enfrentar a competitividade e garantir a sustentabilidade do negócio. Nesta perspectiva 85 futuras lideranças passam por um processo intenso de desenvolvimento, abrangendo: avaliação de perfil e potencial, MBA em Gestão Empresarial, cursos de Idiomas, coaching, e acompanhamento de desempenho. A Universidade Empresarial espera oferecer com isto um diferencial na formação destes profissionais que poderão responder aos crescentes desafios da realidade de negócios que a Sabesp está inserida

**Potencializando as competências dos empregados**

Os programas desenvolvidos pela UES são estabelecidos em conformidade com as diretrizes e demandas sinalizadas pelo planejamento estratégico organizacional em três vertentes: competências essenciais ao negócio, capacitação técnica, cultura e estratégia organizacional. Tem como pilares as premissas de Educação Corporativa, Gestão do Conhecimento e Responsabilidade Socioambiental.

Para viabilização dos seus programas, a UES vale-se de uma arquitetura de aprendizado que mescla métodos presenciais com autodesenvolvimento, práticas de compartilhamento do conhecimento e educação à distância. Por meio das diferentes metodologias de ensino são promovidos o aprendizado formal e o aprendizado informal, este último contribuindo com a retenção e o compartilhamento do conhecimento relevante para a Sabesp.

Em 2013, a Universidade Empresarial Sabesp proporcionou as seguintes oportunidades de desenvolvimento:

- Investimento de R\$ 13,7 milhões em cursos e programas estratégicos relacionados a Sustentabilidade, Governança Corporativa, Meio Ambiente, Responsabilidade Social, Segurança e Saúde do Trabalho e às competências essenciais ao negócio;
- 450 cursos à distância disponíveis a todos os empregados, atingindo um total de aproximadamente 47 mil participações;
- 160 subsídios a empregados para realização de cursos de pós-graduação, com objetivo de garantir a formação de profissionais nas questões estratégicas do negócio;
- 41 subsídios a empregados das categorias técnica e operacional para realização de cursos técnicos de nível médio em temáticas relacionadas principalmente a Meio Ambiente e Saneamento Básico, para contribuir com o alcance da diferenciação em sua profissionalização e consequentemente no aprimoramento da prestação de serviços aos clientes;
- Subsídio de idiomas a 366 empregados das diversas áreas da empresa, para auxiliar no desempenho de atividades que necessitem do conhecimento da língua inglesa ou hispânica, possibilitando a realização de pesquisa, redação de textos técnicos, conversação e comunicação adequada com profissionais estrangeiros em visita ao Brasil ou em viagens ao exterior.
- Capacitação Comportamental e Técnica para 1.000 Gerentes e Avaliadores Delegados, para o processo de Avaliação de Competências e Desempenho.
- Programa de Convênio Educacional com 135 instituições de ensino particulares para concessão de descontos de 5% até 40% nas mensalidades de seus cursos de: graduação, pós-graduação, ensino médio, fundamental, técnico, educação infantil, idiomas, supletivo e alfabetização.

A Sabesp tem o compromisso de investir nas pessoas e construir um relacionamento de qualidade e confiança com seus empregados, criando um ambiente de trabalho que valoriza o talento de cada um e permite que todos possam contribuir para os objetivos da empresa. A preservação dos profissionais, num mercado competitivo e em plena ascensão, mantém a companhia em constante busca das melhores práticas de gestão de pessoas. Entendemos que a união de experiências tão qualificadas e a busca por novos talentos manterá o crescimento sustentável da empresa.

**Força de trabalho**

A Sabesp conta atualmente com 15.015 empregados, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Predominam os do sexo masculino (80%), com formação de ensino médio (51%), de etnia branca (82%), com mais de 40 anos de idade (73%). A permanência média na empresa é de 17 anos.

A Sabesp contrata prestadores de serviços conforme a necessidade. Dispõe, nestas condições, de aproximadamente 7.108 profissionais. Além disso, abrigamos 924 estagiários e 491 jovens aprendizes – que conjugam a oportunidade de trabalho à realização de cursos de qualificação.

A construção da sociedade mais justa e sustentável que buscamos passa, necessariamente, pela valorização da diversidade e pela inclusão social. O respeito à diversidade humana e cultural e a não discriminação são princípios essenciais para nós. Garantimos o direito à diferença, assegurando a cada trabalhador, independentemente de suas características, condições plenas para desenvolver seus talentos e potencialidades. A Sabesp atende a legislação pertinente quanto ao direito de reserva das vagas, oferecidas nos processos seletivos públicos para pessoas com deficiência. Em 2013, tivemos 71 postos de trabalho ocupados nestas condições, sendo 73% colaboradores com deficiência física, 18% auditiva e 9% visual. Também mantemos, desde 2005, convênio com a AVAPE - Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência, por meio do qual 103 pessoas com deficiência atuam em nossos postos de atendimento ao público, atividade para a qual recebem mais de 108 horas de treinamento por ano.

**Benefícios** - A Sabesp tem por prática proporcionar benefícios que contribuam para a melhoria na qualidade de vida e o bem-estar de seus empregados. Isso favorece a atratividade de profissionais de mercado, a retenção de talentos, e propicia um melhor desempenho e a racionalização da gestão dos benefícios. O pacote de benefícios adotado pela empresa contempla: Cartão Benefícios – Cesta Básica e Convênios com Supermercado e Farmácia e Cartão de Refeição. São comuns a todos os empregados, independente do regime de horário, cargo, gênero ou etnia.

Às empregadas e empregados que possuem a guarda legal dos filhos é concedido reembolso de auxílio-creche ou a utilização do Centro de Convivência Infantil da companhia, atendendo crianças na faixa etária entre 6 meses e 6 anos incompletos. A empresa faculta aos que possuem filhos portadores de necessidades especiais reembolso de despesas para tratamento em instituições especializadas equivalente a até duas vezes o valor do auxílio creche, sem limite de idade. Aos afastados por auxílio-doença ou acidente cujo salário encontra-se acima do valor máximo pago pelo INSS, é concedida, automaticamente, complementação salarial por até seis meses.

Além destes benefícios, por meio da Fundação Sabesp – Sabesprev a empresa subvenciona a assistência médica e a previdência privada de todos os seus empregados. Em 2013, a companhia contribuiu com 2,6% da folha de pagamento mensal para seu plano de previdência privada.

Em 2010 foi criado o Plano de Benefício Previdenciário Sabesprev Mais (modalidade contribuição definida), dada a necessidade de equacionamento do déficit técnico, estimado atualmente em R\$ 600 milhões apresentado pelo Plano de Benefício Básico (modalidade benefício definido). Iniciou-se, então, a migração dos participantes de um plano para outro, no entanto o Sindicato da categoria e associação dos aposentados obtiveram decisão liminar junto a Justiça para interromper o procedimento de migração.

Em dezembro de 2011, a Sabesp pactuou com parte das entidades representativas dos empregados visando encontrar alternativas para solucionar a pendência judicial sobre o tema. No entanto, o Juiz responsável pela questão determinou a realização de prova pericial.

No que tange ao plano de saúde, a Sabesp em dezembro de 2013, contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, para elaboração de diagnóstico e estudos atuariais dos planos administrados pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev, para empregados ativos, ex-empregados e aposentados, conforme ajustado com as entidades sindicais.

**Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho**

O Programa de Qualidade de Vida da Sabesp foi construído de forma a abranger ações integradas e sintonizadas com os principais aspectos que influenciam a qualidade de vida das pessoas e plenas condições de desenvolvimento humano para a realização do trabalho.

Seu principal objetivo é *"Construir um ambiente de trabalho com produtividade, qualidade de vida e bem estar, contribuindo para a diminuição do absentismo e da melhoria do clima organizacional"*.

Dentre as ações realizadas em 2013 destacam-se:

- **Dia do Desafio:** campanha mundial de atividade física realizada toda última quarta-feira do mês de maio, dia intitulado em prol da qualidade de vida. Com mais de 200 atividades realizadas entre jogos esportivos, dança, ginástica, caminhada entre outras. A participação da Sabesp em 2013 foi de mais de 6.100 empregados, número que entrou na contagem oficial mundial.
- **Convênio com Academias:** a Sabesp estabeleceu convênio com diversas academias na capital, interior e litoral de São Paulo. Os empregados são beneficiados com descontos nas mensalidades, extensivos aos seus dependentes.
- **Campanhas de Doação de Sangue** em parceria com Hemocentros e Hospitais, incluindo ações de sensibilização e conscientização sobre a importância da doação que resultaram num total de 417 bolsas coletadas em 2013.
- **Programa de Atendimento e Recuperação do Empregado (PARE):** em 2013 o programa comemorou 20 anos de implantação na Sabesp. Atende empregados com mais de 3 (três) meses de vínculo empregatício e com problemas de dependência química de álcool, outras drogas e tabaco. O tratamento é realizado em clínicas especializadas, credenciadas pela Sabesprev, subsidiado pela Sabesp, em regime de internação ou ambulatorial. Desde sua

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP  
CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

implantação foram atendidos 1.320 empregados e atualmente temos cadastrados 260 dependentes de álcool e outras drogas. Já para o Tabaco, foram atendidos 640 empregados dos quais 204 pararam de fumar, melhorando a sua Qualidade de Vida.

• **Outubro Rosa e Novembro Azul** - Nos meses de outubro e novembro, os empregados aderiram às Campanhas Outubro Rosa, voltada às mulheres, com o objetivo de combate ao câncer de mama e Novembro Azul, voltada ao público masculino com o alerta para o câncer de próstata. Para mostrar o envolvimento com as causas, durante todas as sextas-feiras de outubro os empregados se vestiram de rosa e em novembro, de azul. A exemplo do que ocorreu em todo o mundo, vários locais da Sabesp foram iluminados com as respectivas cores e outras importantes ações também foram realizadas, como a exibição de palestras informativas, vídeos e depoimentos sobre a importância da prevenção e diagnóstico precoce.

O objetivo da **Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho** da companhia é garantir ações que promovam o desenvolvimento da cultura de prevenção na empresa e a melhoria das condições de segurança no trabalho, agregando qualidade de vida aos empregados e prestadores de serviço.

O Sistema é certificado pela norma OHSAS 18001, abrangendo 72 estabelecimentos no escopo de serviços e obras com escavação e em espaços confinados executados em vias públicas, sendo recertificado em 2013 pela Bureau Veritas Certification.

Do total de empregados, 25% trabalham em comitês formais de segurança e saúde e se envolvem em atividades como: sistematização, monitoramento e programas específicos. Destacam-se, em particular, o empenho e o comprometimento dos 4 mil cipeiros, brigadistas e profissionais dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

A Sabesp atua com comitês formais de segurança e saúde voltados a CIPA e as brigadas de incêndio.

Os programas desenvolvidos com vistas à saúde e à segurança do trabalho obtiveram gradativa redução na frequência e na gravidade dos acidentes. Os mais frequentes ocorrem no trânsito (28%), quedas (24%) e batidas contra objetos em movimento ou fixo (18%). O comportamento humano (68%) é o principal fator de ocorrência dos acidentes por excesso de confiança e o não atendimento dos procedimentos de segurança.

Neste ano realizamos investimento de cerca de R\$ 12 milhões em prevenção de acidentes. Destacamos os programas: CIPA em Ação (identificação de 1.047 condições inseguras com 75% concluídas); Campanha Segurança Nota 10 (3.904 inspeções realizadas); Capacitação de Saúde e Segurança do Trabalho (40.000 participações) e Minuto da Prevenção (2.460 eventos com 39.338 participações); Campanha Você no Trânsito: Prevenção de acidente com Motociclistas (com atividades mensais); Controle Médico de Saúde Ocupacional (11.645 exames médicos); Campanha de Imunização (11.343 empregados vacinados contra gripe).

**Satisfação e comprometimento**

A Gestão do Clima Organizacional na Sabesp propicia a análise do ambiente interno e o monitoramento da satisfação dos empregados, permitindo a melhoria de práticas e processos. Construir um clima de engajamento e avançar nas práticas de gestão de pessoas é um desafio de todos nós, empregados e gerentes.

Em 2013, foi desencadeado um amplo processo de sensibilização dos empregados, com palestras presenciais e a distância, abrangendo 2.273 participantes.

A pesquisa composta de 55 questões foi respondida via web, contendo variáveis de liderança, valorização, equidade, orgulho e ambiente de trabalho. A aplicação ocorreu no período de julho a agosto/2013, gerenciada por consultoria externa, garantindo sigilo e confidencialidade ao processo, obtendo-se a participação expressiva de 73% dos empregados da Sabesp. Além das afirmativas propostas, a pesquisa apresentou uma questão-chave, com objetivo de se identificar o quanto as pessoas apostam na organização. Essa afirmativa chave: "Levando-se tudo em conta, este é um bom lugar para trabalhar", foi um dos maiores índices apontados, e de maneira muito satisfatória para a Sabesp. O resultado demonstrou que 77% dos empregados consideram a Sabesp um bom lugar para trabalhar.

Cada vez mais o mercado reconhece que a forma como os empregados experimentam o seu ambiente de trabalho impacta fortemente em seu desempenho e motivação. Os resultados da pesquisa foram apurados em Índice de Favorabilidade e representaram, em percentuais, as respostas favoráveis sobre o total de respostas. Os respondentes manifestaram sua opinião em relação à sua equipe e à Sabesp, e dessa forma, foi possível identificar que a percepção dos empregados é mais favorável à equipe (61,9%) do que à organização (56,1%), em 5,8 pontos percentuais. O Índice de Favorabilidade médio ou satisfação ficou em 59%. Os resultados levantados serão trabalhados em planos de ação para 2014.

**Relações trabalhistas**

A Sabesp incentiva e apoia seus empregados a participar de entidades e associações, como forma do pleno exercício de direito, além de auxiliar no desenvolvimento individual e na melhoria do clima organizacional. A totalidade de nossos colaboradores tem liberdade de associação, possui representação sindical e é abrangida por acordos de negociação coletiva.

A empresa conduz os processos de negociação com responsabilidade e transparência, e valoriza o diálogo saudável com as entidades sindicais. Reúne-se também, em qualquer tempo, para discussões de propostas que visam atender expectativas dos empregados, com bom clima organizacional, respeitadas o limite de sua capacidade financeira e as diretrizes governamentais. Durante o ano de 2013, não foram verificadas situações nas quais este direito de liberdade de associação e negociação tenha sofrido risco.

A Sabesp negocia anualmente com as cinco principais entidades sindicais que representam a maioria (90%) de seus empregados: Sintaema, Sintius, Seesp, Sasp e Sintec. Vale ressaltar que 80% dos nossos colaboradores são espontaneamente associados a algumas delas.

O processo de negociação coletiva de 2013/2014 ocorreu em maio e envolveu as principais entidades sindicais. Resultou em reajuste de 8% nos salários e 15% em média para os benefícios, e no estabelecimento de Programa de Participação nos Resultados (PPR). Cabe registrar que, conforme ajustado com os sindicatos na negociação coletiva de 2012, em 26/04/13 ocorreu o pagamento final do PPR 2012 vinculado ao cumprimento de metas. O montante distribuído foi de R\$ 52 milhões, contemplando 100% dos empregados.

**Parcerias com a comunidade por um mundo melhor**

O negócio da Sabesp tem uma interação bastante intensa com a comunidade, seja para conscientizar sobre a importância da conexão à rede coletora de esgotos, da preservação das áreas de mananciais, uso racional da água ou sobre os impactos da poluição difusa. Um dos principais projetos é o "Se Liga na Rede" já detalhado neste relatório na página 28. Além disso temos outras iniciativas de destaque nas áreas educativa, cultural, nos esporte e na promoção da cidadania. Abaixo, algumas de nossas ações:

**Ecobilizações:** Realizadas em parceria com ONGs, a Sabesp incentiva a comunidade a se reunir para realizar a limpeza de córregos. A ação, também visa conscientizar a população para a necessidade de se unir e agir na preservação do meio ambiente.

**Disputa de Casas** - realizada na cidade de São Roque (SP), a campanha é promovida pela Sabesp, Brastemp e Finish. Cerca de 780 mil litros de água foram economizados em dois meses, uma média de 30% de economia em relação ao consumo de 2012. A ação é pioneira no Brasil e foi desenvolvida para estimular o uso consciente da água. A água economizada é equivalente a quase 80 caminhões-pipa, o suficiente para abastecer 90 residências participantes por 2,5 anos.

**Apoio ao 2º Congresso da Associação das Mulheres de Paraisópolis:** O encontro reuniu cerca de duas mil pessoas para discutir políticas públicas voltadas para as mulheres da comunidade, localizada na zona sul da capital paulista. Durante os dois dias, os participantes contaram com serviços como juizado itinerante, emissão de RG e certidão de nascimento, corte de cabelo, limpeza de pele, entre outras.

**Clubeinho Sabesp:** Com jogos e personagens, o site [www.clubinhosabesp.com.br](http://www.clubinhosabesp.com.br) estabeleceu um novo relacionamento com crianças e jovens, de 6 a 13 anos. Lançado em novembro, o espaço leva para a criança informações sobre o uso racional da água de maneira lúdica e divertida. Também foi criado o Cine Clubeinho, que propõe sessões de cinema com desenhos com mensagens sobre preservação do planeta.

**Projeto Escola no Cinema:** Desde 2000, a Sabesp já patrocinou 140 filmes por meio da Lei do Audiovisual (desde 2004). No Cine Sabesp (patrocinado desde 2010) é dada atenção especial à inclusão social. A companhia é a empresa paulista que mais investe na sétima arte e uma das três maiores incentivadoras do setor em todo o País. Este projeto já levou mais de 20 mil estudantes da rede pública a sessões comentadas.

**Sessão de cinema inclusivo:** Outro exemplo de iniciativas voltadas à inclusão é a realização de sessões exclusivas para deficientes visuais, utilizando o recurso da audiodescrição. A Sabesp também foi pioneira ao exigir, desde 2012, que todos os filmes que patrocinam tenham este recurso.

**Patrocínio a projetos para pessoas com deficiência:** O projeto Cadê Você foi idealizado pelo Instituto Mara Gabrilli e atua na identificação de pessoas com deficiência, residentes nas comunidades mais carentes do município de São Paulo, levando informações sobre os principais serviços existentes nas áreas: saúde, trabalho, esporte, acessibilidade, educação e direito.

**Caminhão-escola Aqua Mundo:** Realizado pelo Instituto EPTV e Instituto Internacional de Ecologia e Gerenciamento Ambiental, e patrocinado da Sabesp, o projeto é composto de um caminhão-escola adaptado com televisores e tablets e dividido por seções que mostram a biodiversidade, a água, enchentes causadas pelos lixos jogados nas ruas, além de jogos interativos que alertam para a necessidade da coleta seletiva e da recuperação ambiental.

**"Um dia na Sabesp" - aprendizado e responsabilidade com a natureza:** Aproxima a empresa dos filhos dos empregados, mostrando como é o trabalho realizado pelos seus pais para levar água, tratar e coletar o esgoto da população.

**Orquestras Filarmônicas de Paraisópolis:** Patrocinadas pela Sabesp, elas promovem a inclusão social por meio da música com a oferta de cursos gratuitos para crianças e adolescentes da comunidade de Paraisópolis. Atualmente atende 150 crianças e jovens com o ensino de todos os estilos musicais: erudito, popular e folclórico.

**Mais espaços verdes**

Também em 2013, a cidade de São Paulo ganhou mais espaços para o esporte e a recreação e conscientização sobre a importância dos cuidados com a água com o anúncio da criação de três áreas verdes de propriedade da Sabesp, localizadas nos bairros do Cangaíba, Mooca e Butantã. Os locais, que abrigam grandes reservatórios, estão sendo revitalizados e transformados em parques e serão entregues a população nos próximos anos.

**Prêmios recebidos em 2013**

**Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ),** concedido pela Fundação Nacional de Qualidade, às Unidades de Negócio Leste Norte

**PIQ – Prêmio Ibero-americano de Qualidade:** Primeira empresa de Saneamento a ser reconhecida e ganhar este prêmio Internacional

**Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão PPGQ/2012,** promovido pelo Instituto Paulista de Qualidade da Gestão (IPEG)

**Prêmio Abrasca de criação de valor,** concedido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas. Pela 3ª vez consecutiva a empresa foi destaque na categoria "saneamento e serviços de água e gás"

**Troféu Transparência Anefac 2013 –** Categoria Empresas de Capital Aberto, com faturamento acima de R\$ 5 bilhões, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças

**Prêmio Balanço Anual Melhores dos Maiores – Categoria Serviços,** promovido pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e pelo jornal Diário do Comércio, pela capacidade da Sabesp de geração de lucro e de crescimento

**Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente –** categoria serviços públicos estaduais, concedido pela Revista Consumidor Moderno para a Central de Atendimento da Diretoria Metropolitana.

**As 50 Empresas do Bem,** categoria Meio Ambiente, título concedido pela Revista Isto É Dinheiro, pelo projeto Aquapolo Ambiental

**Medalha de ouro e destaque em gestão do conhecimento:** Unidade de Gerenciamento Regional Billings, Unidade de Gerenciamento Regional Interlagos e o Escritório Regional de São Miguel Paulista

**Selo Paulista de Diversidade (selo pleno),** concedido pelo Governo de São Paulo à Sabesp por estar em nível avançado da política de diversidade profissional e pessoal

**Prêmio Learning & Performance Brasil 2013/2014 –** categoria Universidade Corporativa Ampliada, promovido pela Micropower, pelo projeto "Desenvolvendo competências e gerenciando performance para o negócio"

**Selo Abrinq -** pelo sexto ano consecutivo, conferido pela Fundação Abrinq – *Save the Children*, pelos projetos da Sabesp para o público infantil: Instituto Criança Cidadã (ICC), no qual a empresa é co-mantenedora de nove creches e três circo-escolas; Clubeinho Sabesp e Projeto Aprendiz

**Prêmio Mário Covas – Categoria Inovação em Gestão Estadual -** concedido pela Fundação Mário Covas, à Unidade de Negócio Centro, por ser finalista com a iniciativa "Relacionamento com Comunidade de Baixa Renda com Foco em Redução de Perdas – Vera Cruz"

**BALANÇO SOCIAL ANUAL/2013  
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

1. Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
Receita Líquida (RL)	11.315.567			10.737.631		
Resultado operacional (RO)	3.138.845			2.843.343		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.927.078			1.498.445		
2. Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	135.320	7,02%	1,20%	118.368	7,90%	1,10%
Encargos sociais compulsórios	160.195	8,31%	1,42%	144.082	9,62%	1,34%
Previdência privada	88.426	4,59%	0,78%	51.829	3,46%	0,48%
Saúde	124.305	6,45%	1,10%	124.614	8,32%	1,16%
Segurança e saúde no trabalho	12.494	0,65%	0,11%	10.983	0,73%	0,10%
Educação	2.919	0,15%	0,03%	997	0,07%	0,01%
Cultura	846	0,04%	0,01%	848	0,06%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	10.785	0,56%	0,10%	11.788	0,79%	0,11%
Creches ou auxílio-creche	2.154	0,11%	0,02%	1.797	0,12%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	52.928	2,75%	0,47%	52.574	3,51%	0,49%
Outros	4.178	0,22%	0,04%	4.164	0,28%	0,04%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>594.550</b>	<b>30,85%</b>	<b>5,25%</b>	<b>522.044</b>	<b>34,84%</b>	<b>4,86%</b>
3. Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.028	0,06%	0,02%	2.700	0,09%	0,03%
Cultura	24.933	0,79%	0,22%	15.375	0,54%	0,14%
Saúde e saneamento	5.396	0,17%	0,05%	3.048	0,11%	0,03%
Esporte	4.341	0,14%	0,04%	4.713	0,17%	0,04%
Combate à fome e segurança alimentar	26	0,00%	0,00%	105	0,00%	0,00%
Outros	10.606	0,34%	0,09%	12.253	0,43%	0,11%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>47.330</b>	<b>1,51%</b>	<b>0,42%</b>	<b>38.194</b>	<b>1,34%</b>	<b>0,36%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.834.843	58,46%	16,22%	1.664.991	59,84%	15,85%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>1.882.173</b>	<b>59,96%</b>	<b>18,63%</b>	<b>1.703.185</b>	<b>61,18%</b>	<b>16,20%</b>
4. Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	17.095	0,54%	0,15%	7.569	0,27%	0,07%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	15.437	0,49%	0,14%	20.147	0,71%	0,19%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>32.532</b>	<b>1,04%</b>	<b>0,29%</b>	<b>27.716</b>	<b>0,97%</b>	<b>0,26%</b>
(x) não possui ( ) cumpre de (x) não possui ( ) cumpre de						
metas 51 a 75% metas 51 a 75%						
( ) cumpre de ( ) cumpre de ( ) cumpre de ( ) cumpre de						
0 a 50% 76 a 100% 0 a 50% 76 a 100%						
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:						
5. Indicadores do Corpo Funcional	2013		2012			
Nº de empregados(as) ao final do período	15.015		15.019			
Nº de admissões durante o período	536		915			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	7.108		7.372			
Nº de estagiários(as)	924		888			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	8.234		8.471			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	3.047		3.018			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19,03%		19,44%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.307		2.227			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,34%		3,49%			
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	174		170			

6. Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2013 Valor (Mil reais)		Metas 2014	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,1		nd	
Número total de acidentes de trabalho	165		134	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( ) direção	( ) direção	( ) direção
	(x) direção e gerências	(x) direção e gerências	(x) direção e gerências	(x) direção e gerências
	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	(x) direção e gerências	(x) direção e gerências	(x) direção e gerências
	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) empregados(as)
	( ) todos(as) + Cipa	( ) todos(as) + Cipa	( ) todos(as) + Cipa	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) não se envolverá	( ) não se envolverá	( ) não se envolverá
	( ) segue as normas da OIT	( ) seguirá as normas da OIT	( ) seguirá as normas da OIT	( ) seguirá as normas da OIT
	(x) incentiva e segue a OIT	(x) incentivar e seguirá a OIT	(x) incentivar e seguirá a OIT	(x) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção	( ) direção	( ) direção
	(x) direção e gerências	(x) direção e gerências	(x) direção e gerências	(x) direção e gerências
	(x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção	( ) direção	( ) direção
	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências
	(x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) não serão considerados	( ) não serão considerados	( ) não serão considerados
	( ) são sugeridos	( ) serão sugeridos	( ) serão sugeridos	( ) serão sugeridos
	(x) são exigidos	(x) serão exigidos	(x) serão exigidos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) não se envolverá	( ) não se envolverá	( ) não se envolverá
	( ) apóia	( ) apoiará	( ) apoiará	( ) apoiará
	(x) organiza e incentiva	(x) organizará e incentivará	(x) organizará e incentivará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa Ouv.	no Procon CIP	na Justiça JEC/Conc.	na Empresa Ouv. nd
	42,174	1.222	343	CID nd JEC/ Conc. nd
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa Ouv. 99,99%	no Procon CIP 88,2%	na Justiça JEC/Conc. 75,5%	na Empresa Ouv. nd
				no Procon CIP nd
				na Justiça JEC/Conc. nd
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2013: 6.656.476</b>		<b>Em 2012: 6.133.683</b>	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	27,6% governo		27,1% governo	
	26,3% colaboradores(as)		25,8% colaboradores(as)	
	6,9% acionistas		7,4% acionistas	
	17,2% terceiros		15,9% terceiros	
	22,0% retido		23,8% retido	
7. Outras Informações	"Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção". "Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente."			

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012  
Em milhares de reais

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Nota	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	1º de janeiro de 2012 Reapresentado		31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	1º de janeiro de 2012 Reapresentado
Circulante					Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.782.001	1.915.974	2.142.079	Empreiteiros e fornecedores	275.051	295.392	244.658
Contas a receber de clientes	8 (a)	1.120.053	1.038.945	1.072.015	Parcela corrente de empréstimos e financiamentos de longo prazo	15	640.940	1.342.594
Saldos com partes relacionadas	9 (a)	134.855	109.273	185.333	Salários, encargos e contribuições sociais		314.926	267.332
Estoques		58.401	53.028	44.576	Impostos e contribuições a recolher	16 (b)	115.382	152.710
Caixa restrito	7	10.333	64.977	99.733	Juros sobre o capital próprio a pagar	21 (c)	456.975	414.355
Impostos a recuperar	16 (a)	87.405	118.421	117.893	Provisões	18 (a)	631.374	565.083
Demais contas a receber		61.039	29.980	43.065	Serviços a pagar	20	323.208	389.091
Total do ativo circulante		3.254.087	3.330.598	3.704.694	Parceria Público-Privada - PPP	13 (j)	20.241	24.357
Não circulante					Compromissos Contratos de Programa	13 (d) (iv)	77.360	148.220
Contas a receber de clientes	8 (a)	395.512	335.687	333.713	Outras obrigações		116.924	159.055
Saldos com partes relacionadas	9 (a)	130.457	153.098	170.288	Total do passivo circulante		2.972.381	3.758.189
Indenizações a receber		-	-	60.295	Não circulante			
Depósitos judiciais		54.827	53.158	54.178	Empréstimos e financiamentos	15	8.809.134	7.532.661
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	114.030	145.302	142.603	Impostos e contribuições a recolher		-	-
Agência Nacional de Águas - ANA	10	107.003	108.099	100.551	Cofins/Pasep diferidos		129.849	123.731
Demais contas a receber		94.952	111.047	35.034	Provisões	18 (a)	549.008	624.071
Investimentos	11	23.660	20.826	21.986	Obrigações previdenciárias	19 (b)	2.327.016	2.592.550
Propriedades para investimento	12	54.039	54.046	52.585	Parceria Público-Privada - PPP	13 (j)	323.267	331.960
Intangível	13	23.846.231	21.967.526	20.125.721	Compromissos Contratos de Programa	13 (d) (iv)	88.678	87.407
Imobilizado	14	199.496	196.710	181.585	Outras obrigações		145.160	168.766
Total do ativo não circulante		25.020.207	23.145.499	21.278.539	Total do passivo não circulante		12.371.112	11.461.146
Total do Ativo		28.274.294	26.476.097	24.983.233	Total do passivo		15.343.493	15.219.335
					Patrimônio líquido	21		
					Capital social		6.203.688	6.203.688
					Reserva de capital		124.255	124.255
					Reservas de lucros		6.736.389	5.387.634
					Ajuste de avaliação patrimonial		(133.531)	(458.815)
					Total do patrimônio líquido		12.930.801	11.256.762
					Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		28.274.294	26.476.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2013	2012 Reapresentado		Nota	2013	2012 Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>	24	11.315.567	10.737.631	Variáveis cambiais, líquidas	26	(266.446)	(50.571)
Custo operacional	25	(6.816.263)	(6.449.951)	<b>Despesas financeiras, líquidas</b>		(483.246)	(295.672)
<b>Lucro bruto</b>		4.499.304	4.287.680	<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		2.655.599	2.547.672
Despesas de vendas	25	(637.103)	(697.252)	Imposto de renda e contribuição social		-	-
Despesas administrativas	25	(729.117)	(717.377)	Corrente	17 (d)	(742.578)	(593.743)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	3.296	(23.175)	Diferido	17 (d)	10.538	(42.029)
Equivalência patrimonial	11	2.465	(6.532)	<b>Lucro líquido do exercício</b>		(732.040)	(635.772)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		3.138.845	2.843.344	<b>Lucro por ação - básico e diluído (em reais)</b>	22	1.923.559	1.911.900
Despesas financeiras	26	(602.910)	(578.230)			2,81	2,80
Receitas financeiras	26	386.110	333.129				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011 publicado</b>		6.203.688	124.255	521.219	3.408.591	288.143	-	-	10.545.896
Reconhecimento de passivo atuarial CPC 33 (R1) / IAS 19, líquido de tributos		-	-	-	-	-	-	(953)	(953)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011 reapresentado</b>		6.203.688	124.255	521.219	3.408.591	288.143	-	(953)	10.544.943
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.911.900	-	1.911.900
Ganhos e perdas atuariais	19 (b)	-	-	-	-	-	-	(457.862)	(457.862)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	1.911.900	(457.862)	1.454.038
Reserva legal	21 (e)	-	-	95.595	-	-	(95.595)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$1,99 por ação)	21 (c)	-	-	-	-	-	(454.076)	-	(454.076)
Dividendos adicionais de 2011, aprovados (R\$1,26 por ação)		-	-	-	-	(288.143)	-	-	(288.143)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	80.201	-	-	-
Transferências para reserva de investimentos		-	-	-	1.282.028	-	(1.282.028)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012 reapresentado</b>		6.203.688	124.255	616.814	4.690.619	80.201	-	(458.815)	11.256.762
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.923.559	-	1.923.559
Ganhos e perdas atuariais	19 (b)	-	-	-	-	-	-	325.284	325.284
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	1.923.559	325.284	2.248.843
Reserva legal	21 (e)	-	-	96.178	-	-	(96.178)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,6684 por ação)	21 (c)	-	-	-	-	-	(456.845)	-	(456.845)
Dividendos adicionais de 2012, aprovados (R\$1,99 por ação)		-	-	-	-	(80.201)	-	-	(80.201)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	80.620	(80.620)	-	-
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(37.758)	-	-	(37.758)
Transferências para reserva de investimentos		-	-	-	1.289.916	-	(1.289.916)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		6.203.688	124.255	712.992	5.980.535	42.862	-	(133.531)	12.930.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	2.655.599	2.547.672
<b>Ajustes para reconciliação do lucro líquido:</b>		
Depreciação e amortização	871.073	738.525
Valor residual do imobilizado e intangível baixados	28.498	12.059
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	103.864	192.236
Provisões e variações monetárias de provisões	202.730	201.196
Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar	390.039	404.196
Variáveis monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos	340.492	85.122
Juros e variações monetárias passivas	18.401	24.553
Juros e variações monetárias ativas	(7.671)	(12.862)
Encargos financeiros de clientes	(234.138)	(171.481)
Margem de valor justo sobre ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão	(50.248)	(50.072)
Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	22.518	57.332
Indenizações a receber	-	60.295
Resultado da equivalência patrimonial	(2.465)	6.532
Repasso Prefeitura Municipal de São Paulo	3.168	2.466
Provisão Sabesp Mais	9.167	5.728
Obrigações previdenciárias	260.003	213.747
Outros ajustes	(33.576)	34.772
	4.577.454	4.352.016
<b>Varição no Ativo</b>		
Contas a receber de clientes	(11.515)	56.003
Saldos e transações com partes relacionadas	5.586	60.450
Estoques	(6.133)	(8.858)
Impostos a recuperar	31.016	(29.758)
Depósitos judiciais	(1.669)	1.020
Demais contas a receber	(13.868)	(77.613)
<b>Varição no passivo</b>		
Empreiteiros e fornecedores	(15.454)	(16.898)
Serviços recebidos	(65.883)	5.975
Salários, encargos e contribuições sociais	47.594	(33.502)
Impostos e contribuições a recolher	(146.664)	(47.800)
Cofins/Pasep diferidos	6.118	9.625
Provisões	(211.502)	(583.871)
Obrigações previdenciárias	(158.442)	(140.115)
Outras obrigações	(59.211)	(53.086)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	3.977.427	3.493.588
Juros pagos	(533.362)	(589.189)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(666.883)	(561.158)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	2.777.182	2.343.241
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangíveis	(2.305.031)	(2.008.699)
Caixa restrito	54.644	34.752
Aumento de investimento	(369)	(5.372)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(30.743)	(17.377)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(2.281.499)	(1.996.696)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
Captações	1.779.529	1.620.852
Amortizações	(1.780.673)	(1.518.240)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(498.669)	(578.705)
Parceria Público-Privada - PPP	(13.809)	(40.285)
Compromissos Contratos de Programa	(116.034)	(56.272)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	(629.656)	(572.650)
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	133.973	(226.105)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.915.974	2.142.079
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.782.001	1.915.974
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	(133.973)	(226.105)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
Em milhares de reais

	Nota	2013	2012 Reapresentado
Lucro líquido do exercício		1.923.559	1.911.900
Outros resultados abrangentes		325.284	(457.862)
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Ganhos e (perdas) atuariais sobre planos de benefícios definidos	19 (b)	325.284	(457.862)
Resultado abrangente total do exercício		2.248.843	1.454.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
Em milhares de reais

	Nota	2013	2012 Reapresentado
<b>Receitas</b>			
Operacionais	24 (a)	9.540.021	8.926.737
Outras receitas		64.272	75.721
Construção de ativos	13 (c)	2.444.735	2.464.482
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 (c)	(103.864)	(192.236)
		11.945.164	11.274.704
<b>Insunhos adquiridos de terceiros</b>			
Custos operacionais e de construção		(4.121.605)	(3.961.486)
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros		(631.894)	(676.063)
Outras despesas operacionais	27	(54.086)	(91.539)
		(4.807.585)	(4.729.088)
<b>Valor adicionado bruto</b>		7.137.579	6.545.616
<b>Retenções</b>			
Depreciação e amortização	25	(871.073)	(738.525)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		6.266.506	5.807.091
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Resultado de equivalência patrimonial		2.465	(6.532)
Receitas financeiras		387.505	333.124
		389.970	326.592
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		6.656.476	6.133.683
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		1.179.618	1.051.453
Benefícios		466.760	406.443
FGTS		108.388	124.699
		1.754.766	1.582.595
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		1.747.351	1.584.972
Estaduais		57.311	51.686
Municipais		30.181	-28.333
		1.834.843	1.664.991
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros, variações cambiais e monetárias			

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Contexto operacional**

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP" ou "Companhia") é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, Cep 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, de forma sustentável e competitiva, com excelência no atendimento ao cliente.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 363 municípios do Estado de São Paulo, na maioria dos municípios as operações decorrem de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos. A Companhia possui dois contratos parciais com o município de Mogi das Cruzes, entretanto como a maior parte do município é atendida por atacado, o mesmo não foi considerado dentro dos 363 municípios. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía 365 contratos.

A SABESP não está operando temporariamente, em alguns municípios, por força de decisão judicial. Os processos encontram-se em andamento e são relativos aos municípios de Iperó, Cajobi, Álvares Florense, Macatuba e Embaúba, sendo que o valor contábil dos intangíveis desses municípios era de R\$ 11.351 em 31 de dezembro de 2013. Encontram-se vencidos, em 31 de dezembro de 2013, 61 contratos de concessão, sendo que todos estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2014 e 2034 vencerão 38 contratos de concessão. A Administração prevê que todos os contratos de concessão vencidos e ainda não renovados, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 31 de dezembro de 2013, foram assinados 266 contratos de programa e de prestação de serviços (em 31 de dezembro de 2012 - 258 contratos).

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil do intangível utilizado nos 61 municípios em negociação totaliza R\$5.972.414, que representam 25,05% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$1.930.348 em 31 de dezembro de 2013, que representam 16,11% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 51,75% da receita bruta em 31 de dezembro de 2013 (dezembro/2012 - 51,21%) e 42,46% do ativo intangível (dezembro/2012 - 43,51%).

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia - ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribuiu à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o "Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário". O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- captação, adução e tratamento de água bruta;
- coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2013 do município de Santos era de R\$340.530 (dezembro/2012 - R\$328.693) e a receita bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 249.393 (dezembro/2012 - R\$202.103).

A Lei 11.445/07 em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidas até 31 de dezembro de 2010, porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012 em seu art. 2º permite a celebração dos contratos de programa até 31 de dezembro de 2016.

A administração da Companhia entende que os contratos de concessão ainda não renovados estão válidos e são regidos pela Lei 8.987/95 combinado com a Lei 11.445/07, assim como os municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são listadas e são regidas pelo código civil brasileiro.

As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da BM&FBOVESPA sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002. Em 2007, a SABESP passou a fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial, ou ISE, da BM&FBOVESPA, o que reflete o alto grau de comprometimento com o desenvolvimento sustentável e as práticas de cunho social.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneagua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2014.

**2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas nos países que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas práticas contábeis brasileiras sobre as demonstrações financeiras diferem da International Financial Reporting Standards - IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPC's, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 5.

**3 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

**3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses da data da aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas.

**3.2 Ativos financeiros****Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são os mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

**Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, saldos a receber da Agência Nacional de Águas - ANA, empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, juros sobre capital próprio a pagar, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP, e compromissos contratos de programa. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

**3.3 Receita operacional****(a) Receita de serviços de água e esgoto**

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

**(b) Receita de Construção**

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) e IAS 11 (Contratos de construção), usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. Contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos e o total é reconhecido como receita de construção.

**3.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decorrer normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia substitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do "contas a receber" e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

**3.5 Estoques**

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

**3.6 Propriedade para investimentos**

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenções são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não existe definição se a Companhia irá utilizar a propriedade na operação ou venderá a propriedade em curto prazo no curso ordinário do negócio.

**3.7 Imobilizado**

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos e é descrita na Nota 14 (c). Os terrenos não sofrem depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

**3.8 Intangível**

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os casos de ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período seria superior a 12 meses. Este período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da SABESP.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica "outras receitas operacionais".

**(a) Contratos de concessão/programa**

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com o poder concedente. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos da SABESP sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a SABESP tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 "Receita operacional".

Ativos intangíveis relacionados aos Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, (1) com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral (2) com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

A Lei 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços.

**(b) Licenças de uso de software**

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

**3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)**

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por impairment.

**3.10 Empreiteiros e fornecedores**

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são classificadas a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo operações com passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

**3.11 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 15. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

**3.12 Custos de empréstimos**

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos abaixo.

A capitalização ocorre durante o período no qual o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização.

Para casos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local.

**3.13 Salários e encargos sociais**

Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

**3.14 Participação nos resultados**

O programa de participação nos resultados para os funcionários da Companhia é baseado em metas operacionais e financeiras, da Companhia como um todo, e no desempenho de cada unidade de negócio. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com o período de competência, sendo contabilizada como despesa operacional e custo operacional.

**3.15 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais, depósitos caução e ativos contingentes**

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado com segurança. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidas para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos caução embasados no direito legal de compensação. As bases e a natureza das provisões para riscos civis, tributários, trabalhistas e ambientais estão descritas na Nota 18.

Os depósitos caução não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante. Os depósitos caução são corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades fiscais.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente.

**3.16 Gastos ambientais**

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

**3.17 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota desde 2008 o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e obrigatório a partir de 2010.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009, referente aos anos calendário de 2008 e 2009. Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia adotou as prerrogativas definidas no RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da Medida Provisória 627/2013 e Instrução Normativa 1.397/2013 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na melhor interpretação do texto corrente da Medida Provisória. A possível conversão da Medida Provisória 627/2013 em Lei pode resultar em alteração na conclusão da Companhia. A Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada ou não, consoante o texto final a ser promulgado.

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Para informações sobre o Regime Tributário de Transição (RTT) e Medida Provisória 627/2013, ver Nota 17 (e) e (f), respectivamente.

**Impostos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por cada controlada em conjunto) com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

**Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

**3.18 Impostos sobre receitas**

As receitas de serviços de água e esgoto estão sujeitas à incidência do Pasp - Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Os impostos incidentes sobre os valores faturados a entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre "outras receitas operacionais" são apresentados dedutivamente na própria linha da demonstração do resultado.

**3.19 Plano de Previdência Privada****(a) Benefício definido**

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registrados no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão, está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (GO) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo operacional, despesas de vendas ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, mas esta se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

**(b) Contribuição definida**

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade contribuição definida (Sabesprev Mais), administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigação de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

**3.20 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos, provisões, parcerias público privadas, compromissos contratos de programa e provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência pro rata temporis.

As correções monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

**3.21 Arrendamento mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem ao arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional. Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamentos financeiros são valorizados com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo.

**3.22 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

**3.23 Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de Juros Sobre o Capital Próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo - TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O reflexo fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento.

**3.24 Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

**3.25 Demonstração do valor adicionado ("DVA")**

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras, para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**3.26 Apresentação de relatórios por segmento**

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com as informações utilizadas internamente pela Administração, para a tomada de decisões estratégicas, a alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Com base na forma como a Companhia trata seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, foram demonstrados dois segmentos operacionais (água e esgoto) para fins de reporte financeiro. As informações por segmento estão demonstradas na Nota 23.

**3.27 Conversão de saldos em moeda estrangeira****(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal am-

biante econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**(b) Conversão de moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados a ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, onde os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento.

**4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações****4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013**

Novas normas e revisões	Exigências-chave	Data de vigência
<b>Norma</b> Modificações à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 40 (R1)	As modificações à IFRS 7 aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição no ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não foram igualmente distribuídos no exercício.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (substitui partes das IAS 27 e da SIC 12) CPC 36 (R3)	De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação para todas as entidades, ou seja, o controle. Esta alteração elimina a inconsistência entre a versão anterior da IAS 27 e a SIC 12; a primeira utilizava conceito de controle enquanto a última enfatizava o conceito de riscos e benefícios. Inclui uma definição mais detalhada de controle para solucionar a definição resumida de controle da versão anterior da IAS 27. A definição de controle de acordo com a IFRS 10 inclui os seguintes três elementos: i) poder sobre a investida; ii) exposição, ou direitos, aos retornos variáveis das atividades com a investida; e iii) capacidade de utilizar o poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos dos investimentos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11 - Negócios em Conjunto (substitui à IAS 31 e SIC 13) CPC 19 (R2)	A definição de controle conjunto de acordo com a nova norma é a mesma da anterior, exceto pelo fato de que a nova definição enfatiza as atividades relevantes da investida em vez de somente as atividades operacionais e financeiras da investida. Esta nova abordagem está alinhada com a definição de controle de acordo com a IFRS 10. Aborda como um negócio em conjunto em que duas ou mais partes detêm o controle conjunto de um acordo que deve ser classificado. Existem dois tipos de negócios em conjunto de acordo com a IFRS 11: operações em conjunto e empreendimentos controlados em conjunto ( <i>joint ventures</i> ). Esses dois tipos de negócios em conjunto são diferenciados pelos direitos e pelas obrigações das partes.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades CPC 45	É uma nova norma que define as divulgações a serem incluídas nas demonstrações financeiras quando as entidades tiverem participação em controladas, negócios em conjunto, coligadas ou entidades estruturadas não consolidadas (semelhantes às entidades de propósito específico de acordo com a SIC 12).	1º de janeiro de 2013
IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo CPC 46	Apresenta uma nova definição de valor justo. De acordo com a IFRS 13, o valor justo é definido como o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação no mercado principal na data de mensuração, de acordo com as condições de mercado atuais, independentemente se esse preço é diretamente observável ou estimado por meio de outra técnica de avaliação.	1º de janeiro de 2013
IAS 19 - Benefícios a Empregados CPC 33 (R1)	As alterações à IAS 19 modificam a contabilização dos planos de benefícios definidos e de benefícios rescisórios. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As alterações exigem o reconhecimento das modificações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram e, portanto, eliminam a "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e aceleram o reconhecimento dos custos de serviços passados. As alterações exigem que todos os ganhos e perdas atuariais sejam reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.	1º de janeiro de 2013
IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas CPC 35 (R2)	A norma revisada trata somente das demonstrações financeiras separadas. A maioria das exigências foi mantida com relação à norma anterior.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto CPC 18 (R2)	De forma similar à norma anterior, a nova norma oferece instruções sobre como aplicar o método de equivalência patrimonial. No entanto, o escopo da norma revisada foi alterado para tratar dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto ( <i>joint ventures</i> ) e pelo fato de a IFRS 11 exigir que esses investimentos sejam contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.	1º de janeiro de 2013

As novas normas, alterações ou interpretações das normas que tiveram efeito para a Companhia são as seguintes:

**CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto e CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados**

A adoção retrospectiva dos CPCs 19 (R2) e 33 (R1) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentou os seguintes ajustes:

Ativo	31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Total do ativo circulante	3.336.865	(6.267)	-	3.330.598
Imposto de renda e contribuição social diferidos	141.356	(5.459)	9.405	145.302
Investimentos	-	20.826	-	20.826
Intangível	21.991.922	(24.396)	-	21.967.526
Imobilizado	383.383	(186.673)	-	196.710
Total do ativo não circulante	23.338.928	(202.834)	9.405	23.145.499
Total do Ativo	26.675.793	(209.101)	9.405	26.476.097

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Total do passivo circulante	3.797.370	(39.181)	-	3.758.189
Empréstimos e financiamentos	7.701.929	(169.268)	-	7.532.661
Obrigações previdenciárias	2.124.330	-	468.220	2.592.550
Total do passivo não circulante	11.162.846	(169.920)	468.220	11.461.146
Total do passivo	14.960.216	(209.101)	468.220	15.219.335
Total do patrimônio líquido	11.715.577	-	(458.815)	11.256.762
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	26.675.793	(209.101)	9.405	26.476.097

Demonstração do resultado	31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Receita operacional líquida	10.754.435	(16.804)	-	10.737.631
Custos operacionais	(6.465.398)	15.447	-	(6.449.951)
Despesas de vendas	(697.874)	622	-	(697.252)
Despesas administrativas	(726.128)	8.751	-	(717.377)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(19.775)	(3.400)	-	(23.175)
Equivalência patrimonial	-	(6.532)	-	(6.532)
Lucro operacional	2.845.260	(1.916)	-	2.843.344
Despesas financeiras, líquidas	(301.356)	5.684	-	(295.672)
Imposto de renda e contribuição social	(632.004)	(3.768)	-	(635.772)
Lucro líquido do exercício	1.911.900	-	-	1.911.900

Demonstração do resultado abrangente	31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Lucro líquido do exercício	1.911.900	-	-	1.911.900
Outros resultados abrangentes	-	-	(457.862)	(457.862)
• Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração de resultado:				
Ganhos e (perdas) atuariais sobre planos de benefícios definidos	-	-	(457.862)	(457.862)
Resultado abrangente total do exercício	1.911.900	-	(457.862)	1.454.038

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

	31 de dezembro de 2012			Após a aplicação dos CPC's
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>				
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.336.220	7.021	-	2.343.241
Caixa líquido das atividades de investimento	(1.998.778)	2.082	-	(1.996.696)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(566.253)	(6.397)	-	(572.650)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(228.811)	2.706	-	(226.105)

	31 de dezembro de 2012			Após a aplicação dos CPC's
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	
<b>Demonstração dos valores adicionados</b>				
Receitas	11.296.137	(21.433)	-	11.274.704
Insumos adquiridos de terceiros	(4.746.388)	17.300	-	(4.729.088)
Depreciação e amortização	(740.147)	1.622	-	(738.525)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(6.532)	-	(6.532)
Receitas financeiras	332.045	1.079	-	333.124
Valor adicionado total a distribuir	6.141.647	(7.964)	-	6.133.683
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	1.586.553	(3.958)	-	1.582.595
Impostos, taxas e contribuições	1.675.728	(10.737)	-	1.664.991
Remuneração de capitais de terceiros	967.466	6.731	-	974.197
Remuneração de capitais próprios	1.911.900	-	-	1.911.900
Valor adicionado distribuído	6.141.647	(7.964)	-	6.133.683

	1º de janeiro de 2012			Após a aplicação dos CPC's
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	
<b>Ativo</b>				
Total do ativo circulante	3.725.833	(21.139)	-	3.704.694
Imposto de renda e contribuição social diferidos	179.463	(1.537)	(35.323)	142.603
Demais contas a receber	39.933	(4.899)	-	35.034
Investimentos	-	21.986	-	21.986
Intangível	20.141.677	(15.956)	-	20.125.721
Imobilizado	356.468	(174.883)	-	181.585
Total do ativo não circulante	21.489.151	(175.289)	(35.323)	21.278.539
Total do Ativo	25.214.984	(196.428)	(35.323)	24.983.233

	1º de janeiro de 2012			Após a aplicação dos CPC's
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
Total do passivo circulante	3.968.668	(12.522)	-	3.956.146
Empréstimos e financiamentos	6.966.285	(172.137)	-	6.794.148
Cofins/Pasep diferidos	114.957	(851)	-	114.106
Obrigações previdenciárias	2.050.697	-	(34.370)	2.016.327
Outras obrigações	742.359	(10.918)	-	731.441
Total do passivo não circulante	10.700.420	(183.906)	(34.370)	10.482.144
Total do passivo	14.669.088	(196.428)	(34.370)	14.438.290
Total do patrimônio líquido	10.545.896	-	(953)	10.544.943
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	25.214.984	(196.428)	(35.323)	24.983.233

(a) Adoção do CPC 19 (R2)

As empresas investidas em conjunto (Nota 11) passaram a ser classificadas como joint venture estando sujeitas ao reconhecimento contábil pelo método da equivalência patrimonial IAS 28. Tal mudança implicou a alteração da consolidação proporcional para contabilização do investimento pelo método da equivalência patrimonial.

A adoção do CPC 19 (R2) resultou em alterações na consolidação dos investimentos mantidos pela Companhia na Sesamm - Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina S.A., Águas de Castilho, Sanequa Mairinque S.A., Aquapolo Ambiental S.A. e Attend Ambiental S/A.

(b) Adoção do CPC 33 (R1)

A prática contábil da Companhia até 31 de dezembro de 2012 era contabilizar ganhos e perdas atuariais pelo método do "corredor", onde os ganhos e perdas decorrentes de alterações em premissas atuariais eram somente reconhecidos no resultado na medida em que superassem o valor do "corredor" e amortizado ao longo da vida média estimada remanescente da população que possui os benefícios; portanto, os ganhos e perdas atuariais mensurados num período não eram reconhecidos imediatamente. Como resultado deste método o valor reconhecido no passivo diferia do valor presente estimado das obrigações pelo valor dos ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos.

Com a adoção da nova norma contábil a SABESP passou a contabilizar no balanço patrimonial o efeito total das perdas atuariais líquidas de imposto de renda e contribuição social, com contrapartida em outros resultados abrangentes; ou seja, sem transitar pelo resultado do exercício. Esta contabilização foi feita nas informações contábeis intermediárias de 2013, com efeito retrospectivo às demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2012.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram contabilizados apenas para o plano G1, uma vez que as despesas do plano G0 são consideradas indedutíveis.

Abaixo é apresentada a reconciliação dos novos saldos patrimoniais das obrigações atuariais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e ao saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2012, afetados pela alteração na norma:

	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Saldo das obrigações atuariais conforme prática contábil anterior - G1	577.169	538.619
Efeito da adoção do CPC 33 (R1)	27.663	(103.892)
Saldo das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	604.832	434.727
Saldo das obrigações atuariais conforme prática contábil anterior - G0	1.547.161	1.512.078
Efeito da adoção do CPC 33 (R1)	440.557	69.522
Saldo das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	1.987.718	1.581.600
Saldo total das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	2.592.550	2.016.327

Em função do ajuste descrito acima decorrente da adoção do CPC 33 (R1), os saldos das rubricas "Impostos diferidos" no ativo não circulante, "Obrigações previdenciárias" no passivo não circulante e "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012, relativos aos períodos comparativos à essa informação contábil intermediária, foram ajustados da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012	
	Saldo original	Saldo Reapresentado	Saldo original	Saldo Reapresentado
Ativo não circulante				
Impostos diferidos	135.897	9.405	145.302	177.926
Passivo não circulante				
Obrigações previdenciárias	2.124.330	468.220	2.592.550	2.050.697
Patrimônio líquido				
Outros resultados abrangentes	11.715.577	(458.815)	11.256.762	10.545.896

A adoção do CPC 33 (R1) não implicou ajustes nas demonstrações do resultado e do fluxo de caixa apresentados nesta demonstração financeira.

**IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades**

Trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessas participações. As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão em conformidade com a IFRS 12.

**IFRS 13 Mensuração do Valor Justo**

Aplicável quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão em conformidade com a IFRS 13.

**4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

A Companhia não adotou de forma antecipada, as IFRSs novas e revisadas a seguir:

Alterações às IFRS 7	Instrumentos Financeiros: Evidenciação <sup>2</sup>
IFRS 9	Instrumentos Financeiros <sup>2</sup>
Alterações às IFRS 10 e 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Divulgações de Participações em Outras Entidades - Entidades de Investimento <sup>1</sup>
Alterações às IAS 27	Demonstrações Financeiras Separadas - Entidades de Investimento <sup>1</sup>
Alterações às IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

<sup>2</sup> Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

**4.3 Gestão de Risco Financeiro**

**4.3.1 Fatores de risco financeiro**

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

**(a) Risco de mercado**

**Risco cambial**

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene. Os passivos da SABESP em moeda estrangeira incluem empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, principalmente.

No caso de desvalorização do real em relação à moeda estrangeira na qual a dívida esteja denominada, a SABESP incorrerá em prejuízo monetário com relação a tal dívida.

Os riscos cambiais específicos da SABESP estão associados às exposições geradas por sua dívida de curto e longo prazos em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" e também não possui qualquer instrumento financeiro para proteção contra tal risco, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidade, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$3.715.645 em 31 de dezembro 2013 (dezembro/2012 - R\$ 3.231.183). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012 Reapresentado	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos - US\$	1.181.256	2.767.210	1.136.274	2.321.976
Empréstimos e financiamentos - Iene	41.504.249	926.790	37.535.650	890.346
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos - US\$	-	14.512	-	12.487
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos - Iene	-	7.133	-	6.374
Total da exposição	-	3.715.645	-	3.231.183
Custo de captação	-	(17.092)	-	(15.422)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira	-	3.698.553	-	3.215.761

Em 31 de dezembro de 2013, caso o Real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o exercício teria sido de R\$371.564 (dezembro/2012 - R\$323.118), a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
<b>Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2013 (Passiva) em US\$</b>	1.181.256	1.181.256	1.181.256
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2013	2,34260	2,34260	2,34260
Taxa cambial estimada conforme cenário	2,45000	3,06250	3,67500
Diferença entre as taxas	(0,10740)	(0,71990)	(1,33240)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(126.867)	(850.386)	(1.573.905)
<b>Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2013 (Passiva) em Iene</b>	41.504.249	41.504.249	41.504.249
Taxa do Iene em 31 de dezembro de 2013	0,02233	0,02233	0,02233
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,02322	0,02903	0,03484
Diferença entre as taxas	(0,00089)	(0,00670)	(0,01251)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(36.939)	(278.078)	(519.218)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(163.806)	(1.128.464)	(2.093.123)

(\*) Para o cenário provável em moeda estrangeira (dólar e iene) foi considerada a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2013, conforme BM&FBovespa.

**Risco de taxa de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
TR <sup>(i)</sup>	1.646.546	2.019.924
CDI <sup>(ii)</sup>	1.212.010	1.799.830
TJLP <sup>(iii)</sup>	990.273	845.913
IPCA <sup>(iv)</sup>	1.413.629	697.385
LIBOR <sup>(v)</sup>	1.599.815	1.243.058
Juros e encargos	120.839	95.475
Total	6.983.112	6.701.585

(i) TR - Taxa Referencial de Juros

(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(iii) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo

(iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$69.831 (dezembro/2012 - R\$67.015) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito, saldos com partes relacionadas e indenizações. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seus recursos exclusivamente junto ao Banco do Brasil (rating AA+(bra)). Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes, e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Notas 6, 7, 8 e 9.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à provisão para deterioração, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)	1.781.327	1.913.893
Outros (*)	674	2.081
	1.782.001	1.915.974

(\*) Foram incluídas nesta categoria contas-correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia. Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Contraparte	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA

**(c) Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.186.907	1.545.451	1.458.618	1.125.401	1.186.483	6.860.587	13.363.447
Empreiteiros e fornecedores	275.051	-	-	-	-	-	275.051
Serviços a pagar	323.208	-	-	-	-	-	323.208
Parceria Público-Privada - PPP	43.607	43.607	43.607	43.607	282.673	4.930.579	5.387.680
Compromissos Contrato de Programa	85.277	77.772	3.452	1.110	1.010	22.251	190.872

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.743.344	1.221.613	1.660.890	1.100.013	779.905	5.678.481	12.184.246
Empreiteiros e fornecedores	295.392	-	-	-	-	-	295.392
Serviços a pagar	389.091	-	-	-	-	-	389.091
Parceria Público-Privada - PPP	41.925	41.925	41.925	41.925	41.925	305.193	514.818
Compromissos Contrato de Programa	160.784	11.227	66.052	4.222	1.911	37.204	281.400

Juros futuros  
Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros nas datas bases acima.

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas de "cross default", ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia implicará no vencimento antecipado desses contratos. Constantemente são monitorados os indicadores a fim de evitar a execução de tal cláusula.

**(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros**

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Indicadores	Exposição	31 de dezembro de 2013		
		Cenário I (Provável) (i)	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
<b>Ativo</b>				
CDI	1.592.165	10,4700%(*)	7,8525%(**)	5,2350%(***)
Receita financeira		166.700	125.025	83.350
<b>Passivo</b>				
CDI	1.212.010	10,4700%(*)	7,8525%(**)	5,2350%(***)
Juros a incorrer		(126.897)	(95.173)	(63.449)
Exposição líquida - CDI	380.155	39.803	29.852	19.901
<b>Passivo</b>				
TR	1.646.546	0,0093%(*)	0,0116%	0,0140%
Despesa a incorrer		(153)	(191)	(230)
IPCA	1.413.629	5,9800%(*)	7,4750%	8,9700%
Despesa a incorrer		(84.535)	(105.669)	(126.803)
TJLP	990.273	5,0000%(*)	6,2500%	7,5000%
Juros a incorrer		(49.514)	(61.892)	(74.270)
LIBOR	1.599.815	0,3048%(**)	0,3810%	0,4572%
Juros a incorrer		(4.876)	(6.095)	(7.314)
Despesas totais líquidas a incorrer		(99.275)	(143.995)	(188.716)

(\*) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 27/12/2013

(\*\*) Fonte do índice: Bloomberg

(\*\*\*) Cenário com redução de 25% e 50%, pois a exposição líquida da Companhia, em CDI, é positiva.

(i) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2013 ou até a data dos vencimentos dos contratos, o que for menor.

**4.4 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial da controladora, com a dívida líquida.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Total de empréstimos e financiamentos	9.450.074	8.875.255
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.782.001)	(1.915.974)
Dívida líquida	7.668.073	6.959.281
Total do Patrimônio Líquido	12.930.801	11.256.762
Capital total	20.598.874	18.216.043
Índice de alavancagem	37%	38%

Em 31 de dezembro de 2013 o índice de alavancagem diminuiu para 37% em comparação aos 38% de 31 de dezembro de 2012, devido ao aumento do patrimônio líquido decorrente do lucro do exercício e do ajuste de avaliação patrimonial.

**4.5 Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

**4.6 Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, saldos a receber da Agência Nacional de Águas - ANA, empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, juros sobre capital próprio a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada-PPP e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

Ativos Financeiros

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.782.001	1.782.001	1.915.974	1.915.974
Caixa restrito	10.333	10.333	64.977	64.977
Contas a receber de clientes	1.515.565	1.515.565	1.374.632	1.374.632
Saldos com partes relacionadas	265.312	265.312	262.371	262.371
Agência Nacional de Águas - ANA	107.003	107.003	108.099	108.099
Demais contas a receber	155.991	155.991	141.027	141.027

## Passivos Financeiros

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	9.450.074	9.439.094	8.875.255	9.201.317
Empreiteiros e fornecedores	275.051	275.051	295.392	295.392
Serviços a pagar	323.208	323.208	389.091	389.091
Compromisso Contratos de Programa	166.038	166.038	235.627	235.627
Parceria Público-Privada - PPP	342.508	342.508	356.317	356.317

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas as taxas foram obtidas da BM&FBovespa.
- As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgadas pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- Financiamentos - BNDES, são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP. Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.
- Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&FBovespa.
- Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobônus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013.
- Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando a taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013.
- Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2013.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos a data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

**5 Principais julgamentos e estimativas contábeis**

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

**(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise de contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 3.4.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

**(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa**

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão. A Companhia estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviço da Companhia firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, e no final do contrato, o valor remanescente do ativo intangível será igual ao valor residual do relativo ativo fixo.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas na Nota 3.8.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas podem afetar os registros contábeis. O uso de diferentes premissas e estimativas e mudanças futuras podem afetar a vida útil desses ativos intangíveis e com um impacto relevante no resultado das operações.

**(c) Provisões**

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota 18.

**(d) Obrigações Previdenciárias - Planos de Pensão**

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos na Nota 19. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de concessão definida na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denotadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

**(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa e bancos	189.836	119.397
Equivalentes de caixa	1.592.165	1.796.577
	1.782.001	1.915.974

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, representados, principalmente, por operações compromissadas (remunradas por CDI), depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em dezembro de 2013 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100,00% do CDI (dezembro/2012 - 100,01%).

**7 Caixa restrito**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrava caixa restrito, no ativo circulante, no valor de R\$10.333, referente, principalmente ao contrato no município de São Paulo, onde a Companhia repassa 7,5% da receita do Município para o Fundo Municipal (dezembro/2012 - R\$ 64.977).

A variação ocorrida no período de janeiro a dezembro de 2013 quando comparada com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, refere-se principalmente a liberação da restrição de uso dos recursos pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

**8 Contas a receber de clientes****(a) Saldos patrimoniais**

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	1.008.335	949.800
Acordos (iii)	287.662	249.470
	1.295.997	1.199.270
Entidades governamentais:		
Municipais	511.967	610.779
Federais	4.292	3.150
Acordos (iii)	167.642	181.271
	683.901	795.200

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

...continua	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
		<b>Reapresentado</b>
Por atacado - Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	661.908	578.314
Mauá	327.451	281.398
Mogi das Cruzes	15.430	15.202
Santo André	700.550	620.276
São Caetano do Sul	2.114	2.072
Diadema	210.406	180.465
Total por atacado - Prefeituras Municipais	1.917.859	1.677.727
Fornecimento a faturar	474.492	425.843
Subtotal	4.372.249	4.098.040
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.856.684)	(2.723.408)
Total	1.515.565	1.374.632
Circulante	1.120.053	1.038.945
Não circulante (v)	395.512	335.687
	1.515.565	1.374.632

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas.  
(ii) Rol especial - grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).  
(iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.  
(iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP, os quais possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa integral. Além disso, os valores vencidos estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa e estão classificados no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
		<b>Reapresentado</b>
Saldo no início do exercício	1.677.727	1.486.342
Faturamento por serviços prestados	424.018	394.922
Recebimentos - serviços do exercício corrente	(160.944)	(165.967)
Recebimentos - serviços de exercícios anteriores	(22.942)	(37.570)
Saldo no final do exercício	1.917.859	1.677.727
Circulante	35.662	33.924
Não circulante	1.882.197	1.643.803

- (v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecedores por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento**

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
		<b>Reapresentado</b>
Valores a vencer	1.243.156	1.091.834
Vencidos:		
Até 30 dias	191.668	197.936
Entre 31 e 60 dias	105.542	97.426
Entre 61 e 90 dias	60.868	61.527
Entre 91 e 120 dias	51.932	50.729
Entre 121 e 180 dias	90.498	89.297
Entre 181 e 360 dias	149.242	139.788
Acima de 360 dias	2.479.343	2.369.503
Total vencidos	3.129.093	3.006.206
Total	4.372.249	4.098.040

O aumento no saldo vencido se deve principalmente ao contas a receber no atacado, onde os municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP. Estes valores estão cobertos integralmente pela provisão para crédito de liquidação duvidosa.

**(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
		<b>Reapresentado</b>
Saldo no início do exercício	2.723.408	2.436.428
De particular/entidades públicas	93.272	126.823
Recuperações	(51.654)	(49.183)
De fornecimento por atacado	218.687	209.340
Adições no exercício	260.305	286.980
Baixa no exercício referente a contas a receber incobráveis	(127.029)	-
Saldo no final do exercício	2.856.684	2.723.408
Circulante	1.182.484	1.242.967
Não circulante	1.674.200	1.480.441

	2013	2012
		<b>Reapresentado</b>
<b>Reconciliação provisão para perdas no resultado</b>		
Perdas (baixa)	63.102	79.454
Provisão entidades estaduais (partes relacionadas)	(856)	35.142
Provisão particular/entidades públicas	93.272	126.823
Recuperações	(51.654)	(49.183)
Saldo	103.864	192.236

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

**9 Saldos e Transações com Partes Relacionadas**

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

**(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo**

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
		<b>Reapresentado</b>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	110.615	113.027
Provisão para perdas (i)	(46.674)	(47.531)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - acordo Gesp (ii) e (vi)	39.201	35.278
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos - fluxo mensal (ii) e (vi)	9.399	8.499
Programa Se Liga na Rede (I)	22.314	-
Total do circulante	134.855	109.273
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos - Acordo GESP (ii) e (vi)	130.457	153.098
Total do não circulante	130.457	153.098
Total de recebíveis do acionista	265.312	262.371
Ativos:		
Prestação de serviços de água e esgoto	63.941	65.496
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	179.057	196.875
Programa Se Liga na Rede (I)	22.314	-
Total	265.312	262.371
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	229.605	228.214

	2013	2012
		<b>Reapresentado</b>
Receita de serviços de água e esgoto		
Venda de água	239.513	228.890
Serviços de esgoto	209.585	202.094
Recebimentos de partes relacionadas	(453.612)	(481.204)
Receitas financeiras	148.497	161.552
Recebimento de reembolso GESP referente a Lei 4.819/58	110.912	104.426

- (i) Serviços de água e esgoto  
A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).  
Foi constituída provisão para perdas de valores vencidos há mais de 360 dias, em função da incerteza no recebimento dos mesmos (R\$46.674 em 2013 e R\$ 47.531 em 2012).  
(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos.  
Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados G0.  
Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa

de Pessoal do Estado - DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado - PGE.  
Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo GESP dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Ver informações adicionais sobre o plano G0 na Nota 19 (b) (iii).  
Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

- (iii) Acordo GESP  
Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, com a intervenção da Secretaria de Recursos Hídricos, Obras e Atendimento Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças ("Acordo GESP"), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto, bem como aos benefícios de aposentadoria.  
Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiaçupeba, Jundiá, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova ("Reservatórios"), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questiona a validade jurídica desse acordo, cujos argumentos principais são a falta de licitação e a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Há decisão desfavorável para a SABESP ainda não transitada em julgado. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável. Ver informações adicionais no item (vi) abaixo.

- (iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP  
Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigidos monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

- (v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP  
Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$ 133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 02 de janeiro de 2008. Em dezembro de 2012 foi realizado o pagamento da última parcela.  
O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água - PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgoto de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

- (vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP  
O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver item (iii) acima) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R\$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R\$ 218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA/IBGE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

- O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar à Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

- (vii) Valor Controverso dos Benefícios  
Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mais pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.  
Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 04 e 22 de setembro de 2009 e em 04 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como valor controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

- Dando continuidade às ações visando recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da Bovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 09 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4.819/58, o que permitirá equacionar, em definitivo, o aludido valor controverso em discussão entre a Companhia e o GESP. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a empresa e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R\$ 1.412.479 e R\$ 1.351.210, respectivamente, incluindo o valor de R\$ 696.283 referentes à transferência dos reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 1.780.268 e R\$ 1.987.718, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 19 (b) (iii).

**(b) Ativos contingentes - GESP (não contabilizados)**

Conforme mencionado acima, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a SABESP possuía ativos contingentes com o GESP, não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei 4.819/58), conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
		<b>Reapresentado</b>
Valores controversos a receber	716.196	654.927
Valor incontroverso referente à transferência para a SABESP dos reservatórios no sistema Alto Tietê (valor original)	696.283	696.283
Total	1.412.479	1.351.210

**(c) Utilização de Reservatórios - EMAE**

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE pretende o recebimento de crédito e compensação financeira pela utilização da água dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações, bem como o ressarcimento de danos relacionados ao não pagamento em época própria.

A Companhia entende que não é devido qualquer valor pela utilização desses reservatórios haja vista as outorgas concedidas. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes, dispondo o risco de inviabilizar a prestação adequada de seus serviços na região, além de elevar o custo de captação.

Diversas ações foram ajuizadas pela EMAE, entre elas uma ação para instituição de compromisso arbitral com relação ao reservatório Guarapiranga, procedente este já iniciado, e outra, pretendendo igualmente, compensação financeira em razão da captação de água do reservatório Billings pela SABESP para abastecimento público, alegando em ambas que tal conduta tem ocasionado perda permanente e crescente na capacidade de geração de energia elétrica da usina Hidrelétrica de Henry Borden com prejuízos financeiros.

A SABESP entende que a expectativa para todos os casos é de possível perda, não sendo viável, por ora, estimar os valores envolvidos em face de não terem sido delimitados.

**(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA).**

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados, os quais são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

- (e) **Aval**  
O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

- (f) **Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP**  
A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 2013, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP a outras entidades estaduais somaram R\$ 12.879 (dezembro/2012 - R\$ 12.298).  
Os gastos com funcionários de outras entidades à disposição da SABESP em 31 de dezembro de 2013 somaram R\$ 695 (dezembro/2012 - R\$ 689).

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

**(g) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP**

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 1.791 e R\$ 958 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

**(h) Ativos não operacionais**

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o valor de R\$ 969 relativo a terreno cedido em comodato ao DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica.

**(i) SABESPREV**

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - ("SABESPREV"). O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 546.748 (dezembro / 2012 - R\$ 604.832), conforme Nota 19 (b).

**(j) Remuneração da Administração**

Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia e está sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração corresponde a 30% da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada recebem:

Gratificação anual:

Equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pagos apenas aos Diretores Estatutários - vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias e pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Bônus:

A SABESP paga bônus para fins de remuneração dos administradores das companhias em que o Estado é o acionista controlador, como política motivacional, desde que a companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Os gastos relacionados a remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores foi de R\$ 3.389 e R\$ 3.211 para os exercícios de 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente, e referem-se a benefícios de curto prazo. Uma quantia adicional de R\$ 566, referente ao programa de bônus, foi registrado no exercício de 2013 (dezembro / 2012 - R\$ 1.074).

**(k) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito**

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), onde não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias. Desta forma, estas SPE's são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Águas de Andradsina S.A., Águas de Castilho S.A. e Aquapolo Ambiental S.A., com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Os contratos firmados em 19 de janeiro de 2012 com Águas de Andradsina e Águas de Castilho, foram liquidados em julho de 2012, conforme previsão contratual. Em 18 de julho de 2012 foram assinados novos contratos na mesma modalidade, com ambas as empresas, conforme condições apresentadas no quadro abaixo. O contrato firmado com a Aquapolo Ambiental, em 30 de março de 2012, permanece com as mesmas características, conforme quadro a seguir:

SPE	Limite de crédito	Saldo principal desembolsado	Saldo de juros	Total	Taxa de juros		Vencimento
Águas de Andradsina	3.467	1.427	297	1.724	SELIC + 3,5 % a.a.		(*)
Águas de Castilho	675	403	84	487	SELIC + 3,5 % a.a.		(*)
Aquapolo Ambiental	5.629	5.629	1.429	7.058	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016	
Aquapolo Ambiental	19.000	19.000	3.789	22.789	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2015	
Total	28.771	26.459	5.599	32.058			

(\*) Os contratos de mútuo com as SPE's Águas de Andradsina e Águas de Castilho têm seus vencimentos quando da liberação de recursos provenientes do contrato de Longo Prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, momento em que a mutuária liquidará todo e qualquer débito decorrente da atual abertura de crédito.

O valor desembolsado está contabilizado no Ativo da Companhia na rubrica "Demais Contas a Receber", sendo R\$ 1.830 de principal e R\$ 381 de juros classificados no Ativo Circulante e R\$ 24.629 de principal e R\$ 5.218 de juros no Ativo Não Circulante. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de principal e juros destes contratos é de R\$ 32.058 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 28.081). No exercício de 2013, a receita financeira reconhecida foi de R\$ 3.977 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 1.672).

**(l) Programa Se Liga na Rede**

O Governo do Estado sancionou a Lei Estadual nº 14.687/12, criando o Programa Pró-conexão, destinado a subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessária à efetivação de ligações às redes coletoras de esgoto, em domicílios de famílias de baixa renda que concordem em aderir ao programa. Os gastos com o programa, exceto custos indiretos, margem de construção e custos de financiamentos, serão custeados com 80% dos recursos oriundos do Governo do Estado e os 20% restantes investidos pela SABESP, que também é responsável pela execução das obras. Em 31 de dezembro de 2013 o valor total com o programa foi de R\$ 35.513, sendo R\$ 22.314 registrado em saldos a receber com partes relacionadas, o montante de R\$ 9.896 registrado no programa de intangível e R\$ 3.303 reembolsado pelo GESP.

**10 Agência Nacional de Águas - ANA**

Referem-se a contratos firmados no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), também conhecido como "Programa de Compra de Esgoto Tratado".

O programa não financia obras ou equipamentos, remunera pelos resultados alcançados, ou seja, pelo esgoto efetivamente tratado. Nesse programa, a Agência Nacional de Águas (ANA) disponibiliza recursos, que ficam bloqueados em conta corrente específica e são aplicados em fundos de investimentos na Caixa Econômica Federal (CEF), até que sejam comprovados os cumprimentos das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras de cada contrato.

No momento da disponibilização dos recursos é constituído um passivo até que sejam liberados os recursos pela ANA. Após a comprovação das metas estipuladas em cada contrato é reconhecida a receita decorrente desses recursos, porém caso tais metas não sejam cumpridas os recursos são devolvidos ao Tesouro Nacional com os devidos rendimentos dos fundos. Em 31 de dezembro de 2013 os saldos do ativo e do passivo eram R\$ 107.003 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 108.099), snedo que o passivo está registrado na rubrica "Outras obrigações" do passivo não circulante.

**11 Investimentos**

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão, indicando controle compartilhado participativo (joint venture ou "negócios em conjunto" - CPC 19(R2)).

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

**Sesamm**

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal ("Inima"), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. ("TGM") e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. ("ETEP"), constituíram a empresa Sesamm - Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

**Águas de Andradsina**

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil - Cab Ambiental constituiu a empresa Águas de Andradsina S.A., com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradsina.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da empresa era de R\$ 3.097, divididos em 3.096.866 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 12.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

**Águas de Castilho**

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil - Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da empresa era de R\$ 622 divididos em 622.160 ações nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações iniciaram-se em janeiro de 2011.

**Saneaqua Mairinque**

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Saneaqua Mairinque S.A., com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

**Attend Ambiental**

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituiu a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da empresa era de R\$ 2.000 divididos em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 45% de participação acionária. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 11.400.

A Attend encontra-se em fase pré-operacional com previsão de início das operações para maio de 2014.

**Aquapolo Ambiental S.A.**

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A., Quattor Petroquímica S.A., Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

Empresa	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial		Participação		Patrimônio líquido		Resultado do período	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Sesamm	8.239	5.760	2.479	674	36%	36%	22.884	15.999	6.885	1.871
Águas de Andradsina	1.087	751	336	(32)	30%	30%	3.622	2.503	1.119	(107)
Águas de Castilho	619	474	145	155	30%	30%	2.064	1.580	484	517
Saneaqua Mairinque	931	722	209	235	30%	30%	3.102	2.407	695	783
Attend Ambiental	2.707	4.379	(1.672)	(721)	45%	45%	6.016	9.731	(3.715)	(1.602)
Aquapolo Ambiental	9.506	8.538	968	(6.843)	49%	49%	19.400	17.424	1.976	(13.966)
Total	23.089	20.624	2.465	(6.532)			57.088	49.644	7.444	(12.504)
Outros investimentos	571	202								
Total geral	23.660	20.826								

**12 Propriedades para Investimento**

Em 31 de dezembro de 2013 os saldos de "Propriedade para investimento" são de R\$ 54.039 (dezembro/2012 - R\$ 54.046). Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o valor de mercado destas propriedades é de R\$ 296.000, aproximadamente.

**13 Intangível****(a) Saldos patrimoniais**

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Reapresentado		
				Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão - valor patrimonial (i)	8.578.886	(1.499.096)	7.079.790	8.408.007	(1.511.813)	6.896.194
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.529.096	(342.950)	1.186.146	1.402.854	(292.918)	1.109.936
Contratos de programa (iii)	6.473.507	(1.804.940)	4.668.567	5.288.541	(1.469.369)	3.819.172
Contratos de programa - compromissos (iv)	693.029	(79.709)	613.320	627.989	(56.898)	571.091
Contrato de prestação de serviços - São Paulo (v)	11.555.381	(1.430.778)	10.124.603	10.604.942	(1.036.455)	9.568.487
Licença de uso de software	209.156	(35.351)	173.805	55.615	(52.969)	2.646
Total	29.039.055	(5.192.824)	23.846.231	26.387.948	(4.420.422)	21.967.526

**(b) Movimentação**

	31 de dezembro de 2012	Reno-vação			Baixas e alienações	Amorti-zação	31 de dezembro de 2013
		Adições	Transfe-rência	Contrato			
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão - valor patrimonial (i)	6.896.194	647.318	(310.844)	(6.690)	(3.458)	(142.730)	7.079.790
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.109.936	126.853	-	82	(86)	(50.639)	1.186.146
Contratos de programa (iii)	3.819.172	733.796	310.844	4.789	(2.390)	(197.644)	4.668.567
Contratos de programa - compromissos (iv)	571.091	65.040	-	-	-	(22.811)	613.320
Contrato de prestação de serviços - São Paulo (v)	9.568.487	975.913	-	177	(21.939)	(398.035)	10.124.603
Licença de uso de Software	2.646	201.399	-	5.155	-	(35.395)	173.805
Total	21.967.526	2.750.319	-	3.513	(27.873)	(847.254)	23.846.231

	31 de dezembro de 2011	Reno-vação			Baixas e alienações	Amorti-zação	31 de dezembro de 2012
		Adições	Transfe-rência	Contrato			
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão - valor patrimonial (i)	6.731.822	976.205	(652.973)	(21.602)	(916)	(136.342)	6.896.194
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.004.988	150.963	-	-	(14)	(46.001)	1.109.936
Contratos de programa (iii)	2.744.559	483.448	652.973	-	(3.095)	(58.713)	3.819.172
Contratos de programa - compromissos (iv)	434.986	154.662	-	-	-	(18.557)	571.091
Contrato de prestação de serviços - São Paulo (v)	9.190.573	882.868	-	(49.486)	(5.977)	(449.491)	9.568.487
Novos negócios (vi)	16.477	-	-	(16.477)	-	-	-
Licença de uso de Software	2.316	2.872	-	-	-	(2.542)	2.646
Total	20.125.721	2.651.018	-	(87.565)	(10.002)	(711.646)	21.967.526

Durante 2013 a Companhia renovou os seguintes contratos de programa:

Trimestre	Municípios	Prazo do contrato
1º/2013	Presidente Prudente e Embu-Guaçu	30 anos
2º/2013	Ibirá e Glicério	30 anos
3º/2013	Itatiba e Torrinhã	30 anos
3º/2013	Mogi das Cruzes (*)	40 anos
4º/2013	Ibiúna	30 anos

(\*) Inclui a prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto dos bairros da divisa de Mogi das Cruzes ao serviço já prestado de fornecimento de água tratada.

**(c) Serviços de construção**

	2013		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.011.412	1.433.323	2.444.735
Custo de construção	988.281	1.406.206	2.394.487
Margem	23.131	27.117	50.248

	2012 Reapresentado		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.053.543	1.410.939	2.464.482
Custo de construção	1.035.171	1.379.239	2.414.410
Margem	18.372	31.700	50.072

**(d) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão**

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgoto. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8(a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia operava em 363 municípios no Estado de São Paulo. Na maior parte desses contratos o período de concessão é de 30 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

**(i) Contratos de concessão - valor patrimonial**

Referem-se a municípios assumidos até o ano de 2006, exceto municípios assumidos pelo valor econômico, através de laudo de avaliação patrimonial efetuado por peritos independentes. A amortização dos ativos é calculada de acordo com o método linear, que considera a vida útil dos bens.

**(ii) Contratos de concessão - valor econômico**

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas à novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

vamente) e não circulante (no montante de R\$ 88.678 e R\$ 87.407 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente). Em 2013 foi utilizada a taxa de 8,06% ao ano (WACC), para cálculo do ajuste a valor presente destes contratos.

(v) Contratos de prestação de serviços - São Paulo  
Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou um Contrato com o Estado e o Município de São Paulo de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo ("AR-SESP"), cujos principais aspectos são os seguintes:

- O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
- O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
- O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
- Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
- O Contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos a serem executados pela SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;
- O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período;
- O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e
- O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

Com relação à recuperação, por meio de tarifa, mencionada no item 6 acima, do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a ARSESP editou em abril de 2013 a Deliberação nº 413, adiando a aplicação da Deliberação nº 407 e postergando, até a conclusão do processo de revisão tarifária, o repasse na fatura dos serviços os valores referentes aos encargos municipais que estava estipulado na Deliberação nº 407. O adiamento da aplicação da Deliberação nº 407 se deveu à solicitação do Governo do Estado de São Paulo para estudar, entre outras coisas, métodos de redução nos impactos aos consumidores.

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa 51,75% da receita total da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão provisionadas para perdas.

(e) Baixas dos bens adjacentes do ativo intangível

A Companhia baixou, no exercício de 2013, bens adjacentes dos ativos intangíveis no valor de R\$ 27.873 (dezembro/2012 - R\$ 10.002) motivados por obsolescência, furtos, alienação e obras desativadas, poços improdutos e projetos economicamente inviáveis.

(f) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2013, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação dos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 205.012 com uma taxa média de 4,02% (dezembro/2012 - R\$ 283.016, com uma taxa média de 5,92%), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(g) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2013 e 2012 a margem apurada foi de 2,3%. O valor da margem de construção para o ano de 2013 foi de R\$ 50.248 (dezembro/2012 - R\$ 50.072).

(h) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os bens objeto dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 2013, o total referente às desapropriações foi de R\$ 61.102 (dezembro/2012 - R\$ 34.731).

(i) Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial - Paes (Nota 16). O débito relativo ao Paes foi totalmente pago em 120 meses, sendo que a última parcela foi quitada em 28 de junho de 2013.

(j) Parceria Público-Privada - PPP

Sistema Produtor Alto Tietê  
A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, formada pelas empresas Galvão Engenharia S.A. e Companhia Águas do Brasil - CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado a esta PPP, era de R\$ 415.619 e R\$ 426.791, respectivamente.

Com relação às obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos no passivo circulante eram de R\$ 20.241 e R\$ 24.357, e no passivo não circulante eram de R\$ 322.267 e R\$ 331.960, respectivamente. Em 2013 foi utilizada a taxa de desconto 8,20% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

Sistema Produtor São Lourenço

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço, tendo como valor estimado o montante de R\$ 6,0 bilhões, com o início das obras previsto para abril de 2014.

(k) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 6.498 milhões de obras em andamento em 31 de dezembro de 2013 (dezembro/2012 - R\$ 5.067 milhões), sendo que as maiores obras estão localizadas nos seguintes municípios:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
São Paulo	3.201	2.582
Praia Grande	294	279
Peruíbe	267	253
Itanhaém	215	203
Guarujá	196	173
Outros	2.325	1.577
Total	6.498	5.067

(l) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 3,9% em 2013 e 4,0% em 2012.

(m) Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. No primeiro trimestre de 2013 a Companhia iniciou a implantação de solução integrada de gestão empresarial (Sistema ERP), onde está prevista a implementação do módulo administrativo/financeiro para 1 de julho de 2014 e do módulo comercial para 1 de março de 2015.

14 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Terrenos	88.332	88.332	88.328	88.328
Edificações	54.187	23.954	56.339	23.954
Equipamentos	202.498	71.833	191.202	69.633
Equipamentos de transporte	13.856	7.895	13.882	6.615
Móveis e utensílios	17.060	6.821	16.203	6.187
Outros	1.201	661	1.109	386
Total	377.134	199.496	367.063	196.710

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2012					31 de dezembro de 2013
	Adições	Transfereências	Baixas e alienações	Depreciação	Reapresentado	
Terrenos	-	4	-	-	-	88.332
Edificações	-	(133)	(216)	(1.258)	-	23.954
Equipamentos	69.633	24.678	(1.358)	(350)	(20.770)	71.833
Equipamentos de transporte	6.615	4.096	(1.795)	-	(1.021)	7.895
Móveis e utensílios	6.187	1.458	(5)	(59)	(760)	6.821
Outros	386	511	(226)	-	(10)	661
Total	196.710	30.743	(3.513)	(625)	(23.819)	199.496

	31 de dezembro de 2011		Transfereências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
	Adições					
Terrenos	109.303	-	(20.349)	(626)	-	88.328
Edificações	9.432	-	18.768	(873)	(1.766)	25.561
Equipamentos	60.217	11.829	16.825	(510)	(18.728)	69.633
Equipamentos de transporte	1.491	4.572	1.427	(7)	(868)	6.615
Móveis e utensílios	97	976	5.429	(41)	(274)	6.187
Outros	1.045	-	(498)	-	(161)	386
Total	181.585	17.377	21.602	(2.057)	(21.797)	196.710

(c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente conforme segue: edificações 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados. A taxa média da depreciação foi de 11,4%, no ano de 2013 e 9,8% no ano de 2012.

15 Empréstimos e Financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012 Reapresentado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total
<b>Instituição financeira EM MOEDA NACIONAL</b>						
Banco do Brasil	100.497	-	100.497	380.631	100.306	480.937
Debêntures 10ª Emissão	37.171	220.109	257.280	36.459	252.166	288.625
Debêntures 11ª Emissão	-	-	-	472.500	535.949	1.008.449
Debêntures 12ª Emissão	22.727	476.702	499.429	-	499.511	499.511
Debêntures 14ª Emissão	20.079	269.862	289.941	-	284.649	284.649
Debêntures 15ª Emissão	-	820.887	820.887	-	791.451	791.451
Debêntures 16ª Emissão	-	499.434	499.434	-	499.457	499.457
Debêntures 17ª Emissão	-	1.027.925	1.027.925	-	-	-
Debêntures 18ª Emissão	-	160.859	160.859	-	-	-
Caixa Econômica Federal	83.267	959.853	1.043.120	116.867	918.756	1.035.623
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	-	-	4.154	-	4.154
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	81.546	97.855	16.309	97.855	114.164
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	9.370	79.644	89.014	8.447	80.244	88.691
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	2.308	29.192	31.500	-	6.500	6.500
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	-	20.400	20.400	-	13.000	13.000
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	19.230	196.821	216.051	19.230	216.026	235.256
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETE III	-	98.404	98.404	-	-	-
Arrendamento Mercantil	-	382.492	382.492	-	215.774	215.774
Outros	498	2.431	2.929	763	2.923	3.686
Juros e Demais Encargos	113.504	-	113.504	89.567	-	89.567
<b>TOTAL EM MOEDA NACIONAL</b>	<b>424.960</b>	<b>5.326.561</b>	<b>5.751.521</b>	<b>1.144.927</b>	<b>4.514.567</b>	<b>5.659.494</b>

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012 Reapresentado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total
<b>Instituição financeira EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>						
Inter-American Development Bank - BID 713 US\$ 100.391 mil (dez/12 - US\$ 125.488 mil)	58.794	176.382	235.176	51.287	205.149	256.436
Inter-American Development Bank - BID 896 US\$ 8.333 mil (dez/12 - US\$ 11.111 mil)	6.507	13.014	19.521	5.677	17.029	22.706
Inter-American Development Bank - BID 1212 US\$ 123.337 mil (dez/12 - US\$ 133.615 mil)	24.077	264.854	288.931	21.003	252.040	273.043
Inter-American Development Bank - BID 2202 US\$ 243.687 mil (dez/12 - US\$ 147.080 mil)	-	564.443	564.443	-	296.276	296.276
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - US\$ 37.335 mil (dez/12 - US\$ 26.864 mil)	-	87.077	87.077	-	54.492	54.492
Euro Bônus - US\$ 140.000 mil (dez/12 - US\$ 140.000 mil)	-	327.640	327.640	-	285.655	285.655
Euro Bônus - US\$ 350.000 mil (dez/12 - US\$ 350.000 mil)	-	813.650	813.650	-	708.076	708.076
JICA 15 - lene 18.438.880 mil (dez/12 - lene 19.591.310 mil)	25.733	386.007	411.740	27.335	437.371	464.706
JICA 18 - lene 16.578.560 mil (dez/12 - lene 17.614.720 mil)	23.137	346.733	369.870	24.578	392.894	417.472
JICA 17 - lene 450.284 mil (dez/12 - lene 324.413 mil)	-	9.704	9.704	-	7.524	7.524
JICA 19 - lene 6.036.325 mil (dez/12 - lene 5.407 mil)	-	134.010	134.010	-	1	1
BID 1983AB - US\$ 178.173 mil (dez/12 - US\$ 202.115 mil)	56.087	359.059	415.146	48.926	361.587	410.513
Juros e Demais Encargos	21.645	-	21.645	18.861	-	18.861
<b>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>215.980</b>	<b>3.482.573</b>	<b>3.698.553</b>	<b>197.667</b>	<b>3.018.094</b>	<b>3.215.761</b>
<b>TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>640.940</b>	<b>8.809.134</b>	<b>9.450.074</b>	<b>1.342.594</b>	<b>7.532.661</b>	<b>8.875.255</b>

Cotação de 31 de dezembro de 2013 US\$ 2,34260; lene 0,022330 (em 31 de dezembro de 2012 US\$ 2,0435; lene 0,023720). Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados durante o ano com vencimento em até 12 meses.

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO CAMBIAL
<b>EM MOEDA NACIONAL</b>				
Banco do Brasil	GOV. EST. S. PAULO E RECURSOS PRÓPRIOS	2014	8,50%	TR
Debêntures 10ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2020	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 12ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	TR + 9,5%	IPCA (2ª série)
Debêntures 14ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2022	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 15ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	CDI + 0,99% (1ª série) e 6,2% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 16ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	CDI + 0,30% à 0,70%	IPCA (2ª e 3ª séries)
Debêntures 17ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	CDI + 0,75% (1ª série) e 4,5% (2ª série) e +4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª séries)
Debêntures 18ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2024	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Caixa Econômica Federal	RECURSOS PRÓPRIOS	2013/2032	6,8% (ponderado)	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	2,5% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	2,15% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72% + TJLP	

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

...continuação

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALI-ZAÇÃO	
				CAMBIAL	MONETÁRIA
<b>EM MOEDA NACIONAL</b>					
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	1,92% + TJLP		
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETE III	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	1,66% + TJLP		
Arrendamento Mercantil		2035	7,73% a 10,12%		IPC
Outros	RECURSOS PRÓPRIOS	2018/2025	12%		TR
	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALI-ZAÇÃO	
				CAMBIAL	MONETÁRIA
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>					
Inter-American Development Bank - BID 713 - US\$100.391 mil	GOVERNO FEDERAL	2016	2,30%		US\$
Inter-American Development Bank - BID 896 - US\$8.333 mil	GOVERNO FEDERAL	2017	3,00%		US\$
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$123.337 mil	GOVERNO FEDERAL	2025	2,58%		US\$
Inter-American Development Bank - BID 2202 - US\$243.687 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,14%		US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD US\$37.335 mil	GOVERNO FEDERAL	2034	0,45%		US\$
Euro Bônus - US\$140.000 mil	-	2016	7,50%		US\$
Euro Bônus - US\$350.000 mil	-	2020	6,25%		US\$
JICA 15 - lene 18.438.880 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%		lene
JICA 18 - lene 16.578.560 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%		lene
JICA 17 - lene 450.484 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,2% e 0,01%		lene
JICA 19 - lene 6.036.325 mil	GOVERNO FEDERAL	2037	1,7% e 0,01%		lene
BID 1983AB - US\$178.173 mil	-	2023	2,49% a 2,99%		US\$

(i) Cronograma de liquidação - saldos contábeis

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 até 2036	Total
<b>EM MOEDA NACIONAL</b>								
Banco do Brasil	100.497	-	-	-	-	-	-	100.497
Debêntures	79.977	713.121	355.437	376.069	550.360	613.341	867.450	3.555.755
Caixa Econômica Federal	83.267	61.953	61.721	64.692	68.345	72.450	630.692	1.043.120
BNDES	47.217	49.386	56.018	58.073	58.073	58.074	226.383	553.224
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	382.492	382.492
Outros	498	561	632	713	525	-	-	2.929
Juros e Demais Encargos	113.504	-	-	-	-	-	-	113.504
<b>TOTAL EM MOEDA NACIONAL</b>	<b>424.960</b>	<b>825.021</b>	<b>473.808</b>	<b>499.547</b>	<b>677.303</b>	<b>743.865</b>	<b>2.107.017</b>	<b>5.751.521</b>
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
BID	89.378	89.378	89.378	112.916	54.123	54.123	618.775	1.108.071
BIRD	-	-	-	-	-	2.915	84.162	87.077
Euro Bônus	-	-	327.640	-	-	-	813.650	1.141.290
JICA	48.870	48.871	48.871	49.143	49.415	56.701	623.453	925.324
BID 1983AB	56.087	56.087	56.087	56.087	55.727	41.446	93.625	415.146
Juros e Demais Encargos	21.645	-	-	-	-	-	-	21.645
<b>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>215.980</b>	<b>194.336</b>	<b>521.976</b>	<b>218.146</b>	<b>159.265</b>	<b>155.185</b>	<b>2.233.665</b>	<b>3.698.553</b>
<b>Total Geral</b>	<b>640.940</b>	<b>1.019.357</b>	<b>995.784</b>	<b>717.693</b>	<b>836.568</b>	<b>899.050</b>	<b>4.340.682</b>	<b>9.450.074</b>

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 até 2036	Total
<b>EM MOEDA NACIONAL</b>								
Banco do Brasil	100.497	-	-	-	-	-	-	100.497
Debêntures	79.977	713.121	355.437	376.069	550.360	613.341	867.450	3.555.755
Caixa Econômica Federal	83.267	61.953	61.721	64.692	68.345	72.450	630.692	1.043.120
BNDES	47.217	49.386	56.018	58.073	58.073	58.074	226.383	553.224
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	382.492	382.492
Outros	498	561	632	713	525	-	-	2.929
Juros e Demais Encargos	113.504	-	-	-	-	-	-	113.504
<b>TOTAL EM MOEDA NACIONAL</b>	<b>424.960</b>	<b>825.021</b>	<b>473.808</b>	<b>499.547</b>	<b>677.303</b>	<b>743.865</b>	<b>2.107.017</b>	<b>5.751.521</b>
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
BID	89.378	89.378	89.378	112.916	54.123	54.123	618.775	1.108.071
BIRD	-	-	-	-	-	2.915	84.162	87.077
Euro Bônus	-	-	327.640	-	-	-	813.650	1.141.290
JICA	48.870	48.871	48.871	49.143	49.415	56.701	623.453	925.324
BID 1983AB	56.087	56.087	56.087	56.087	55.727	41.446	93.625	415.146
Juros e Demais Encargos	21.645	-	-	-	-	-	-	21.645
<b>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>215.980</b>	<b>194.336</b>	<b>521.976</b>	<b>218.146</b>	<b>159.265</b>	<b>155.185</b>	<b>2.233.665</b>	<b>3.698.553</b>
<b>Total Geral</b>	<b>640.940</b>	<b>1.019.357</b>	<b>995.784</b>	<b>717.693</b>	<b>836.568</b>	<b>899.050</b>	<b>4.340.682</b>	<b>9.450.074</b>

(a) Debêntures

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$6.402 (2012 - R\$8.586), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

(i) Principais captações

**Debêntures (17ª emissão)**

Em 15 de janeiro de 2013, a Companhia realizou a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em três séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R\$ 1.000.000 quantidades de 100.000 debêntures, em três séries, valor unitário de R\$ 10, cujas características são as seguintes:

	Quantidade	Atualização	Juros	Pagamento de juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	42.468	-	Di+ 0,75% a.a.	Semestral (janeiro e julho)	Anual (a partir de janeiro de 2016)	Janeiro/2018
2ª Série	39.523	IPCA	4,50% a.a.	Anual (janeiro)	Anual (a partir de janeiro de 2019)	Janeiro/2020
3ª Série	18.009	IPCA	4,75% a.a.	Anual (janeiro)	Anual (a partir de janeiro de 2021)	Janeiro/2023

Os recursos provenientes da captação por meio da 17ª Emissão de Debêntures foram destinados, exclusivamente, da seguinte forma: R\$ 500.000 para liquidação de compromissos financeiros vencidos em 2013, e R\$ 500.000 para resgate antecipado de outras dívidas da Companhia.

**Debêntures (18ª emissão)**

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor unitário de R\$ 2.753,70, perfazendo um total de R\$ 275.370. O BNDES subscreveu e liquidou a 1ª e 2ª séries, totalizando 58 debêntures das 100 previstas, em 16 de dezembro de 2013, num valor de R\$ 159.715. A 3ª série, de 42 debêntures, deverá ser subscrita em 2015. A 1ª e 3ª séries possuem prazo total de 132 meses com carência de 36 meses e serão remuneradas através da TJLP + 1,92% a.a. A 2ª série possui prazo total de 133 meses com carência de 37 meses, a partir de 15 de outubro de 2014, e será remunerada à taxa de 8,25% a.a. + IPCA.

	Quantidade	Atualização	Juros	Pagamento de juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	28	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até outubro/2016 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de novembro de 2016)	Outubro 2024
2ª Série	30	IPCA	8,25% a.a.	Anual	Anual (a partir de novembro de 2017)	Novembro 2024
3ª Série	42	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até outubro/2016 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de novembro de 2016)	Outubro 2024

Os recursos irão reembolsar investimentos feitos em obras em sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, composto pelos seguintes projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte, Vale do Paraíba e Mantiqueira, Bacia do Piracicaba - Capivari - Jundiá (PCJ) além de suportar parte do Programa de Redução de Perdas da SABESP. A amortização antecipada, parcial ou total, das debêntures subscritas, quando autorizado pelo BNDES e/ou pela BNDES/SPAR, deverá ser realizada sempre em conjunto, respeitada a proporcionalidade existente entre os saldos devedores das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, da totalidade das emissões. O contrato não contempla prêmio pela antecipação.

(ii) Principais Resgates

**Debêntures (11ª emissão)**

Em 1º de março de 2013 a Companhia efetuou o resgate total da 11ª emissão de debêntures no montante de R\$ 1.060.428, sendo R\$ 1.012.500 referente ao principal e R\$ 47.928 referente aos juros e prêmio.

(iii) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

**Aplicáveis a 10ª emissão, 14ª emissão e 18ª emissão:**

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Ebitda ajustado / Receita operacional líquida ajustada deve ser igual ou superior a 38%.
- Ebitda ajustado / Despesas financeiras ajustadas deve ser igual ou superior a 2,35.
- Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado deve ser menor ou igual a 3,65.

Para essas Emissões, na hipótese de não atendimento dos níveis estabelecidos nos Compromissos Financeiros, a Companhia deverá constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da comunicação por escrito dos debenturistas, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES, sob pena de ser decretado o vencimento antecipado do contrato.

Os contratos também possuem cláusulas de "cross default", ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações previstas na escritura, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

**Aplicável a 12ª emissão:**

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0.
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5.

A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos "covenants" deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

O contrato possui cláusula de "cross default", ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 50 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

**Aplicáveis a 15ª emissão, 16ª emissão e 17ª emissão:**

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65; e
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5.

O não cumprimento das cláusulas de "covenants", por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses, levará ao vencimento antecipado do contrato. Os contratos possuem cláusula de "cross default", ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívida da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 90 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão.

(b) Caixa Econômica Federal

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida. Para os contratos firmados, também é realizada a constituição de conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente a uma prestação de amortização do principal e acessórios da dívida.

(i) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

- AMD - Acordo de Melhoria de Desempenho (\*)

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

Os contratos com a Caixa Econômica Federal estão sujeitos ao AMD - Acordo de Melhoria de Desempenho que estabelece metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

Cláusula de "cross default", ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias decorrentes destas contratações, implicará vencimento antecipado.

(c) BNDES

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 531 (2012 - R\$ 317), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

(i) Principais captações

**BNDES TIETÊ III**

Contrato 12.2.1381.1 - Firmado em fevereiro de 2013, no valor de R\$ 1.350.000, com a finalidade de financiar parte da contrapartida da Companhia na execução do projeto de Despoluição do Rio Tietê - Etapa III, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O contrato tem como objetivo a implantação de coletores, interceptores, redes coletoras e ligações domiciliares de esgoto, bem como ampliação da capacidade de tratamento de esgoto na Região Metropolitana de São Paulo. Prazo total é de 180 meses, com 36 meses de carência e o primeiro desembolso ocorreu em 27 de dezembro de 2013.

Juros - Compostos pela TJLP limitada a 6% a.a., acrescida de "spread" de 1,66% a.a., a serem pagos trimestralmente durante o período de carência, e mensalmente na fase de retorno. A parcela da TJLP que exceder a 6% a.a. será incorporada ao saldo devedor em aberto.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da receita proveniente da prestação de serviços de água e esgoto.

(ii) Covenants

Para os contratos vigentes a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

**Aplicáveis a Baixada Santista, PAC, Onda Limpa e PAC II 9751, PAC II 9752:**

- AMD - Acordo de Melhoria de Desempenho (\*)

**Aplicáveis a Baixada Santista, PAC, Onda Limpa e PAC II 9751, PAC II 9752, e Tietê III e PAC 2012/2013:**

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Ebitda ajustado / Receita operacional líquida ajustada: igual ou superior a 38%.
- Ebitda ajustado / Despesas financeiras ajustadas: igual ou superior a 2,35.
- Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado: igual ou inferior a 3,65;

Na hipótese de não atendimento dos níveis estabelecidos nos Compromissos Financeiros, a Companhia deverá constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES, sob pena de suspensão da liberação dos recursos e, se for o caso, decretar o vencimento antecipado do contrato.

O contrato Onda Limpa possui cláusula "cross default", ou seja, o vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste contrato, implicará vencimento antecipado deste contrato.

(\*) AMD - Acordo de Melhoria de Desempenho, calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais: De acordo com a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, os contratos que são objetos de fundos públicos de investimento, tendo como fonte de recurso o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS") ou Fundo de Amparo ao Trabalhador ("FAT"), os quais passam por seleção do Ministério das Cidades, devem manter um Acordo de Melhoria de Desempenho ("AMD") válido, tendo metas, para indicadores financeiros e operacionais, projetadas anualmente para os 5 anos seguintes, com base na média dos dois últimos anos. O Acordo de Melhoria de Desempenho, datado de 28 de maio de 2007 e aditado em agosto de 2012, foi celebrado entre a SABESP e o Governo Federal, tendo como intervenientes a Caixa Econômica Federal e o BNDES. De acordo com este contrato, a Companhia deve cumprir com pelo menos quatro dos oito indicadores operacionais e financeiros, estipulados para o período de 2012 a 2016. Se deixarmos de cumprir cinco destes indicadores, a Caixa Econômica Federal e o BNDES podem suspender os desembolsos e seriam impedidos de celebrar quaisquer outros contratos de financiamento com essas instituições até que novas metas sejam negociadas. É previsto a possibilidade de renegociar as metas se necessário. Em 14 de março de 2013, através da Instrução Normativa nº 06, o Ministério das Cidades revogou a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, que regulamentava o Acordo de Melhoria de Desempenho. Conforme estipula o artigo 2º da Instrução Normativa nº 06, os AMD's assinados até 14 de março de 2013 permanecerão válidos até a data de expiração de suas respectivas vigências, não sendo necessária a celebração ou a repactuação de AMD para as novas contratações.

(d) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, as obras são capitalizadas ao ativo intangível em andamento e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção. Está previsto para 2014 e 2015 a finalização das obras.

Após a entrada em operação, é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Em 31 de agosto de 2013, iniciou a operação da SES Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista e o valor correspondente em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 144.384.

(e) Eurobônus

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 6.584 (2012 - R\$ 7.584), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Ebitda ajustado / Receita operacional líquida ajustada: igual ou superior a 38%.
- Ebitda ajustado / Despesas financeiras ajustadas: igual ou superior a 2,35.
- Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado: igual ou inferior a 3,65;

O não cumprimento das cláusulas de "covenants" levará ao vencimento antecipado do contrato. O contrato possui cláusula "cross default", ou seja, o vencimento antecipado de qualquer endividamento por empréstimos da Companhia ou qualquer de suas subsidiárias tendo um valor de principal total de US\$ 25.000.000,00 ou mais (ou seu valor equivalente em outras moedas) implicará em vencimento antecipado deste contrato.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Prazo total de 144 meses, com 36 meses de carência e encargos financeiros de TJLP + 1,66% a.a..  
A SABESP, para cumprir seu plano de investimentos, conta com um plano de captações de financiamento.  
Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

Agente	31 de dezembro de 2013 (em milhões de Reais (*)
Caixa Econômica Federal	2.265
Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA	744
Inter-American Development Bank - BID	835
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	2.020
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	147
Outros	48
<b>TOTAL</b>	<b>6.059</b>

(\*) Utilizada cotação de fechamento de 31/12/2013. (US\$ 1,00 = R\$ 2,3426; ¥ 1,00 = R\$ 0,02233).

## 16 Impostos e contribuições

### (a) Ativo circulante

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
<b>Impostos a recuperar</b>		
Imposto de renda e contribuição social	79.548	100.225
IRRFP sobre aplicações financeiras	2.437	14.302
Outros tributos federais	4.764	3.238
Outros tributos municipais	656	656
Total dos tributos a recuperar	87.405	118.421

A redução do saldo da rubrica "Tributos a recuperar" deve-se principalmente ao menor saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar em 2013 e, da queda da provisão de IRRF sobre aplicações financeiras, devido à concentração das aplicações financeiras em fundos de investimentos, onde semestralmente (maio e novembro) devem ser recolhidos os tributos sobre o saldo das aplicações.

### (b) Passivo circulante

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
<b>Impostos e contribuições a recolher</b>		
Cofins e Pasep	21.797	46.576
Paes	-	19.011
INSS	30.822	29.401
IRRF	39.330	41.588
Outros	23.433	16.134
Total	115.382	152.710

A redução dos tributos a pagar do passivo circulante decorre principalmente da recuperação de crédito de Cofins e Pasep de 2012 e pela quitação do Paes no exercício.

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, envolvendo Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep, conforme em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953.

O débito relativo ao Paes (Parcelamento Especial) foi totalmente pago em 120 meses, sendo que a última parcela foi quitada em 28 de junho de 2013. Os montantes pagos em 2013 e 2012 foram de R\$19.164 e R\$37.421, respectivamente, e foram registradas despesas financeiras de R\$ 153 e R\$ 1.353, respectivamente. Não há saldo devedor em 31 de dezembro de 2013. Não há restrições nos ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, que continuaram a garantir os valores do Programa Paes, de acordo com a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, já que os créditos tributários incluídos no referido programa, foram extintos com pagamento da parcela final.

## 17 Impostos e contribuições diferidos

### (a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
<b>Impostos diferidos ativo</b>		
Provisões	506.568	512.107
Obrigações previdenciárias - G0 (1)	85.271	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	215.187	193.125
Ganho/perda atuarial - Plano G1	(32.405)	9.405
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	43.901	41.312
Provisão para perdas de crédito	172.482	162.670
Outros	87.266	97.425
Total do ativo fiscal diferido	1.078.270	1.101.315
<b>Impostos diferidos passivo</b>		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(595.285)	(650.093)
Capitalização de custos de empréstimos	(200.343)	(158.298)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(81.711)	(77.827)
Outros	(86.901)	(69.795)
Total do passivo fiscal diferido	(964.240)	(956.013)
Ativo fiscal diferido líquido	114.030	145.302

(1) Refere-se à parcela de R\$ 250.798 da correção de contas a receber (GESP), que foi provisionada como perda em anos anteriores.

### (b) Realização

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
<b>Impostos diferidos ativo</b>		
a ser recuperado em até 12 meses	216.515	176.604
a ser recuperado depois de um ano	861.755	924.711
Total do ativo fiscal diferido	1.078.270	1.101.315
<b>Impostos diferidos passivo</b>		
a ser recuperado em até 12 meses	(37.126)	(38.267)
a ser recuperado depois de um ano	(927.114)	(917.746)
Total do passivo fiscal diferido	(964.240)	(956.013)
Ativo fiscal diferido líquido	114.030	145.302

### (c) Movimentação

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Varição líquida	31 de dezembro de 2013
<b>Impostos diferidos ativo</b>			
Provisões	512.107	(5.539)	506.568
Obrigações previdenciárias - G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	193.125	22.062	215.187
Ganho/perda atuarial - G1	9.405	(41.810)	(32.405)
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	41.312	2.589	43.901
Perdas de créditos	162.670	9.812	172.482
Outros	97.425	(10.159)	87.266
Total	1.101.315	(23.045)	1.078.270

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Varição líquida	31 de dezembro de 2013
<b>Impostos diferidos passivo</b>			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(650.093)	54.808	(595.285)
Capitalização de custos de empréstimos	(158.298)	(42.045)	(200.343)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(77.827)	(3.884)	(81.711)
Outros	(69.795)	(17.106)	(86.901)
Total	(956.013)	(8.227)	(964.240)
Ativo fiscal diferido líquido	145.302	(31.272)	114.030

	1º de janeiro de 2012 Reapresentado	Varição líquida	31 de dezembro de 2012
<b>Impostos diferidos ativo</b>			
Provisões	575.473	(63.366)	512.107
Obrigações previdenciárias - G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	180.018	13.107	193.125
Ganho/perda atuarial - G1	(35.323)	44.728	9.405
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	38.213	3.099	41.312
Perdas de créditos	135.223	27.447	162.670
Outros	77.175	20.250	97.425
Total	1.056.050	45.265	1.101.315

	1º de janeiro de 2012 Reapresentado	Varição líquida	31 de dezembro de 2012
<b>Impostos diferidos passivo</b>			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(692.210)	42.117	(650.093)
Capitalização de custos de empréstimos	(101.507)	(56.791)	(158.298)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(76.773)	(1.054)	(77.827)
Outros	(42.957)	(26.838)	(69.795)
Total	(913.447)	(42.566)	(956.013)
Ativo fiscal diferido líquido	142.603	2.699	145.302

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
<b>Saldo inicial</b>	<b>145.302</b>	<b>142.603</b>
Varição líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	10.538	(42.029)
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial	(41.810)	44.728
Total da variação	(31.272)	2.699
<b>Saldo final</b>	<b>114.030</b>	<b>145.302</b>

## (d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012 Reapresentado
Lucro antes dos impostos	2.655.599	2.547.672
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(902.904)	(866.208)
Benefícios fiscais do juro sobre capital próprio	182.596	252.355
Diferenças permanentes		
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(33.279)	(32.514)
Doações	(12.218)	(11.447)
Outras diferenças	33.765	22.042
Imposto de renda e contribuição social	(732.040)	(635.772)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(742.578)	(593.743)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.538	(42.029)
Alíquota efetiva	28%	25%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (Nota 9 (vii)).

## (e) Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia optou pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

A Companhia adota as mesmas práticas tributárias desde 2008, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

## (f) Medida Provisória 627/2013

Em 11 de novembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 627, alterando a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), à contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o Pis/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Tal Medida Provisória revoga o Regime Tributário Transitório (RTT), instituído pela Lei 11.941/09 e dispõe também sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior. A medida provisória permite a possibilidade da adoção de seus efeitos já no ano calendário de 2014.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da Medida Provisória 627/2013 e Instrução Normativa 1.397/2013 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na melhor interpretação do texto corrente da Medida Provisória. A possível conversão da Medida Provisória 627/2013 em Lei pode resultar em alteração na conclusão da Companhia, caso o texto final resulte em alterações não contempladas na Medida Provisória e alterem a forma de tributação atual a que a Companhia está sujeita. A Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada ou não, consoante o texto final a ser promulgado.

## 18 Provisões

### (a) Processos com probabilidade de perda provável

#### (i) Saldos Patrimoniais

A Companhia é parte de uma série de ações judiciais e processos administrativos referentes ao curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2013	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Ações com clientes (i)	621.999	(110.384)	511.615	652.663	(131.408)	521.255
Ações com fornecedores (ii)	340.100	(183.606)	156.494	290.593	(175.437)	115.156
Outras questões cíveis (iii)	129.400	(11.965)	117.435	169.513	(4.978)	164.535
Ações tributárias (iv)	59.659	(1.956)	57.703	71.141	(3.056)	68.085
Ações trabalhistas (v)	156.060	(1.614)	154.446	173.227	(1.529)	171.698
Ações ambientais (vi)	182.689	-	182.689	149.061	(636)	148.425
Total	1.489.907	(309.525)	1.180.382	1.506.198	(317.044)	1.189.154
Circulante	631.374	-	631.374	565.083	-	565.083
Não circulante	858.533	(309.525)	549.008	941.115	(317.044)	624.071

#### (ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Provisões adicionais	Juros e atualizações monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2013
Ações com clientes (i)	652.663	109.920	106.094	(101.710)	(144.968)	621.999
Ações com fornecedores (ii)	290.593	17.126	45.328	(2.968)	(9.979)	340.100
Outras questões cíveis (iii)	169.513	31.022	26.517	(9.175)	(88.477)	129.400
Ações tributárias (iv)	71.141	2.506	7.981	(6.320)	(15.649)	59.659
Ações trabalhistas (v)	173.227	75.842	22.284	(80.670)	(34.623)	156.060
Ações ambientais (vi)	149.061	44.519	10.360	(660)	(20.591)	182.689
Subtotal	1.506.198	280.935	218.564	(201.503)	(314.287)	1.489.907
Depósitos judiciais vinculados	(317.044)	(34.318)	(17.391)	24.319	34.909	(309.525)
Total	1.189.154	246.617	201.173	(177.184)	(279.378)	1.180.382

### (b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pela Administração como sendo de perda possível e que não estão registradas contabilmente. Os processos de naturezas passivas, classificados como de perda possível, estão assim representados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Ações com clientes (i)	737.800	862.100
Ações com fornecedores (ii)	1.071.000	775.200
Outras questões cíveis (iii)	422.400	362.000
Ações tributárias (iv)	570.700	490.900
Ações trabalhistas (v)	278.700	190.000
Ações ambientais (vi)	163.900	116.300
Total	3.244.500	2.796.500

### (c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

#### (i) Ações com clientes

Aproximadamente 1.380 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores e 720 ações em que pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 9.640 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), está relacionado principalmente aos pagamentos e arquivamento de processos ocorridos no ano e a revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o exercício de 2013 compensados pelos juros, honorários e atualizações dos processos em andamento. Essas mesmas revisões de expectativas favoráveis à Companhia ocasionaram um decréscimo de R\$ 124.300 nos processos com expectativa de possível perda.

#### (ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 41.338 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) está relacionado principalmente a juros, honorários e atualizações de processos em andamento. O acréscimo ocorrido de R\$ 295.800 nos processos com expectativa de possível perda está relacionado ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2013 e a juros, honorários e atualizações de processos em andamento.

#### (iii) Outras questões cíveis

Referem-se principalmente a indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, que se encontra em diversas instâncias judiciais, provisionados quando classificados como de perda provável. O decréscimo apresentado de R\$ 47.100 para os casos de expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), foi provocado por pagamentos e arquivamento de processos ocorridos no ano e revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o exercício de 2013. O acréscimo ocorrido de R\$ 60.400 nos processos com expectativa de possível perda está relacionado a juros, honorários e atualizações de processos em andamento e ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2013.

#### (iv) Ações Tributárias

Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte da administração da Companhia, provisionados quando classificados como de perda provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 10.382 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) foi provocado por pagamentos e arquivamento de processos ocorridos no ano e revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o exercício de 2013. O acréscimo ocorrido de R\$ 79.800 nos processos com expectativa de perda provável está relacionado ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2013 e principalmente à atualização decorrente das ações ajuizadas pelo município de São Paulo, conforme descritos no item "b" abaixo.

Os principais processos são os seguintes:

(a) Em 2006, a Receita Federal, por meio de ação fiscal, autou a Companhia com respeito as obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano calendário 2001, apurando crédito tributário atualizado em 31 de dezembro de 2003 no valor de R\$ 411.890 (dezembro/2012 - R\$ 389.505). A Companhia protocolou impugnação, tempestivamente, e recorrerá à atuação em todas as instâncias administrativas e judiciais. A administração da Companhia considera que aproximadamente 90% desse processo administrativo, é considerado como de perda remota, e 10% como de perda possível.

(b) O Município de São Paulo, por meio de lei, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e na

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

(c) A Receita Federal do Brasil indeferiu alguns pedidos de compensação realizados pela Companhia, que objetivavam a extinção de créditos tributários do IRPJ/CSLL, com aproveitamento de montantes que lhe eram favoráveis, oriundos de recolhimentos indevidos do IRPJ/CSLL, pagos por estimativa mensal. O valor envolvido nesses processos atualizados em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 50.065 (dezembro/2012 - R\$ 47.498). A Administração da Companhia avaliou o risco de perda possível.

(d) A Companhia teve indeferido Pedido de Compensação de tributos, devidos nas competências de julho, agosto e setembro de 2002, com o aproveitamento dos créditos advindos do excesso de recolhimentos do IRPJ nos anos de 1997 e 1998 causados pela realocação das parcelas de correção monetária sobre as demonstrações financeiras (Lei 8.200/91), que haviam sido antecipadas no ano de 1996 por força de liminar, posteriormente excluídas por desistência do processo e adesão à MP 38/02. Após o julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, restou não homologado pelo Fisco o crédito provindo da competência de 1997. O valor envolvido está estimado e atualizado em 31 de dezembro de 2013 em R\$ 43.689 (dezembro/2012 - R\$ 42.403). A administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(e) Em 23 de junho de 2010, a SABESP celebrou com o Município de São Paulo contrato, cujo objeto é a prestação dos serviços de água e coleta de esgotos. Para a celebração do presente acordo, algumas ações judiciais entre as partes foram extintas. Porém outras não fizeram parte do mencionado ajuste, seguindo o feito normalmente. Estas ações, cuja expectativa é provável e possível perda, versam sobre tributos e multas em geral e o montante atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 13.696 (dezembro/2012 - R\$ 23.882) e R\$ 62.979 (dezembro/2012 - R\$ 39.063), respectivamente.

(f) Em 2005 a Receita Federal indeferiu parcialmente Pedido de Compensação realizado pela Companhia, que objetivava a extinção de crédito tributário do IRPJ, de aproximadamente R\$ 56.118, e da CSLL, de aproximadamente R\$ 8.659, dos períodos de apuração janeiro a abril de 2003, com o aproveitamento de saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores. No despacho decisório, a autoridade não homologou o equivalente a R\$ 11.164 de IRPJ e R\$ 698 de CSLL, totalizando valor aproximado de R\$ 11.862. A Companhia obteve provimento parcial no recurso de manifestação de inconformidade interposto, de maneira que classificou como de possível perda o valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 6.999 (dezembro/2012 - R\$ 6.782) e de perda provável o valor de R\$ 1.194 (dezembro/2012 - R\$ 1.157).

(g) A SABESP interpôs dois mandados de segurança, visando a declaração de inconstitucionalidade de lei municipal que impõe cobrança de taxa decorrente de uso de áreas públicas para a instalação de rede de água e de esgoto, para a prestação de serviços públicos de saneamento básico. O primeiro mandado de segurança teve provimento parcial, mas não surtirá efeito porque as leis municipais foram revogadas e o segundo aguarda julgamento de recurso de apelação do Município, uma vez que neste mandado a segurança foi concedida suspendendo a cobrança pelo uso do solo urbano e prestação de caução. A Administração avaliou o risco como possível perda, porém, não foi possível fazer uma estimativa do valor envolvido, tendo em vista que seria necessário saber a extensão das redes de água e esgotos e demais equipamentos instalados no solo urbano do município (vias públicas), bem como definir o valor do respectivo terreno com base na metragem utilizada.

**(v) Ações Trabalhistas**

A Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes à horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificando, dessa forma, como de probabilidade de perda provável e, conseqüentemente, provisionados. O decréscimo de R\$ 17.252 ocorridos nos processos de provável perda (líquidos dos depósitos judiciais) se deve, principalmente, aos pagamentos e arquivamento de processos ocorridos no ano de 2013. O acréscimo de R\$ 88.700 ocorrido nos processos de perda possível se deve ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2013.

**(vi) Ações Ambientais**

As ações ambientais referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento além da imposição de indenização por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos. O acréscimo ocorrido de R\$ 34.264 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) está relacionado principalmente ao complemento de estimativas dos processos em andamento. O acréscimo de R\$ 47.600 ocorrido nos processos de perda possível se deve ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2013 e ao complemento de estimativas dos processos em andamento.

Dentre os principais casos que a Companhia está envolvida, existem quatro ações civis públicas, cujos objetos são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do Município, sob pena de pagamento de multa; c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros. Em 31 de dezembro de 2013 a administração classificou parte das demandas como de provável perda, no montante de R\$ 158.135 (dezembro/2012 - R\$ 127.514) e, outra parte como possível perda no montante de R\$ 124.880 (dezembro/2012 - R\$ 85.081).

**(vii) Processos com acordos firmados em 2013**

A Companhia firmou, durante o exercício de 2013, diversos acordos judiciais e administrativos, sendo que os principais totalizam o montante de R\$ 29.460. Desse valor, R\$ 28.692 está relacionado a obras e R\$ 768 relacionados às compensações ambientais, este último, registrado como "outras obrigações", no Balanço Patrimonial. O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2013, relativo a essas obrigações ambientais totalizam o montante de R\$ 15.363.

**(viii) Outros processos relacionados às concessões**

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, casos em que pode perder o direito de explorar os serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto em alguns municípios, dentre os quais destacamos: a) O Município de Cajobi ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, esta foi julgada procedente para manter o Município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto, com expectativa de provável perda; b) O Município de Tarumã ajuizou ação cautelar contra a SABESP, sendo que a operação está mantida, mas ainda não existe decisão definitiva, com expectativa de possível perda; c) A Companhia ajuizou ação ordinária contra o Município de Santos, sendo que a operação está mantida e existe decisão definitiva de 2ª instância favorável a SABESP, com expectativa de perda remota; d) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse contra o Município de Álvares Florence, a decisão de segunda instância foi desfavorável para SABESP e a operação não está mantida, com expectativa de provável perda; e) A Companhia ajuizou Ação de Reintegração de Posse em face do Município de Macatuba objetivando liminarmente retornar à posse das instalações afetadas à concessão, a medida liminar foi indeferida e a operação não está mantida no Município até a presente data, com expectativa possível perda; f) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse em face do Município de Iperó, esta foi julgada improcedente em primeira e 2ª instâncias. Atualmente aguarda aceitação dos recursos extremos, com expectativa de provável perda; g) O município de Embaúba ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, com pedido de liminar, para mantê-lo na posse; o pedido foi deferido e cumprido em 20 de maio de 2013. A decisão foi contestada e interpusse agravo de instrumento contra a decisão liminar. Tanto a ação de reintegração como a decisão liminar aguardam julgamento, com expectativa de possível perda.

Ver informações sobre processos referentes a EMAE na Nota 9 (c).

**19 Benefícios a funcionários****(a) Plano de benefício assistencial**

Administrado pela Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV, é constituído por planos de saúde operados de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram às seguintes:

- Da Companhia: 7,3% (31 de dezembro de 2012 - 7,8%) em média da folha bruta de salários;
- Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,2% da folha de pagamento.

**(b) Planos de benefícios previdenciários**

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
<b>Plano financiado - G1 (i)</b>		<b>Reapresentado</b>
Valor presente das obrigações de benefício definido	1.988.912	2.262.440
Valor justo dos ativos do plano	(1.442.164)	(1.657.608)
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	546.748	604.832

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
<b>Plano não financiado - G0 (iii)</b>		<b>Reapresentado</b>
Valor presente das obrigações de benefício definido	1.780.268	1.987.718
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	1.780.268	1.987.718
Passivo no balanço patrimonial - obrigações previdenciárias (*)	2.327.016	2.592.550

(\*) A redução do passivo em 2013 é devida, principalmente, pelo aumento na taxa de desconto de 4,10% e 4,00% em 2012 para 6,36% e 6,46% em 2013, respectivamente, para os planos G1 e G0.

A Companhia em atendimento a CPC33 (R1) e IAS19, reconhece os (ganhos)/perdas no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Plano G1	Plano G0	Total
Em 31 de dezembro de 2013			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	432.426	244.121	676.547
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	(312.857)	-	(312.857)
Outros	3.404	-	3.404
Total dos ganhos/(perdas)	122.973	244.121	367.094
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Plano G1	(41.810)	-	(41.810)
Ajuste de avaliação patrimonial	81.163	244.121	325.284

	Plano G1	Plano G0	Total
Em 31 de dezembro de 2012			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	(488.956)	(371.035)	(859.991)
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	357.400	-	357.400
Total dos ganhos/(perdas)	(131.556)	(371.035)	(502.591)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Plano G1	44.729	-	44.729
Ajuste de avaliação patrimonial	(86.827)	(371.035)	(457.862)

**(i) Plano G1**

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - SABESPREV, o plano de benefício definido ("Plano G1") recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da Sabesp-Prev que é o seguinte:

- 1,16% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
  - 9,88% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.
- Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 546.748 (R\$ 604.832 em 31 de dezembro de 2012) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos relacionados.

	2013	2012
		<b>Reapresentado</b>
Obrigação de benefício definido, início do exercício	2.262.440	1.638.220
Custo do serviço corrente	27.947	27.764
Custo dos juros	206.429	176.762
(Ganhos) / perdas atuariais contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	(432.426)	488.956
Benefícios pagos	(75.478)	(69.262)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	1.988.912	2.262.440

A movimentação do valor justo dos ativos do plano ao longo do ano é como segue:

	2013	2012
		<b>Reapresentado</b>
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	1.657.608	1.203.493
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	151.139	147.548
Contribuições esperadas da Companhia	10.876	7.411
Contribuições esperadas dos participantes	10.876	11.018
Benefícios pagos	(75.478)	(69.262)
Ganhos / (perdas) financeiras contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	(342.857)	357.400
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	1.442.164	1.657.608

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2013
Custo do serviço corrente	27.947
Custo dos juros	206.429
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(151.139)
<b>Total reconhecido na demonstração do resultado</b>	<b>83.237</b>

Em 2013 as despesas relacionadas à obrigação de benefício definido nos montantes de R\$ 55.781, R\$ 7.977 e R\$ 19.479, foram alocadas em custos operacionais, despesas de vendas e despesas administrativas.

	2014
Despesas previstas	30.072
Custo do serviço corrente	54.850
Custo dos juros	(20.559)
Contribuição dos participantes	64.363
Total da despesa adicional a reconhecer	

**Premissas atuariais:**

	2013	2012
Taxa de desconto - taxa real (NTN-B)	6,36% a.a.	4,10% a.a.
Taxa de inflação	5,80% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de rendimento esperada dos ativos	12,53% a.a.	9,30% a.a.
Aumento salarial futuro	7,92% a.a.	7,10% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativos em 31 de dezembro de 2013 era de 8.885 (9.283 em 31 de dezembro de 2012), e inativos de 6.597 (6.328 em 31 de dezembro de 2012).

O benefício a ser pago do plano de pensão G1, esperado para o ano de 2014 é de R\$ 117.491.

**A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2013 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:**

Plano de pensão - G1	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 192.978
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 231.785
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 62.785
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 53.478
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 34.209
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 37.988

**Ativos do plano**

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados a utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESPREV e consultores financeiros independentes:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Renda fixa		
- NTN-B's	712.017	772.882
- NTNC's	132.265	214.894
- NTN-F's	5.858	6.835
Títulos públicos em carteira própria	(a) 850.140	994.611
Cotas de fundos de renda fixa	(b) 80.931	148.005
Cotas de fundos de investimento em crédito privado	(c) 78.034	79.852
Total renda fixa	1.009.105	1.222.468
Renda variável		
Cotas de fundos de investimento em ações	(d) 259.717	226.123
Total renda variável	259.717	226.123
Investimentos estruturados		
Cotas de fundos de investimento em participações	(e) 76.338	67.867
Cotas de fundos de investimento imobiliários	(f) 40.220	77.876
Cotas de fundos de investimento multimercados	(g) 25.806	44.590
Total investimentos estruturados	142.364	190.333
Outros	(h) 30.978	18.684
Valor justo dos ativos do plano	1.442.164	1.657.608

(a) Renda fixa: composta por títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, que vão de 2017 a 2050. Esses papéis tem como indexador os seguintes índices: NTN-b indexado pelo IPCA, NTN-c indexado pelo IGPM e NTN-f que tem indexador pré-fixado.

(b) Cotas de Fundo de Renda Fixa: Fundos de investimentos que buscam retorno em ativos de renda fixa e devem possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente, sintetizados via derivativos, ao fator de risco.

(c) Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado: Fundos que buscam retorno por meio de aquisição de operações representativas de dívidas corporativas ou de carteira de recebíveis pulverizadas (diretos ou títulos), originadas e vendidas por diversos cedentes, que antecipam recursos e têm como de lastros recebíveis de atividades empresariais diversas.

(d) Renda variável: Fundo de ações, composto por ações de empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA.

(e) Cotas de Fundos de Investimento em Participações: Constituído em forma de condomínio fechado. Os recursos sob sua administração são destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas.

(f) Cotas de Fundos de Investimento Imobiliários: Fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, shopping centers, hospitais, etc). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do Fundo ou pela venda das suas cotas no Fundo.

(g) Cotas de Fundos de Investimento Multimercados: Podem ser classificados como Multimercados Referenciados DI ou Multimercado Long & Short, buscam retorno básico do CDI ou arbitragem em ações, respectivamente.

(h) Outros: basicamente formado por empréstimos e imóveis.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- papéis securitizados pelo Tesouro Nacional não serão permitidos;
- exposição a flutuações na taxa de câmbio não serão permitidas, na carteira e os derivativos só devem ser utilizados para proteção contra a exposição existente.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são como segue:

- operações de *day-trade* não serão permitidas;
- é proibida a venda de ações a descoberto;
- são proibidas operações de *swap* sem garantia;
- não será permitida a alavancagem, i.e., operações com derivativos que representem uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

A SABESPREV não possui em sua carteira de investimentos, títulos de renda fixa, emitidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pelo Companhia. Os ativos do plano renderam 7,4% em 2013 e 16,7% em 2012. Essa variação foi caracterizada, principalmente, pelas dificuldades trazidas ao mercado de capitais brasileiro, como consequência dos ambientes macroeconômicos - interno (combinação de baixo crescimento e o ciclo de alta da taxa básica de juros) e externo (recuperação da economia americana, que pateram acima do esperado e a percepção de que as economias da zona do Euro deixaram de piorar), num fitar com que os preços dos ativos tivessem uma significativa perda de valor.

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 18.348 (Dezembro/2012 - R\$ 7.411) e R\$ 18.416 (Dezembro/12 - R\$ 8.935), respectivamente. A Companhia e a Sabesprev estão em processo de negociação para que o déficit atuarial seja equacionado, mediante a continuidade da migração do Plano BD para o Plano Sabesprev Mais. A Administração estima reduzir o déficit atuarial em decorrência da mudança dos referidos planos.

**(ii) Plano de benefício previdenciário - Contribuição definida**

Em 31 de dezembro de 2013, o Plano Sabesprev Mais, modelado em contribuição definida tinha 5.627 participantes entre ativos e assistidos.

Para o Plano Sabesprev Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

No Plano Sabesprev Mais, o montante de compromisso apurado para todos os participantes que migraram até 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 10.613 (dezembro/2012 - R\$ 12.441) referentes a participantes ativos. A Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 8.446, no exercício de 2013 (dezembro/2012 - R\$ 7.496).

**(iii) Plano G0**

De acordo com a Lei Estadual nº 4819/58, funcionários que prestaram serviços antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de dezembro de 2013, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 1.780.268 (dezembro/2012 - R\$ 1.987.718).

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

	2013	2012 Reapresentado
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.987.718	1.581.600
Custo dos juros e serviço corrente (Ganhos)/perdas atuariais contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	(244.121)	371.035
Benefícios pagos	(140.095)	(132.704)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	1.780.268	1.987.718

Valores reconhecidos na demonstração de resultado:

	2013
Custo do serviço corrente	296
Custo dos juros	176.470
Total	176.766

Em 2013, a despesa relacionada à obrigação de benefício definido nos termos do Plano G0 foi registrada em Despesas Administrativas.

	2014
Custo dos juros	224.931
Total da despesa adicional a reconhecer	224.931

Principais premissas atuariais utilizadas:

	2013	2012
Taxa de desconto - taxa real (NTN-B)	6,46% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de inflação	5,80% a.a.	5,00% a.a.
Aumento salarial futuro	7,92% a.a.	7,10% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativo do plano G0 em 31 de dezembro de 2013 é de 24 (27 em 31 de dezembro de 2012) e o número de participantes assistidos e pensionistas em 31 de dezembro de 2013 é de 2.412 (2.318 em 31 de dezembro de 2012).

O benefício a ser pago do plano de pensão G0, esperado para o ano de 2014 é de R\$ 149.728.

**A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2013 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:**

Plano de pensão - G0	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 1,0% Redução de 1,0%	Redução de R\$ 145.899 Aumento de R\$ 170.444
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0% Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 176.960 Redução de R\$ 152.934
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano Redução de 1 ano	Aumento de R\$ 59.817 Redução de R\$ 62.843

## (c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2013, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No ano de 2013 o montante foi de R\$ 68.495 (2012 - R\$ 60.479).

## 20 Serviços a pagar

Na conta de serviços, são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias entre outros. Também são registrados os valores a pagar de participação na receita da Prefeitura Municipal de São Paulo (Nota 13 (v)). Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R\$ 323.208 e R\$ 389.091, respectivamente.

## 21 Patrimônio líquido

## (a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 10.000.000 (dezembro/2012 - R\$ 10.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

Em caso de aumento do capital social, emissão de debêntures conversíveis e/ou bônus de subscrição mediante subscrição particular, os acionistas terão direito de preferência na proporção do número de ações que possuírem na ocasião, observado o disposto no Artigo 171 da Lei nº 6.404/76

## (b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é composto de 683.509.869 ações ordinárias (dezembro/2012 - 683.509.869, após desdobramento informado abaixo), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Houve aumento de ações devido ao desdobramento de ações em 22 de abril de 2013.

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Número de ações	%	Número de ações (**)	%
Secretaria da Fazenda	343.524.258	50,26%	343.524.258	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	174.076.755	25,47%	172.570.122	25,25%
Outros	165.291.202	24,18%	166.806.858	24,40%
	617.654	0,09%	608.631	0,09%
	683.509.869	100,00%	683.509.869	100,00%

(\*) cada ADR corresponde a 1 ação.

(\*\*) quantidade reapresentada devido ao desdobramento ocorrido em 22 de abril de 2013.

## (c) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado o pagamento obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	2013
Lucro líquido do exercício	1.923.559
(-) Reserva legal - 5%	(96.178)
	1.827.381
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (R\$ 0,6684 por ação)	456.845

Foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, em 22 de abril de 2013, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 534.277, relativo ao exercício de 2012. Dessa forma, o valor de R\$ 80.201, relativo ao excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto, registrado no patrimônio líquido de 2012 na rubrica "Dividendos adicionais propostos" foi transferido para o passivo circulante, sendo que tais valores foram pagos em junho de 2013. Os juros de R\$ 498.684, líquidos do imposto de renda na fonte, de R\$ 35.593, totalizaram R\$ 534.277.

A Companhia propôs "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas de 2014, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 456.845, correspondentes a R\$ 0,6684 por ação ordinária, líquidos do imposto de renda na fonte, de R\$ 37.758, a serem referendados na Assembleia Geral em 30 de abril de 2014. A Companhia registrou dividendos a pagar na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 456.845, considerando o limite mínimo estabelecido no estatuto. O montante excedente ao valor do dividendo mínimo obrigatório devido no exercício, de R\$ 80.620 foi reclassificada dentro do Patrimônio Líquido para a conta de "Dividendos adicionais propostos", neste montante está considerado o valor do imposto de renda na fonte de R\$ 37.758. De acordo com a Deliberação CVM nº 207/1996, a Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 37.758 referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativos ao crédito do juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 456.845 é líquido do imposto de renda retido na fonte.

## (d) Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital.

## (e) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

## (f) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva para investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo da reserva para investimentos era de R\$ 5.980.535 e R\$ 4.690.619, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 28 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à assembleia geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá os seguintes critérios:

- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
  - na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
  - na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
  - nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
  - na incorporação ao capital social.

## (g) Destinação do lucro do exercício

	2013
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	1.923.559
(-) Reserva legal - 5%	96.178
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	456.845
(-) Dividendos adicionais propostos	80.620
Reserva de investimentos constituída em 2013	1.289.916

A Administração encaminhará para aprovação da assembleia geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R\$ 1.289.916 para a conta de Reserva para Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos prevista no Orçamento de Capital. Juntamente, encaminhará a proposta de capitalização de parte da reserva de lucros no valor de R\$ 3.672.057, em função desta exceder o valor do capital social em 31 de dezembro de 2013. Além disso será proposta a capitalização integral da reserva de capital no montante de R\$ 124.255.

Após a capitalização de parte da reserva de lucros e do total da reserva de capital, a ser ainda aprovada pela Assembleia Geral, o capital social passará a ser de R\$ 10.000.000.

## (h) Lucros acumulados

Lucros acumulados: o saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

## (i) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Ver na Nota 19 (b) a divulgação da composição dos valores contabilizados em 2013 e 2012.

## 22 Lucro por ação

## Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	2013	2012 Reapresentado
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.923.559	1.911.900
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	683.509.869	683.509.869 (*)
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	2,81	2,80

(\*) Quantidade reapresentada devido ao desdobramento ocorrido em 22 de abril de 2013.

## 23 Informações por segmento de negócios

A administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviço de água e esgoto.

## (i) Resultado

	2013			Saldo conforme Demonstrações Financeiras
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	
Receita operacional bruta clientes externos	5.276.056	4.263.965	2.444.735	11.984.756
Deduções da receita bruta	(370.091)	(299.098)	-	(669.189)
Receita operacional líquida clientes externos	4.905.965	3.964.867	2.444.735	11.315.567
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.512.559)	(2.275.437)	(2.394.487)	(8.182.483)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	1.393.406	1.689.430	50.248	3.133.084
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas				3.296
Equivalência patrimonial				2.465
Resultado financeiro, líquido				(483.246)
Lucro operacional antes dos impostos				2.655.599
Depreciação e amortização	461.426	409.647	-	871.073

	2012 Reapresentado			Saldo conforme Demonstrações Financeiras
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	
Receita operacional bruta clientes externos	4.944.257	3.982.480	2.464.482	11.391.219
Deduções da receita bruta	(362.003)	(291.585)	-	(653.588)
Receita operacional líquida clientes externos	4.582.254	3.690.895	2.464.482	10.737.631
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.406.588)	(2.043.582)	(2.414.410)	(7.864.580)
Lucro operacional antes das outras receitas/(despesas) operacionais líquidas e equivalência patrimonial	1.175.666	1.647.313	50.072	2.873.051
Outras despesas operacionais líquidas				(23.175)
Equivalência patrimonial				(6.532)
Resultado financeiro, líquido				(295.672)
Lucro operacional antes dos impostos				2.547.672
Depreciação e amortização	403.980	334.545	-	738.525

Explicação para os itens de reconciliação para as Demonstrações Financeiras: Os impactos na receita operacional bruta e nos custos são como segue:

	2013	2012 Reapresentado
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	2.444.735	2.464.482
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	2.394.487	2.414.410
Margem de construção	50.248	50.072

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), "Contratos de Construção" (IAS 11) usando o método de execução percentual. Vide Nota 13 (c) e (g).

## (ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível, conforme segue:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Ativo intangível:		
Serviços de água	9.741.582	9.126.097
Serviços de esgoto	12.298.412	11.199.727
Ativos dos segmentos reportados	22.039.994	20.325.824
Outros intangíveis	1.806.237	1.641.702
Total do intangível	23.846.231	21.967.526

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

## 24 Receitas operacionais

## (a) Receita de serviços de água e esgoto:

	2013	2012 Reapresentado
Região Metropolitana de São Paulo	6.984.364	6.625.041
Sistemas Regionais (i)	2.555.657	2.301.696
Total (ii)	9.540.021	8.926.737

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.  
(ii) A receita de serviços de água e esgoto, apresentou um acréscimo de 6,9% em 31 de dezembro de 2013 quando comparado ao exercício de 2012. O volume faturado cresceu 2,8% em 31 de dezembro de 2013 e o impacto do reajuste tarifário do ano de 2013 sobre 2012 foi de 5,65%.

## (b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	2013	2012 Reapresentado
Receita de serviços de água e esgoto	9.540.021	8.926.737
Receitas de construção (Nota 13 c)	2.444.735	2.464.482
Impostos sobre vendas	(669.189)	(653.588)
Receita líquida	11.315.567	10.737.631

## 25 Custos e despesas operacionais

	2013	2012 Reapresentado
Custos operacionais		
Salários e encargos	1.348.933	1.224.335
Obrigações previdenciárias	59.237	36.480
Custos de construção (Nota 13 c)	2.394.487	2.414.410
Materiais gerais	179.771	169.096
Materiais de tratamento	240.730	177.453
Serviços de terceiros	786.515	724.478
Energia elétrica	551.630	588.183
Despesas gerais	444.663	400.446
Depreciação e amortização	810.297	715.070
	6.816.263	6.449.951
Despesas com vendas		
Salários e encargos	215.083	198.762
Obrigações previdenciárias	8.470	6.054
Materiais gerais	6.995	8.313
Serviços de terceiros	208.943	205.393
Energia elétrica	557	629
Despesas gerais	82.470	77.848
Depreciação e amortização	10.721	8.017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 8(c))	103.864	192.236
	637.103	697.252
Despesas administrativas		
Salários e encargos	176.845	168.517
Obrigações previdenciárias	118.600	104.714
Materiais gerais	6.700	4.374
Serviços de terceiros	116.735	145.673
Energia elétrica	694	1.175
Despesas gerais	183.874	209.191
Depreciação e amortização	50.055	15.438
Despesas fiscais	75.614	68.295
	729.117	717.377
Custos e despesas operacionais		
Salários e encargos	1.740.861	1.591.611
Obrigações previdenciárias	186.307	147.251
Custos de construção (Nota 13 c)	2.394.487	2.414.410
Materiais gerais	193.466	181.783
Materiais de tratamento	240.730	177.453
Serviços de terceiros	1.112.193	1.075.544
Energia elétrica	552.881	589.987
Despesas gerais	711.007	687.485
Depreciação e amortização	871.073	738.525
Despesas fiscais	75.614	68.295
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (nota 8(c))	103.864	192.236
	8.182.483	7.864.580

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

## 26 Receitas e despesas financeiras

	2013	2012 Reapresentado
Despesas financeiras		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(294.729)	(304.736)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(84.648)	(87.800)
Outras despesas financeiras (i)	(62.882)	(33.860)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(10.662)	(11.660)
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos (ii)	(72.657)	(34.599)
Varição monetária sobre déficit incentivo Sabesprev mais (iii)	(1.334)	(1.525)
Outras variações monetárias (iv)	(5.731)	(6.657)
Juros e variações monetárias sobre provisões	(70.267)	(97.393)
Total de despesas financeiras	(602.910)	(578.230)
Receitas financeiras		
Varições monetárias ativas (v)	85.245	66.497
Rendimento de aplicações financeiras	151.106	162.928
Juros e outras (vi)	149.759	103.704
Total de receitas financeiras	386.110	333.129
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	(216.800)	(245.101)
Variações cambiais		
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos (vii)	(267.835)	(50.523)
Outras variações cambiais	(6)	(43)
Varição cambial ativa	1.395	(5)
Variações cambiais, líquidas	(266.446)	(50.571)
<b>Financeiras líquidas</b>	<b>(483.246)</b>	<b>(295.672)</b>

- (i) Essa variação é decorrente, principalmente, do juros do contrato da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê - CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S/A no montante de R\$ 32.198 em 2013.
- (ii) A variação da conta é decorrente, principalmente, do aumento no estoque da dívida indexada ao IPCA em razão da captação da 17ª Emissão de Debêntures. Essa variação monetária é decorrente das mudanças nos indexadores definidos nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como, UPR, IPCA, CDI e TJLP, que foram de 0,2%, 5,9%, 9,8% e 5,0%, respectivamente, em 2013, (0,3%, 5,8%, 6,9% e 5,5%, respectivamente, em 2012). As exposições a essas taxas são demonstradas na Nota 4.3.1.
- (iii) Essa variação monetária é decorrente da mudança no indexador INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que foi de 5,6% em 2013 (6,2% em 2012), e que é utilizado para corrigir o saldo do compromisso da SABESP com relação ao déficit do plano de pensão Sabesprev mais.
- (iv) Outras despesas com variações monetárias são substancialmente atualizações dos passivos referente aos compromissos de investimentos exigidos pelas parcerias público-privada e principalmente, contratos de programa que são indexados por IPC e IPCA que foram de 3,9% e 5,9% em 2013 e 5,1% e 5,8% em 2012, respectivamente.
- (v) Essas variações monetárias são decorrentes das contas/faturas do contas a receber em atraso que são atualizadas dependendo da data do pagamento, pelos indexadores IPCA (5,9% em 2013 e 5,8% em 2012) ou IPC-FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, 3,9% em 2013 e 5,1% em 2012), e dos depósitos judiciais, que são atualizados pelo índice definido pelo judiciário brasileiro que teve uma variação de 5,6% em 2013 e 6,0% em 2012.
- (vi) A variação da conta é decorrente, principalmente, da aplicação de juros sobre acordos e parcelamentos.
- (vii) O acréscimo na variação cambial sobre empréstimos e financiamentos é decorrente, principalmente, de maior valorização do dólar norte-americano frente ao real no ano de 2013, em 14,6%, quando comparada com a valorização de 8,9% apresentada em 2012.

## 27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2013	2012 Reapresentado
Outras receitas operacionais líquidas	57.382	68.364
Outras despesas operacionais (i)	(54.086)	(91.539)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	3.296	(23.175)

As outras receitas operacionais compõem-se, de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura. As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado.

- (i) A variação refere-se principalmente à provisão para perdas do município de Diadema e reconhecida em 2012 no montante de R\$ 60.295. Em 2013, refere-se a registro de baixa de bens, em função de substituição de ligações, antigas por novas, de água e esgoto no montante de R\$ 17.851.

## 28 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. Abaixo os principais valores compromissados em 31 de dezembro de 2013:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	1.211.431	882.827	50.658	3.785.112	5.930.028
Obrigações contratuais - Investimentos	1.407.541	1.616.823	124.561	2.186.389	5.335.314
Total	2.618.972	2.499.650	175.219	5.971.501	11.265.342

O principal compromisso se refere a PPP São Lourenço, vide Nota 13(i).

## 29 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	2013	2012 Reapresentado
Total das adições do intangível conforme Nota 13	2.750.319	2.651.018
Itens que não afetaram o caixa (ver composição abaixo)	(445.288)	(642.319)
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	2.305.031	2.008.699
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no período	205.012	283.016
Empreiteiros	(4.887)	67.631
Compromissos de contratos de programas	28.197	75.434
Arrendamento Mercantil	166.718	166.166
Margem de construção	50.248	50.072
Total	445.288	642.319

## 30 Eventos subsequentes

## (a) Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água da Sabesp

Após ser aprovado em caráter emergencial pela ARSESP por meio da Deliberação 469/2014, a SABESP adotou um incentivo econômico para estimular moradores da Grande São Paulo a reduzir o consumo de água. A medida foi adotada por causa do calor recorde e da inédita falta de chuvas no Sistema Cantareira, que está em nível crítico e abastece quase 10 milhões de pessoas.

Os clientes que reduzirem em pelo menos 20% o consumo médio de um período de 12 meses: de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, irão receber desconto de 30% na conta. Esse abatimento será aplicado sobre um valor menor, já que a diminuição no consumo resultará em uma fatura mais barata para a aplicação do benefício.

A medida vale para residências, comércio e indústrias abastecidas pelo Sistema Cantareira: toda a zona norte e o centro de São Paulo, parte das zonas leste e oeste da capital, Barueri, Caieiras, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Jandira, Osasco e Santana de Parnaíba. Em Guarulhos e São Caetano do Sul, também atendidos pelo Cantareira, a distribuição é responsabilidade das prefeituras, que compram água da SABESP. Caberá aos serviços municipais a decisão sobre a concessão do incentivo.

O benefício terá validade para as contas dos meses de referência de fevereiro a agosto, que chegarão aos consumidores de março a setembro. Para Santana de Parnaíba, a medida será aplicada nos meses de referência de março a agosto, com a chegada da fatura entre abril e setembro.

## (b) Revisão Tarifária - ARSESP

A ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, por meio de sua Deliberação nº 463, de 09 de janeiro de 2014, alterou o cronograma para desenvolvimento das etapas D2, D3, D4 e D5 constantes da Deliberação ARSESP nº 434, de 31/10/2013, referente à primeira Revisão Tarifária da SABESP, e definiu como 10 de abril de 2014 a data da publicação do Preço - Máximo Inicial (PO) e Fator de Eficiência (Fator X) definitivo, para o ciclo tarifário iniciado em 11 de agosto de 2012, estabelecendo as seguintes datas para as etapas remanescentes:

- Etapa D2 - Divulgação pela ARSESP das propostas para o Preço Máximo Inicial (PO) e Fator de Eficiência (Fator X) definitivo, e abertura de consulta pública com convocação de audiência pública em 11/02/2014;
- Etapa D3 - Realização de Audiência Pública em 12/03/2014 e encerramento da Consulta Pública prorrogada para 19/03/2014, conforme noticiado em seu site na internet;
- Etapa D4 - Publicação dos resultados relativos ao Preço Máximo Inicial (PO) e Fator de Eficiência (Fator X) definitivo e do relatório consubstanciado sobre as contribuições da consulta pública em 10/04/2014; e
- Etapa D5 - Publicação do cronograma para definição e implantação da nova Estrutura Tarifária da SABESP em 10/04/2014.

## (c) Assinatura de contrato de prestação de serviços com o Município de Diadema

Foi assinado em 18 de março de 2014, contrato para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Diadema, com vigência de 30 anos da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante celebração dos competentes termos aditivos, nos termos da lei.

A ARSESP autorizará as tarifas e homologará a tabela de preços proposta pela SABESP, bem como definirá a estrutura tarifária, observadas as diretrizes da Lei 11.445/07 e do Decreto Estadual 41.446/96, das normas que vierem a substituí-las e da legislação correlata. A partir da data da assunção dos serviços pela SABESP, haverá a equiparação das tarifas do Município àquelas praticadas pela SABESP na Região Metropolitana de São Paulo, por meio de cinco reajustes reais anuais consecutivos, iniciando-se em período não inferior a 12 meses da assinatura do referido contrato.

Serão destinados R\$ 95.000 ao Município de Diadema, para a implementação de ações relacionadas ao saneamento ambiental no Município, necessárias ao cumprimento das metas de universalização. Tal valor será pago em duas parcelas de R\$ 47.500, sendo a primeira 30 dias após a assinatura do contrato e a parcela final doze meses após o pagamento da 1ª parcela, devendo essa parcela ser corrigida pelo IPC-IBGE. Esses valores serão depositados em conta específica, indicada pelo Município, o qual será responsável pela execução dessas ações, bem como pela regular prestação de contas, devendo fornecer semestralmente a relação das ações realizadas e dos respectivos valores. Os valores, enquanto não utilizados, deverão ser mantidos em aplicações financeiras e os respectivos rendimentos somente poderão ser utilizados na execução das ações mencionadas. Tais valores deverão ser computados pela ARSESP para fins de determinação do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

O contrato está sujeito às regulamentações da ARSESP, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico financeiro.

## (d) Contratos de Programa

A Companhia renovou em 24 de março de 2014 Contrato de Programa de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário com os municípios de Itapevi, Piedade, Rosana, Lucélia, Parapuã e Jaborandi. Esses contratos tem vigência de 30 anos.

## DIRETORIA EXECUTIVA

DILMA SELI PENA  
MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR  
JOÃO PAULO TAVARES PAPA

PAULO MASSATO YOSHIMOTO  
RUI DE BRITTO ÁLVARES AFFONSO  
LUIZ PAULO DE ALMEIDA NETO

## CONTADOR

MARCELO MIYAGUI

Diretora Presidente  
Diretor de Gestão Corporativa  
Diretor de Tecnologia,  
Empreendimentos e Meio Ambiente  
Diretor Metropolitano  
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores  
Diretor de Sistemas Regionais

CRC 1 SP 244.972/O-0 - Superintendente de Contabilidade

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDSON DE OLIVEIRA GIRIBONI  
ALBERTO GOLDMAN  
ALEXANDER BIALER  
CLAUDIA POLTO DA CUNHA  
DILMA SELI PENA  
FRANCISCO VIDAL LUNA  
JERÔNIMO ANTUNES  
REINALDO GUERREIRO  
WALTER TESCH

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 27 de março de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

/s/ Dilma Seli Pena Diretora Presidente	/s/ João Paulo Tavares Papa Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente
/s/ Rui de Britto Álvares Affonso Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores	/s/ Paulo Massato Yoshimoto Diretor Metropolitano
/s/ Manuelito Pereira Magalhães Junior Diretor de Gestão Corporativa	/s/ Luiz Paulo de Almeida Neto Diretor de Sistemas Regionais

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 27 de março de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

/s/ Dilma Seli Pena Diretora Presidente	/s/ João Paulo Tavares Papa Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente
/s/ Rui de Britto Álvares Affonso Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores	/s/ Paulo Massato Yoshimoto Diretor Metropolitano
/s/ Manuelito Pereira Magalhães Junior Diretor de Gestão Corporativa	/s/ Luiz Paulo de Almeida Neto Diretor de Sistemas Regionais

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, pela totalidade dos seus membros abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, vem, pelo presente, apresentar seu parecer sobre as seguintes matérias:

1. Os membros do Conselho Fiscal procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, e, com base em análises efetuadas, em esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e pelo Comitê de Auditoria, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 27 de março de 2014, concluíram que os documentos acima mencionados estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas; e 2. Os membros do Conselho Fiscal procederam ao exame da proposta da Administração da Companhia para o aumento do capital social, sem a emissão de novas ações, mediante capitalização da reserva de capital, no valor de R\$ 124.254.851,51 (Cento e vinte e quatro milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos) e de parte do saldo da reserva de lucros da Companhia, no valor de R\$ 3.672.056.583,26 (Três bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões, cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte e seis centavos), em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 169 e o artigo 199 da Lei Federal nº 6.404/1976, e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 27 de março de 2014.

Humberto Macedo Puccinelli  
José Antonio Xavier  
Horácio José Ferragino  
Massao Fábio Oya

## PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, fundamentado em seus trabalhos, incluindo informações recebidas dos Administradores da Companhia, das Superintendências de Contabilidade, Jurídica e Auditoria Interna e da Auditoria Independente (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas. Em decorrência, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. São Paulo, 27 de março de 2014.

Jerônimo Antunes - Coordenador  
Reinaldo Guerreiro  
Francisco Vidal Luna

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfase

## Representação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1, em decorrência dos efeitos da adoção de novos pronunciamentos contábeis a partir 1º de janeiro de 2013 referentes aos benefícios a empregados de acordo com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados e mudança na contabilização dos negócios controlados em conjunto, de acordo com o CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjunto, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) e IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

## Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Auditoria dos valores correspondentes a 1º de janeiro de 2012

Os valores correspondentes aos saldos de 1º de janeiro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência das mudanças de práticas contábeis, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas datado de 9 de maio de 2013.

São Paulo, 27 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Délio Rocha Leite

Contador - CRC nº 1 SP 189302/O-8

Deloitte.